

ATA DEGRAVADA DA 172ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55

Aos dezenove dias do mês de setembro de 2012, às nove horas, na Sede do CEAS na rua Guajajaras, nº 40, realizou-se a centésima septuagésima primeira Plenária Ordinária do CEAS coordenada pela vice-presidente Sra. Nívia Soares da Silva, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Ana Paula Simões Hilário – CMAS/BH, Fernando H. G. Rezende – SEPLAG, Guilhermina Catarina Teixeira – SEF, José Fernando A. Millani – CMAS/Cataguases, Nívia Soares da Silva – SEDESE; Conselheiros suplentes: Anália M^a Ferreira – COGEMAS, Raquel Fonseca Veloso – SES, M^a de Lourdes S. Damasceno – SEAPA, Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros, Gilvânia Francisca de Paula – SEDESE, M^a Albanita Roberta de Lima – SEDESE, André Luís de Oliveira Soares – CMAS/Ituiutaba; os convidados: Mayra Fuly Pinto – Consórcio UHE Itaocara, Redilvem D. Neto – Consórcio UHE Itaocara, Fabiane A. Ribeiro Silva - Pas PCH Zé Tunin, Ednaldo Rosa Paiva – PCH Zé Tunin, Mayra de Queiroz – SEDESE/SUBAS, Matheus Funchal – PCH Zé Tunin, Cláudia m^a Bortot Falabella – SEDESE/SUBAS; Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Nilce Araújo, M^a Paula Ribeiro, Maria Luiza Carvalho. A vice-presidente inicia a plenária: NÍVIA - Eu inicio justificando a ausência do nosso presidente que infelizmente não pode estar conosco. Nós recebemos o recado agora, então nós vamos tentar substituí-lo à altura contando com o apoio do meu colega secretário de Mesa Diretora, Dr. Marcelo Armando ((fala fora do alcance)). E aí aproveitando pra esclarecer que eu estou muito bem assessorada pelo nosso advogado, conselheiro, assistente social, presidente do CREAS, chega né? Então eu conto aqui com a colaboração do Marcelo e nós vamos, então, presidir os trabalhos de hoje no lugar do nosso presidente. Eu vou começar pela justificativa das ausências, começando pelo colega João Ademar Specht, que está ausente por motivo de agenda de trabalho em São Paulo. Edir Petrucelli, nossa companheira representante da Secretaria de Estado de Educação, por motivo de trabalho não pôde estar aqui, também, e como nós estamos sem a suplente da Edir nós estamos então sem representação da Educação aqui hoje. O conselheiro Ami Ribeiro de Amorim, representante da sociedade civil, por motivo de trabalho, também, não poderá estar conosco. A companheira Tanit Jorge Sarsur da Secretaria de Estado de Saúde, está gozando férias, a sua suplente está chegando por aí. O companheiro Mauro Alves de Souza, representante da sociedade civil, está em visita de Comissão de direitos humanos na sua comunidade por motivo de problemas com violação de direitos, ele acabou de ligar, alinhamos todas as informações da reunião de hoje e nós dois temos uma pauta conjunta, eu farei a pauta sozinha, mas ele está acompanhando de longe o trabalho da nossa Comissão de ontem. Eu vou colocar pra vocês em apreciação a pauta e abrir para pedido de inclusão ou de algum informe e aí fica aberta, então, a palavra a vocês. Roberta pediu ponto de pauta. Mais alguém? Conselheiro senhor Francisco ((fala fora do alcance)). Ponto de pauta, senhor Francisco? Ponto de pauta e informe. Conselheiro Luiz George, ponto de pauta. Mais alguém? Conselheiro George ((fala fora do alcance))... Ok, então nós vamos colocar agora em aprovação a ata da Plenária da 178ª Plenária, que foi enviada pra todos nós com antecedência e aí eu coloco, então, para aprovação deste Conselho ou algum ponto de destaque a ata desta Plenária. Tem algum destaque? Tem alguma observação? Eu espero que todos tenham lido a ata. Podemos aprovar, então, a ata dessa Plenária que eu disse aqui? Ok, aprovado! Aprovada a ata, então, da 178ª Plenária Ordinária. O conselheiro Marcelo quer fazer uma proposta, então vamos ouvir. MARCELO ARMANDO - Senhora presidente, considerando que nós temos hoje aqui a apresentação de relatoria que seria o último ponto UHE Itaocara e PCH Unai de Baixo, em respeito aos visitantes e PCH Zé Tunin, considerando que nós temos representantes aqui do empreendimento eu gostaria de sugerir a inversão de pauta pra que estes fossem o primeiro ponto de discussão. NÍVIA – Então, a sua proposta é a gente passar a apresentação das relatorias como primeiro ponto de pauta, é isso

56 Marcelo? Então eu vou colocar aqui votação pra essa Plenária, quem concorda com
57 essa inversão de pauta vamos levantar o cartão, por favor. Ok, então, está aprovado a
58 inversão de pauta. Abstenção... nenhuma abstenção. Mas foi aprovado e nós vamos,
59 então, fazer a inversão de pauta colocando como primeiro ponto de pauta a
60 apresentação da relatoria e nós vamos começar, então, pela UHE Itaocara que vai ser
61 apresentada pelo conselheiro Marcelo Armando. Então podemos passar pra relatoria
62 do conselheiro Marcelo. MARCELO ARMANDO - Bom dia, conselheiros! A relatoria
63 que a gente vai apresentar é do empreendimento Usina Hidrelétrica Itaocara, o nome
64 do empreendedor é Consórcio UEH Itaocara, responsável pela elaboração do
65 PAS/BARRAGEM o Consórcio UHE Itaocara. Municípios envolvidos em Minas Gerais,
66 Pirapetinga, no Rio de Janeiro município de Itaocara, Santo Antônio de Pádua e
67 Cantagalo. Esclarecendo que a visita do Conselho Estadual de Assistência só está
68 analisando o município de Pirapetinga porque diz respeito à Minas Gerais e nós não
69 temos competência pra analisar a situação do Rio de Janeiro muito embora o
70 empreendimento se manifestou no sentido de que irá respeitar o PAS/BARRAGEM de
71 Minas Gerais para, também, os empreendimentos do estado do Rio de Janeiro. O do
72 processo é apreciação do PAS/BARRAGEM. Nós recebemos o processo no dia 17 de
73 agosto de 2012, () naquela oportunidade nós, enquanto relator, nós solicitamos uma
74 diligência e fizemos uma visita técnica do CEAS no período de 30 de julho à 03 de
75 agosto de 2012. Considerando a presença de dois profissionais liberais, a advogada e
76 a assistente social da região, que estão oferecendo seus serviços aos futuros
77 atingidos para fazer intermediação durante as negociações do Consórcio Itaocara. O
78 empreendedor da usina convidou o Conselho para participar de uma reunião na
79 comunidade Pedra Furada, no município de Pirapetinga, com o objetivo de explicar
80 sobre o Plano de Assistência Social os direitos dos futuros atingidos e os
81 procedimentos do CEAS no acompanhamento das atividades do PAS Barragem e isso
82 visando evitar algum conflito futuro. A reunião foi realizada no dia 31 de agosto de
83 2012, às 15:00h na escola de Pedra Furada e estiveram presentes noventa e oito
84 pessoas residentes ou não no município, dentre eles estiveram alguns moradores da
85 região do município de Laranjal também atingido pela UHE Barra de Braúna. Na
86 análise do resultado nós entendemos que foi muito pertinente a visita realizada na
87 comunidade Pedra Furada. A presença do CEAS foi de fundamental importância para
88 o esclarecimento da população a ser atingida quanto aos seus direitos e
89 principalmente quanto aos aspectos constantes no PAS. A impressão demonstrada
90 pelo relator e pela técnica foi que grande parte dos presentes na reunião pública
91 legitimaram os dois profissionais autônomos, advogado e assistente social, como
92 representantes para intermediar a negociação com o empreendimento, apesar de
93 demonstrarmos da desnecessidade de terceiros intermediar o processo por quanto o
94 PAS prevê o posto de atendimento social composto por advogado, assistente social e
95 psicólogo, além de estar disponível o equipamento () do CRAS para atendimento
96 gratuito à população. Destaca-se a presença de representantes do IBAMA do Rio de
97 Janeiro que muito contribuíram e reafirmaram a importância do trabalho do CEAS na
98 garantia do direito do atingido. É importante esclarecer, conselheiros, que essa
99 reunião... foram mais ou menos umas quatro ou cinco horas de diálogo com os
100 atingido e lá haviam atingidos, também, do estado do Rio de Janeiro o que dificultou
101 pra gente a informar e demonstrar pra eles que nós não tínhamos condições de
102 atender aquilo que estava proposto para o Rio de Janeiro porque a nossa garantia era
103 somente para os atingidos de Minas Gerais. Nós, também... quando a gente fala do
104 Barra de Braúna, (a gente tinha) representante de Barra de Braúna, é porque parece
105 que houve um movimento por parte de não sei informar se é por parte dos atingidos ou
106 se é por parte dos representantes que estavam lá legitimados de levar representantes
107 de Braúna pra mostrar que o processo foi dificultoso que precisava realmente de
108 intermediação, né? Então, tava um campo muito preparado para que esses atingidos
109 tivessem a legitimação dos profissionais. Lá nós oportunizamos a eles a fala, nós
110 informamos que o CEAS não estava ali pra poder negar ou destituir direitos dos

111 profissionais autônomos em intermediar o processo, mas fomos incisivos em mostrar
112 que é extremamente desnecessária a participação de terceiros uma vez que o papel
113 do PAS eu diria que se ter um posto de atendimento é justamente esse né? De que
114 esse posto de atendimento seja o local onde os atingidos possam receber as
115 informações e ter a garantia dos seus direitos, mas de qualquer forma nós atendemos
116 lá e ficou claro pra gente que eles estão legitimados por grande parte das pessoas que
117 participaram da reunião pra ser os interlocutores. Bom, contextualizar o PAS
118 Barragem, baseado... a UHE Itaocara será implantada no trecho médio do Rio Paraíba
119 do Sul, afetará a zona ribeirinha dos municípios Itaocara, Aperibé, Santo Antônio de
120 Pádua, Cantagalo no estado do Rio de Janeiro e () no estado de Minas Gerais. Essa
121 hidrelétrica vai gerar 145 megawatts de energia, o empreendedor é o Consórcio
122 Itaocara, formado pelas empresas Light Energias e CEMIG, prazo previsto para
123 entrega da obra é de 30 meses () com o estabelecido pelas leis de Minas Gerais. O
124 município de Pirapetinga é caracterizado como pequeno porte um e habilitado na
125 gestão básicas do SUAS, terá 155 propriedades afetadas, destas, 134 estão
126 localizados na comunidade rural de Pedra Furada. A localidade de Pedra Furada ()
127 associação de pescadores que de acordo com informações do PAS somam 30
128 associados. Para negociação com os pescadores foi organizado um processo de
129 mediação com o Ministério da Pesca para negociar os direitos dos pescadores cujo o
130 grupo será composto pelo empreendedor, pescadores, representantes do IBAMA, a
131 (JEVAP) e EMATER do município. Para construção da usina há previsão de contratar
132 750 pessoas do auge da obra e conforme reunião com o CMAS de Pirapetinga que
133 ocorreu no dia 31 de julho de 2012, o empreendedor avaliará a possibilidade de
134 priorizar a contratação das pessoas desempregadas que concluírem o curso do
135 PRONATEC disponibilizado pelo município às famílias do Programa Bolsa Família. No
136 PAS foram apresentados diagnósticos do município de Pirapetinga e das propriedades
137 a serem atingidas com descrição das famílias e trabalhadores residentes locais. Os
138 impactos sociais com as ações previstas para potencializar, minimizar ou erradicar ()
139)... que os programas socioambientais que tem relação direta ao PAS destaca-se os
140 que visam a garantia de proteção social, Programa de Comunicação Social,
141 Subprograma de Formação de Mão de Obra, Programa de Acompanhamento à
142 População Atingida que será desenvolvido pelas equipes do posto de atendimento
143 social. Serão três postos de atendimento social, um na comunidade de Pedra Furada,
144 um na comunidade de Batatal no Rio de Janeiro e um itinerante para atender os
145 municípios de Pádua e Aperibé e Gantagalo no Rio de Janeiro. Os três postos terão
146 uma equipe fixa composta por uma assistente social e um psicólogo e ainda um
147 advogado (em comum) para atender todos os postos. Outro programa é o de
148 readequação das atividades pesqueiras, Programa de Reativação das Atividades
149 Econômicas de Geração de Renda, Programa de Gestão Institucional, Programa de
150 Gestão Fundiária, Programa de Negociação com as seguintes alternativas: aquisição
151 de terras; indenização; reassentamento; realocação urbana; carta de crédito;
152 realocação de residências de veraneio; indenização para (). E aí a gente esclarece
153 que quando nós discutimos sobre a gestão fundiária nós mostrávamos para os
154 atingidos essas modalidades que seriam as modalidades de negociação e () naquele
155 momento que as pessoas que estavam intermediando, os profissionais que estavam
156 intermediando, eles estão cobrando, lógico, o percentual sobre aquilo que tem sido
157 negociado,né? Quando a gente trata de reassentamento, trata de realocação urbana,
158 trata de realocação de residência de veraneio, nos preocupa quando que esses
159 atingidos irão pagar os honorários desses profissionais porque se a gente... se ele
160 sempre for indenização, tudo bem, paga-se o profissional, mas como que se o atingido
161 que mora naquele local naquela localidade rural ele vai mudar para um
162 reassentamento ou vai mudar pra uma residência urbana? De que forma que ele vai
163 pagar esses honorários se ele já ele já está em extrema vulnerabilidade naquele
164 momento? Então isso nos preocupou e a gente coloca isso aqui. A () do PAS
165 protocolado no CEAS já está disponível no Conselho de Pirapetinga para consulta aos

166 atingidos que necessitaram. Nós esclarecemos muito bem pra eles lá que eles podem
167 ir lá no Conselho Municipal conhecer o PAS, tudo com muita tranquilidade, e o nosso
168 parecer conclusivo é de aprovar o PAS/BARRAGEM da UHE Itaocara... NÍVIA - Em
169 discussão, na ordem das inscrições, conselheira Roberta... ROBERTA - Eu queria só
170 chamar a atenção porque me parece que esse é o 2º empreendimento que envolve,
171 inclusive a questão do IBAMA, né? Um, foi um que nós visitamos, eu e a Consolação,
172 nós fomos à prévia e parece que esse é o 2º, não é, Consolação? Que está
173 envolvendo outros municípios de outros estados, né? Então eu acho que é uma
174 experiência que o Conselho vai passar pela primeira vez que até então a gente discute
175 e aprova e dá as tratativas daqueles municípios pertencentes ao estado de Minas
176 Gerais. Então isso eu acho que é um grande desafio que é isso mesmo que o Marcelo
177 colocou, por exemplo, nessa tratativa de todas as questões separar o que é de
178 jurisprudência desse Conselho e conseguir entender toda essa questão desse
179 movimento, desses possíveis conflitos que possam vir a ter quando Marcelo coloca
180 essa questão de advogados, profissionais liberais envolvidos nisso, então isso nos
181 acende pra possíveis conflitos lá na frente, entendeu? Então, eu acho que isso a gente
182 vai ter que trazer pra esse Conselho um monitoramento mais perto desses que a
183 gente está percebendo que possa acontecer até para experiência dessa de
184 (Candongia) que a gente está vivendo. E a outra questão, Marcelo, que eu acho que é
185 o seguinte, nessa questão do pagamento, que é uma colocação que você fez, eu acho
186 que nessa Plenária nós não temos que preocupar com isso, é, e nem nos preocupar
187 porque assim, os atingidos são livres pra se associarem e contratarem quem eles
188 querem. Agora, o que a gente precisa é monitorar para que esses profissionais não
189 vendam ilusão pra essa população porque o risco e o conflito se dão lá na frente é
190 quando a venda da ilusão nessa perspectiva da indenização, na hora de implantar o
191 que foi planejado o consórcio muitas vezes fica limitado, por quê? Esses profissionais
192 inviabilizam nessa perspectiva de que "olha, pode ter indenização lá na frente parará
193 parará", e esse processo pode se arrastar então, o que eu queria chamar atenção é
194 que a gente coloca-se isso na pauta do Conselho para um monitoramento mais
195 próximo pra gente não ter a surpresa depois de denúncia, então se a gente montar um
196 esquema de monitoramento aí de dois em dois meses assim, não só um relatório mas
197 um monitoramento mais próximo disso aí pra gente evitar a surpresa de denúncias
198 que possam acontecer. MARCELO ARMANDO - Só pra esclarecer, conselheiros, que
199 nós deixamos muito claro na nossa visita que em momento algum o Conselho
200 Estadual questionava a participação de profissionais liberais no processo, né? O que
201 nós mostrávamos naquele momento é o seguinte, "olha nós estamos aqui pra mostrar
202 a vocês que vocês têm direitos e os direitos de vocês são esses", então a gente
203 mostrava pra eles, agora, lógico que eles têm total liberdade pra poder contratar ou
204 não profissionais, né? Cristiane.

205 CRISTIANE - Bom dia a todos e à todas! A Roberta... exatamente um ponto que eu ia
206 tratar é exatamente isso, não é a primeira vez que a gente tem empreendimentos que
207 abrangem outros estados e eu estou me lembrando, eu não estou certa, que da outra
208 vez a gente tinha tirado um encaminhamento que fazia contato com o Conselho
209 Estadual do Rio de Janeiro, não foi? E foi feito esse contato e...? ((fala fora do
210 alcance)). Ah, tá... Bom, então de qualquer forma eu gostaria de retomar esse
211 encaminhamento de que mais uma vez a gente tentasse ou estabelecesse contato
212 com o Conselho Estadual do Rio pra poder aí, quem sabe, uma ação conjunta no que
213 diz respeito a esse empreendimento entendendo esses limites onde nós atuamos e
214 onde eles atuam, então, queria propor esse encaminhamento. Agora em relação à
215 essa questão dos profissionais liberais, Marcelo, assim, acho que incomoda muito
216 essa situação, né? Não sei o quê que... vocês estiveram lá e o quê que vocês
217 puderam perceber, incomoda bastante, Sei que a gente tem alguns limites, agora, eu
218 gostaria que nós pudéssemos, enquanto Conselho Estadual, acionar os órgãos, no

219 caso o (CRESS) e a OAB pra ver exatamente assim, a legitimidade dessa atuação
220 porque a população deu legitimidade, né? Mas de qualquer forma encaminhar esses
221 contratos, esses termos que tão sendo assinados, para o CRESS para que a gente
222 possa um pouco saber disso aí porque eu fiquei lembrando de situações que a gente
223 se depara de vez em quando com pessoas que contratam advogado pra poder
224 conseguir aposentadoria, né? Sendo que isso não precisa, está posto que não precisa
225 e mesmo assim existem profissionais que usam dessa situação pra poder ter aí
226 recursos. Então, nesse sentido eu gostaria de fazer essas duas propostas, né?
227 Retomar o contato com o Rio de Janeiro e quem sabe encaminhar esses contratos pro
228 CREA pra ver aí uma avaliação por parte do órgão competente. NÍVIA - Antes de
229 passar para o próximo conselheiro que pediu a palavra eu queria só esclarecer (aqui)
230 de público que o nosso presidente esteve com o presidente do Conselho Estadual de
231 Assistência Social do Rio de Janeiro, eu acredito que ele traria o relato hoje pra nós,
232 mas devido a sua ausência a gente tem que lembrar de cobrar dele na próxima
233 Plenária. É claro que ele deve estar com esse relato pronto pra nos apresentar. Ele
234 comentou comigo que foi uma reunião muito boa e que foi muito importante esse
235 primeiro contato, esse canal que foi aberto, e que houve assim uma receptividade
236 muito boa por parte () presidente do Conselho Estadual do Rio de Janeiro. ROBERTA
237 - É só pra entender o seguinte, mesmo que o Geraldo tenha feito contato, tenha tido
238 receptividade, nós não podemos esquecer uma questão, o Rio de Janeiro não é regido
239 por uma legislação igual Minas Gerais, então assim, ele também, por mais que ele tem
240 interesse de atuação, do ponto de vista legal ele tem todos os seus limites que eu
241 acho que, inclusive até inviabiliza a ação dele porque esse Conselho só pode e só
242 pôde entrar nesse processo no momento em que o estado de Minas Gerais fez uma
243 legislação legitimando esse Conselho a entrar nesse processo porque até então isso
244 tudo era feito (por) nosso Plano né? Aí quando nós tivemos essa legislação que nos
245 facultou nos legitima pra essa defesa. No caso de Rio de Janeiro, com certeza, porque
246 foi a mesma discussão que nós fizemos quando nós tivemos esse empreendimento lá
247 em Belmiro Braga que também vai afetar um pedaço do Rio de Janeiro, então assim,
248 como eles não tem essa legislação, quer dizer, o máximo que ele pode acompanhar,
249 mas assim eu acredito que ele tem seus limite no sentido de atuação, ele não é tão
250 livre como a gente pra poder acionar o Ministério Público, essas questões, mas eu
251 acho que vale a pena essa recomendação e eu sugiro, inclusive que a gente envie o
252 PAS para o Conselho Estadual, o ofício nosso aqui encaminhando o PAS comendo
253 essas questões aí e solicitando uma ajuda pro monitoramento dessa implantação do
254 PAS. MARCELO ARMANDO – Permita me esclarecer quanto ao seu encaminhamento
255 conselheira, o Conselho Estadual quando fez a visita pela técnica no primeiro
256 momento ela recebeu contratos dos profissionais, né? Nós verificamos esses
257 contratos na análise nossa do contrato que, também, juntamente com a técnica, o
258 contrato dos honorários feito pelo profissional do direito, no meu ponto de vista ele
259 está dentro daquilo que prevê o trabalho do profissional do direito. Quanto ao contrato
260 feito pelo profissional assistente social, nós conversando, eu e a técnica, a gente
261 verificou que neste contrato, em tese, pode ter alguma situação que ultrapassa a que
262 ultrapassa a competência do profissional assistente social, então, eu vejo assim, muito
263 interessante o seu encaminhamento pra que o Conselho da categoria do qual eu
264 represento aqui no CEAS ele possa verificar o contrato através da Comissão
265 específica que nós temos lá no Conselho... pode verificar se esse contrato está dentro
266 do que prevê mesmo, então eu quero me solidarizar com você nesse encaminhamento

267 ((fala fora do alcance))... Para o (CRESS). NÍVIA - Conselheiro Volney... VOLNEY - ()
268 Marcelo, por favor... Eu queria entender melhor... É, sobe mais um pouquinho... A
269 questão do Subprograma () proposto pelo (PAS), possui um programa de formação
270 de mão de obra, né? Eu queria ter uma compreensão melhor desse programa. Eu
271 queria, também, saber o seguinte, depois que vocês estiveram lá na audiência
272 pública... essas pessoas que deram essas procurações... se elas procuravam vocês e
273 perguntavam pro empreendedor se houve algum avanço, se houve negociação, ou se
274 com esclarecimento do Conselho se esses proprietários de terras recuaram ao
275 repensar, né? (Estou supondo)... ROSALICE - Bom dia... Está funcionando? Sobre o
276 Subprograma de Formação de Obra, Volney, a proposta é a seguinte, lá em
277 Pirapetinga, tá? Eles estarão recolhendo os currículos, porém, houve um acordo entre
278 eles que existe o programa federal PRONATEC que é em parceria com o Sistema S e
279 Pirapetinga já está adiantado no seguinte sentido, eles já programaram os custos do
280 PRONATEC voltado praquela mão de obra que vai ser necessária junto à usina e esse
281 PRONATEC pras pessoas desempregadas que estão no Bolsa Família, que recebem
282 o Bolsa Família, então, já houve um acordo que assim que for capacitando essas
283 pessoas na medida da necessidade porque são cinco municípios, eles estarão
284 priorizando a contratação dessas pessoas e de acordo com a capacidade da pessoa
285 de (), de acordo com a habilidade dela, então a contratação vai ser nesse sentido. E a
286 previsão de contratação é de aproximadamente novecentas pessoas priorizando a
287 região de () do empreendimento. A outra questão era sobre os contratos, não é isso?
288 Os pescadores realmente fecharam com os dois profissionais, agora, no final da
289 palestra lá alguns proprietários pegaram os nossos contatos e assim mudou um pouco
290 a visão dessa necessidade com eles um pouco pelo menos a primeira vista, mas
291 ninguém entrou em contato pra gente ainda. Agora, se houve avanço nós não
292 sabemos como que anda esse processo, eu sei que quando da minha visita a maioria
293 dos que eu visitei que são idosos, a comunidade é muito formada por idosos, eles já
294 tinham assinado o contrato tanto para o assistente social como psicólogo, o assistente
295 social estará recebendo 10% da negociação e o advogado 15%, então teve casos de
296 pessoas que assinaram os dois contratos, que eu tive acesso. Agora, se houve avanço
297 se puder passar pro empreendedor... NÍVIA - Eu gostaria de abrir a palavra pro
298 representante do empreendimento se quiser dá mais algum esclarecimento.
299 (RIDELVINO DRUMOND) - (Ridelvino Drumond), bom dia! Em relação a esses
300 contratos, a visão da Rosalice em relação ao avanço da assinatura dos contratos com
301 esse grupo de advogado e assistente social o que existe lá realmente hoje é que não
302 avançou dentro da questão dos produtores rurais. Quem assinou esse contrato,
303 grande maioria dos trinta pescadores que tem ali, porque tem uma parede social ()
304 associação de pescadores, os trinta pescadores assinaram, agora, com os produtores
305 rurais eles não conseguem avançar, eles não conseguem pegar assinatura dos
306 produtores rurais porque o produtor rural responde pra ele assim, a gente tem feito
307 reuniões de negociação, formando grupos de negociação e termo de acordo, está bem
308 avançado isso, então a gente tem um trabalho muito forte de assim, () com cada
309 associação lá tem três associações lá no entorno desse local de Pedra furada... a
310 gente tem feito, pelo menos lá, já tem umas cinquenta horas de planejamento de
311 negociação com desenvolvimento do termo de acordo. Os interesses deles, os
312 interesses nossos, como compatibilizar os interesses divergentes, então, nesse grupo
313 de produtores rurais os advogados e os assistentes sociais não conseguem entrar.
314 Agora, é lógico que vai entrar porque a gente escuta do produtor, a gente sempre

315 briga na hora do intervalo do lanche, ele fala assim "Ah se ele me conseguir mais do
316 que eu vou conseguir eu quero, agora, o que eu já tenho ele não põe a mão", eles
317 falam literalmente isso, já o pescador é uma realidade diferente porque é muito
318 cooptado com o pessoal da colônia e o pessoal da colônia tá com esse advogado mas
319 é por aí... mas a gente avançou muito no termo de acordo com os produtores rurais.
320 NÍVIA- Podemos colocar em votação, então, conselheiros? Então, em votação o
321 relatório da UHE Itaocara. Eu gostaria de passar o microfone, então, pros conselheiros
322 e já vou deixar meu voto que é pela aprovação da relatoria... Nívia. ANÁLIA – Pela
323 aprovação, Anália. (JOSÉ FERNANDO) - eu voto pela aprovação com o relator, (José
324 Fernando). MARCOS - Marcos aprovação com o relator. CRISTIANE – Cristiane, com
325 o relator... RAQUEL – Raquel, pela aprovação. ANA PAULA - Ana Paula, pela
326 aprovação com o relator. JÚLIO - Júlio, com o relator. (FRANCISCO) – Francisco, com
327 o relator. GUILHERMINA – Guilhermina, com aprovação com o relator. MARIA DE
328 FÁTIMA - Mária de Fátima, me abstenho. LOURDES - Lourdes ,com o relator
329 FERNANDO - Fernando, com o relator. GEORGE - George, com o relator. MÁRCIO -
330 Márcio, ASSPROM, pela aprovação com o relator. ROBERTA - Roberta, com o
331 relator... NÍVIA - Vou pedir ao conselheiro Marcelo pra esclarecer pra gente os
332 encaminhamentos que foram tirados aqui. MARCELO ARMANDO - Bom, houveram
333 dois encaminhamentos, um de enviar o PAS para o Conselho Estadual do Rio de
334 Janeiro e o outro, encaminhar o contrato do assistente social para o CRESS. NÍVIA -
335 Vamos colocar em votação, então, os encaminhamentos dados e eu já vou deixar meu
336 voto, Nívia, pela aprovação. Vamos pelo cartão. Quem é a favor da aprovação levante
337 o cartão por favor. Abstenção... Então, aprovado por unanimidade. Vamos prosseguir,
338 então. Eu gostaria de informar que eu acabei de receber um e-mail da conselheira
339 Dolores que justifica que infelizmente estaria em Brasília e houve um contratempo e
340 ela não poderá chegar a tempo nessa Plenária, ela pede desculpas e justifica sua
341 ausência. Então vamos dar prosseguimento aqui à pauta de relatorias. Vamos passar
342 agora a relatoria da PCH Unai de Baixo que foi a relatoria apresentada na última
343 Plenária deste Conselho no município de Guanhães pelo relator conselheiro Marcos
344 para qual eu, Nívia, pedi vistas juntamente com o conselheiro Mauro ... vou pedir
345 desculpas por eu fazer a leitura de pé, eu não gosto de ler de longe... e aí
346 esclarecendo que o conselheiro Mauro não pôde estar aqui hoje, então eu vou fazer a
347 relatoria sozinha e contando com a assessoria, se necessário, o apoio do conselheiro
348 Marcos que foi o relator deste processo. Então, assim só pra fazer uma
349 contextualização eu e o conselheiros Mauro mais o conselheiro Marcos fizemos uma
350 nova análise mais minuciosa do relatório feito pela técnica Rosalice, nos reunimos
351 neste Conselho, primeiramente, tomamos a decisão de convocar o empreendedor aqui
352 para melhores esclarecimentos porque a gente identificou que alguns pontos que não
353 foram cumpridos constantes no relatório... não houve nenhum impacto negativo mais
354 contundente, essa é a minha opinião, não é a opinião do conselheiro Marcos, mas eu
355 estou dizendo a minha opinião então eu to... (conselheira) pedi vistas e achamos por
356 bem ouvir o empreendimento, ouvir a empresa que prestou o serviço do posto de
357 assistência social, de atendimento social, e após esta reunião com o empreendimento
358 nós ficamos aqui no (), foi muito importante porque a gente esclareceu muitas
359 questões que não cabe ao relatório de citar, que foram os motivos que os levaram o
360 não cumprimento daqueles itens que eu falei aqui pra vocês agora, e a gente chegou
361 em tomar a conclusão que a gente poderia estar fazendo uma negociação com o
362 empreendimento para uma ação de reparação ao não cumprimento daquelas

363 condicionantes, mas que também não impediram que o trabalho fosse continuado,
364 fosse concluído, mas que ficou aí uo acúmulo, ficou o não cumprimento e aí, então,
365 vindo de alguns casos, né? Eu vou passar a leitura, então, do relatório pra ficar mais
366 claro pra vocês. Em conformidade, então, o empreendimento é a UHE Unaí de Baixo,
367 a empresa responsável, o empreendimento, é o Grupo Brennand Energia S.A., o
368 nome do empreendimento é Pequena Central Hidrelétrica Unaí de Baixo, o município
369 envolvido é o município de Unaí, e o tipo de processo é apreciação do
370 PAS/BARRAGEM para comprovação de implementação e nesse caso é a
371 comprovação de implementação do PAS. A data do recebimento do processo é 17 de
372 agosto de 2012. Então houve a solicitação de diligência e a justificativa da solicitação
373 é que eu vou ler a seguir: “Em conformidade estabelecida na Resolução do CEAS no
374 nº 318 de 2010, durante a apresentação do parecer do relator conselheiro Marcos
375 Vinícius Dias Nunes, na 171ª Plenária Ordinária do CEAS em 17 de agosto de 2012,
376 foi solicitado vistas ao processo por nossos conselheiros, Nívia Soares da Silva e
377 Mauro Alves de Souza, motivada pelo não cumprimento de aspectos dispostos no
378 PAS/BARRAGEM da PCH Unaí de Baixo, aprovado pela Resolução do CEAS de nº66
379 de 2004. Como informada no () Plenária os aspectos que não tiveram o cumprimento
380 comprovado por meio de análise documental, visita técnica à área atingida pelo
381 empreendimento e reunião com o Conselho Municipal de Assistência Social de Unaí,
382 foram: Item 1) Implantação do funcionamento do posto de atendimento social em
383 concomitância ao início das negociações. Item 2) Contratação de equipe
384 multidisciplinar para atendimento no posto referido no item 1, composta por um
385 assistente social, um advogado e um psicólogo social, que deverão prestar serviço em
386 horário integral. Os profissionais deverão iniciar os trabalhos com os atingidos em
387 concomitância ao início das negociações. Assegurar a disposição de cursos de
388 capacitação e reintegração no mercado de trabalho bem como para a mão de obra
389 necessária na construção da PCH Unaí e na construção civil para os domiciliados nos
390 municípios. Item 8) Garantir o apoio socioeconômico no município atingido na
391 implantação e implementação de projetos relativos à área da Assistência Social,
392 geração de emprego e renda, bem como turístico que visa o desenvolvimento do
393 município. Então, esses foram os itens que não foram cumpridos na totalidade.
394 Também foram constatadas a falta de acompanhamento psicológico da família de um
395 idoso que após a negociação foi () de vulnerabilidade emocional e o não cumprimento
396 de ações previstas no PAS aprovado em 2004 como enfrentamento, ações de
397 enfrentamento à prostituição e atendimento a migrantes e do encerramento do posto
398 de atendimento social em dezembro de 2011 sem a prévia avaliação do CEAS. Após
399 análise de dados, após análise de todos os aspectos foi agendada uma reunião com o
400 representante do Grupo Brennand Energia S.A., empreendedora da PCH Unaí de
401 Baixo, e com a empresa de consultoria (CPE Engenharia) para o dia 06 de setembro
402 de 2012.” E aí a análise do resultado como eu disse pra vocês desta conversa, desta
403 apresentação de justificativas de motivação por parte do empreendimento, que após
404 apresentação de todos os aspectos pendentes ao empreendedor e as representantes
405 da empresa de consultoria durante a reunião do dia 06 de setembro de 2012, foi
406 avaliado pelos conselheiros relatores que os aspectos pendentes não provocaram
407 impactos de grande monta que não pudessem ser reversíveis, assim, houve
408 concordância entre os presentes e os representantes do Grupo Brennand Energia em
409 desenvolver novas ações para compensar as não executadas durante a
410 implementação do PAS/BARRAGEM. Fica posto, então, nessa reunião a implantação

411 de projeto de () produtiva () da geração de renda para a comunidade de Mamoeiro
412 por ser a primeira comunidade () empreendimento. Não é comunidade atingida, é
413 primeira comunidade mais próxima à atingida... e que as propostas de ações serão
414 elaboradas em parceria com o poder público, gestor da Assistência social e CRAS
415 instalado na comunidade de Mamoeiro e sobre o controle do Conselho Municipal de
416 Assistência Social de Unaí. Então, foi acordado o prazo de trinta dias para
417 apresentação do projeto ao CEAS para avaliação durante a Plenária de outubro. Este
418 acordo foi oficializado ao empreendedor em 12 de setembro de 2012 por meio do
419 ofício nº 239 do CEAS de 2012, fundamentação do parecer. Contexto do PAS
420 Barragem...Não, não... não é esse não ()... Diante de todo o processo exposto aqui
421 sobre a execução do PAS da PCH Unaí de Baixo e acordo realizado com o
422 empreendedor durante a reunião ocorrida no CEAS em 06 de setembro de 2012, o
423 parecer destes conselheiros relatores é pela aprovação da implementação do PAS
424 sobre essa condicionante deste prazo de preposição de ação conjunta com o poder
425 público local porque a comunidade de Mamoeiro tem um CRAS, Unaí tem um
426 Conselho Municipal de Assistência Social que está ativo nesse processo, a Rosa teve
427 esse contato com o Conselho lá. O que a gente oficializou é que faltou essa
428 articulação do posto de atendimento social e que na verdade foi composto só por uma
429 assistente social ,o psicólogo não teve uma participação durante todo o período de
430 funcionamento do posto, e esta assistente social desenvolveu as ações na
431 comunidade junto aos empregados do empreendimento sem articulação direta com a
432 Política de Assistência Social do município e aí ela teve dificuldades em, por exemplo,
433 executar as ações que deveriam prever a exploração sexual infantil, as ações de
434 qualificação profissional, ela não conseguiu uma legalização durante... as pessoas não
435 aderiram às propostas de (curso) porque as pessoas já estavam indo direto pra serem
436 contratados tanto que houve um número de contratados acima do previsto então
437 não houve uma verdade, necessidade desses cursos porque a mão de obra local toda
438 foi absorvida, eles absorveram um percentual considerável de pessoas do município,
439 da comunidade. E a outra questão ali, atendimento ao migrante, não houve demanda
440 pra esse tipo de atendimento. E o atendimento psicológico à uma família que a Rosa
441 identificou que foi a única família que ficou, assim, emocionalmente mais afetada,
442 então como não tinha psicólogo no posto de atendimento social e a justificativa é que
443 eles não conseguiram um psicólogo no município ou na região que eles pudessem
444 fazer o contrato pra o atendimento integral, então eles tiveram um psicólogo que fez
445 atendimentos pontuais, e aí essa família que teve essa... vamos dizer assim esse
446 dano emocional mais identificado ele não... nem a assistente social sabia que essa
447 família sofreu esse abalo emocional, vamos dizer assim. A assistente social relatou
448 que ela conhecia a família, que ela trabalhou com a família o tempo todo, mas que
449 isso não foi relatado pra ela. Então a gente percebeu assim, que a empresa não teve
450 uma (), ela não fez, não cumpriu com essas ações talvez até por falta de clareza do
451 papel do controle social, o papel do acompanhamento do CEAS, dessa análise do
452 cumprimento do PAS, é a primeira vez que eles atuam no nosso estado... a empresa
453 do estado de Recife, né? Eles são do Recife, inclusive eles elogiaram muito essa
454 legislação que a gente tem aqui no estado. Eles falaram que atuam em vários estados
455 e nunca passaram por esse tipo de relacionamento com o controle social e o que a
456 gente avaliou é que eles não cumpriram tudo por essas questões que eu estou
457 traduzindo aqui pra vocês, mas que eles estavam dispostos a fazer qualquer reparo,
458 qualquer compensação que fosse necessária para que eles tivessem a oportunidade

459 de desenvolver novamente essas ações ou outras. O quê que a gente avaliou? Aquela
460 comunidade atingida ela não é constituída por pessoas vulneráveis no ponto de vista
461 socioeconômico. São grandes proprietários, né? A maioria deles mudou dali, comprou
462 outras terras e, então, não teve nenhuma família da comunidade em que o
463 empreendimento foi instalado que ficou com algum direito violado... () comunidade de
464 Mamoeira, porque é uma comunidade mais distante que não foi afetada diretamente,
465 porém, a comunidade de Mamoeiro é uma comunidade mais vulnerável socialmente,
466 inclusive ela tem um CRAS que está instalado lá que a (própria) comunidade... E aí o
467 quê que a gente propôs? Como compensação a esse não cumprimento que eles
468 articulassem com o CRAS, com o Conselho Municipal de Assistência Social, com o
469 gestor municipal de Assistência Social e propusesse uma parceria, uma
470 disponibilidade pra apoiar ações que pudessem ir de encontro com as prioridades
471 mais clemente do trabalho do CRAs e aí a gente sugeriu, por exemplo, um trabalho de
472 inclusão produtiva, mas foi só uma sugestão, mas que eles conversassem com o
473 CRAS, conversasse com a comunidade de Mamoeiro, conversassem... isso tudo de
474 uma forma articulada com o conselho Municipal e trouxesse pra nós em trinta dias
475 uma proposta de um trabalho em conjunto com o município nessa comunidade como
476 forma de compensação. E aí teve outra situação que ocorreu após essa reunião...
477 Você está com o encaminhamento aí? Eu acho que a gente já podia abrir, né?... Aí
478 ocorreu uma situação, gente, após essa reunião, após essa negociação, o
479 empreendimento se mostrou totalmente a favor, eles reconheceram as falhas que
480 foram cometidas no cumprimento do PAS apesar das justificativas que eles nos deram
481 e eles concordaram, e até assim, eles acharam que seria muito bom porque eles ainda
482 têm a assistente social trabalhando com eles e de ter essa oportunidade de trabalhar e
483 cumprir pra uma comunidade próxima, só que após a reunião, nós recebemos uma
484 informação que a gente não tinha conhecimento de que a empresa já estava com a
485 Licença de Operação funcionando desde o mês de abril. Então, a gente ficou diante de
486 outra situação, né? Mas a gente já havia esse encaminhamento, então nós trouxemos,
487 nós discutimos ontem novamente e a Comissão de Normas e a gente trouxe duas
488 propostas. A primeira proposta é de aprovação deste primeiro encaminhamento que
489 foi dado por nós, proposta por nós a esse grupo de conselheiros. E a segunda,
490 paralelamente a esta ação, trabalhando com a perspectiva de que o primeiro
491 encaminhamento a gente terá um bom resultado, um resultado positivo, pra que a
492 gente possa aprovar a implementação do Plano de Assistência Social, mas
493 paralelamente a isso a gente vai dar o encaminhamento junto ao COPAM Noroeste de
494 Minas que é lá de Unai, a cassação da Licença de Operação e isso () por equívoco
495 que pode ter ocorrido, mas aí pedimos, também, informações ao COPAM de que eles
496 emitiram a Licença de Operação antes da aprovação da implementação do PAS e aí
497 eu vou ler pra vocês qual que foi o encaminhamento que nós aprovamos. “Encaminhar
498 correspondência ao COPAM Noroeste de Minas informando sobre análise do processo
499 que o relator encaminhou pela não aprovação da comprovação da implementação do
500 PAS/BARRAGEM que por consequência encontra-se sobre pedido de vistas de dois
501 conselheiros do CEAS, portanto, a concessão da L.O. por este Conselho Ambiental se
502 revestiu de ilegalidade por quanto não cumpriram o que prevê o artigo 5º da lei 12.818
503 de 1998, ou seja, a comprovação da implantação do PAS constitui-se em pré-requisito
504 para concessão por este órgão ambiental da Licença de Operação, assim sendo, faz-
505 se necessária a revogação imediata da licença ambiental conforme certificado na L.O.
506 (001) de 2012, que é o número dessa Licença de Operação, solicitando um

507 posicionamento no prazo de trinta dias porque a gente está partindo ainda do
508 pressuposto... como ela é uma Licença de Operação que está (condicionante), nós
509 estamos com a cópia da Licença de Operação então ela sob condicionantes nós
510 estamos partindo do pressuposto que essa condicionante pode ser inclusive essa
511 aprovação da implementação do PAS ou alguma coisa ligado à licença ambiental que
512 diz respeito à essa não aprovação da implementação do PAS ainda. E encaminhar,
513 também, ao COPAM Central, à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e à SUPRAM
514 sobre os procedimentos adotados pelo CEAS neste caso com resgate histórico,
515 inclusive de outros processos que obtiveram a Licença de Operação ou a Licença de
516 Instalação sem a devida instalação do que compete ao CEAS, ainda solicitando a
517 estes órgãos, a articulação entre os COPAM's regionais para o cumprimento da
518 legislação estadual e o retorno ao CEAS, também, no prazo de trinta dias. Então,
519 gente, diante dessa situação a Comissão decidiu ontem por trazer para aprovação
520 dessa Plenária estes dois encaminhamentos. O primeiro que já havia sido dado
521 inclusive no afã de darmos agilidade ao processo, a gente já enviou um ofício ao
522 empreendimento formalizando o que tinha sido acordado aqui na reunião pra gente
523 ganhar tempo, pra eles, também, ganharem tempo, né? E aí, ontem, a gente decidiu,
524 também, por este encaminhamento então a gente ficaria com estes dois
525 encaminhamentos em andamento. Eu quero abrir, então, agora, para as inscrições...
526 MARCELO ARMANDO – Bom, conselheiros, aqui nós temos alguns pontos que a
527 gente vai ter que detalhar e debruçar sobre eles. Primeiro eu gostaria de fazer a leitura
528 de um e-mail que o conselheiro Mauro encaminhou pra todos nós e está escrito aqui o
529 seguinte "Prezados, desculpe pelo comunicado de última hora, mas é devido à uma
530 denúncia de racismo aos quilombolas e negros de uma forma geral no nosso
531 município que tive que abortar minha vigem de última hora. É que os representantes
532 de direitos humanos estará no nosso município para apurar tal fato, com isso devo
533 ficar mais para o acompanhamento mais perto junto a população quilombola, mas o
534 meu motivo maior desse e-mail não é isso, mas pelo fato de após toda a discussão a
535 respeito do PAS Unai de Baixo para a minha surpresa, no final da reunião com os
536 representantes do empreendimento relator Marcos, Nívia, e técnica Nívia... É mas tá
537 escrito aqui Nívia, né?... os representantes afirmaram que a L.O. já havia sido
538 expedida desde fevereiro de 2012 e o funcionamento da PCH entrou em operação
539 desde março, estou indignado com a situação porque eu não sabia deste fato e
540 acredito que vocês também não. Faço a pergunta 'Qual está sendo o nosso papel?',
541 aprovar o que já está aprovado? Ninguém do Conselho sabe disso? Reconheço que
542 devo muito para esse Conselho, mas este fato supera todos eles. Passo a bola para
543 vocês e digo que estamos juntos nessa. Podem contar comigo, Mauro Alves". Bom
544 esse é o primeiro ponto só pra publicizar o e-mail que chegou ao conselheiro, mas nós
545 temos algumas questões aqui no meu ponto de vista em questões de ordem que a
546 gente deve atentar. Primeiro, pela a apresentação que foi feita pela conselheira Nívia,
547 ela aponta que foi feito um acordo na reunião e que este acordo seria encaminhado
548 daí trinta dias. Bom, primeiro a gente tem que atentar ao seguinte, não é possível
549 neste Conselho através de deliberações anteriores condicionantes para aprovação de
550 Licença, seja de Instalação, ou seja, Licença de Operação. No meu ponto de vista,
551 baseado na própria Resolução que nós temos que trata do empreendimento aquilo
552 após o pedido de vistas seria pra verificar se houve ou não houve o cumprimento da
553 L.O. pelo empreendimento, né? Do PAS, perdão, do PAS. O primeiro relator que foi o
554 relator do processo ele encaminhou pela não aprovação considerando que não houve

555 cumprimento do PAS. O pedido de vistas tanto do Mauro quanto da conselheira Nívia
556 era para verificar se houve veracidade ou se houve notificação no PAS, mas pelo que
557 a gente entendeu aqui pelo que foi demonstrado é que não houve cumprimento do
558 PAS, tanto do pedido de vista, ele caracteriza que não houve cumprimento, mas que
559 fizeram um acordo para que daqui trinta dias eles apresentassem uma proposta que
560 no meu ponto de vista isso não é possível considerando que aqui nós deveremos
561 discutir é “aprova ou não aprova” porque este acordo não poderia ser objeto de
562 elaboração sem que passasse pela Plenária, esse é um ponto. O segundo ponto é que
563 o COPAM mais uma vez delibera pela Licença de Operação descumprindo a própria
564 lei estadual que fala que nós temos que o PAS é um pré-requisito para aprovação da
565 licença ambiental, né? Este ponto vai ser apreciado no momento oportuno que vai ser
566 do momento das Comissões, mas como já foi apresentado na fala da conselheira
567 Nívia eu já adianto, mas aprofundo mais a frente. Então eu quero levantar essa
568 questão porque esta condicionante como foi apresentada ela ultrapassa uma
569 deliberação que é a de não poder haver condicionantes. NÍVIA - Eu quero primeiro só
570 responder a... Gostaria de ter o direito de responder à suas considerações, Marcelo.
571 Primeiro que o Conselho não tinha conhecimento dessa Licença de Operação, né?
572 Claro que se a própria secretaria executiva tivesse conhecimento isso teria sido
573 informado no relatório da conselheira Rosa. A surpresa foi nossa, também, quando ao
574 término da reunião a gente obteve essa informação por parte do próprio
575 empreendedor, inclusive a pergunta dele foi a seguinte "Eu já estou com a Licença de
576 Operação funcionando, vigorando desde mês de abril. Este acordo que a gente está
577 fazendo, está condicionante que a gente está tentando superar compromete essa
578 Licença de Operação?", aí foi que a gente fez o questionamento "Mas você já está
579 com Licença de Operação? Você já está...?", então a gente não tinha conhecimento,
580 quero que fique muito claro aqui neste Conselho, até porque se a gente soubesse a
581 gente teria dado outro encaminhamento que não o de chamar o... seria já o
582 encaminhamento direto ao COPAM. O segundo, Marcelo, que nós não aprovamos,
583 nós estamos trazendo para apreciação e colocar em votação aqui nessa Plenária a
584 aprovação ou não do acordo que nós conselheiros fizemos, que nós acordamos. Nós
585 não estamos dizendo que... inclusive, a gente deixou isso muito claro para o
586 empreendedor, nós vamos já fazer o acordo e levar essa proposta para aprovação da
587 Plenária, tá? Nós não tomamos nenhuma ação deliberada em momento algum. Nós
588 estamos aqui justamente pra fazer esta aprovação, esta avaliação, esta discussão.
589 MARCELO ARMANDO – Por favor... Marcelo. Por favor, me apresente o relatório da
590 conselheira, por favor, porque lá no final, olha lá, o parecer conclusivo Nívia está
591 dizendo o seguinte, "... diante do processo exposto sobre a execução do PAS Unai e
592 acordo realizado com o empreendedor durante a reunião o parecer deste () é pela
593 aprovação da implantação do PAS", então quando que nós vamos aprovar a
594 implantação do PAS se há uma proposta de acordo pois a condicionante...
595 Justamente... Então quer dizer que nós não podemos fazer condicionantes para
596 aprovar seja Licença de Instalação ou seja Licença de Operação, já existe deliberação
597 deste Conselho que poderá até ser... a nossa Secretaria Executiva pode esclarecer
598 sobre isso, de que não haverá aprovação com condicionantes porque nós já tivemos
599 uma triste experiência no passado que foi o de Candonga que pelas condicionantes
600 que houveram naquela oportunidade foi o que ocasionou todo esse problema que
601 existe hoje, né? Então, foi um dos motivos da gente acabar com as condicionantes. E
602 nós hoje estamos num processo de julgamento ou seja, o relator já manifestou pela

603 não aprovação, você que fez o pedido de vista, você, também... você manifesta pela
604 aprovação e agora cabe aos conselheiros aprovarem ou não aprovarem a implantação
605 do PAS... ((fala fora do alcance)). NÍVIA - Marcos a gente vai te inscrever tá? É
606 porque... ((fala fora do alcance)) MARCOS - Eu estou inscrito, é porque eu participei
607 do processo, então acho que é interessante né? NÍVIA - Sim, claro. MARCOS - Oi,
608 bom dia todos e todas! Acho que só...também quando a Nívia, quanto relatora, lá em
609 Guanhães, quando eu apresentei o relatório e que aí depois foi feito o pedido de vistas
610 pelo Mauro e pela Nívia eu pedi que pudesse acompanhar o processo como relator
611 que tive que eu pudesse acompanhar, inclusive e pudesse sentar no encaminhamento
612 que a gente teve... sentar com o empreendedor que eu pudesse acompanhar isso.
613 Acho que primeiro trazer o seguinte, os pontos que eu trouxe na última reunião e que
614 eu coloquei contrário à aprovação do PAS, é na verdade, a gente viu ali que no próprio
615 relatório os pontos na verdade foram confirmados isso, né? Aquela execução daqueles
616 que já foram lidos aqui que e eu acho que não precisa ficar repetindo. Com relação eu
617 acho que a questão da L.O. é gravíssima eu acho que isso que o Mauro trouxe com
618 relação à indignação. Eu também fiquei muito indignado porque fica parecendo que
619 nós estamos fazendo o quê aqui enquanto conselheiros? Porque eles infligiram uma
620 legislação e pelo o que eu pude perceber essa não é a primeira vez. Quando, inclusive
621 a gente estava sentado nesse local que a gente fez que eu perguntei alguma coisa
622 que eu não lembro o quê que foi que eu sei que ele colocou assim "Não, mas a gente
623 já está em funcionamento.", e eu falei "Mas vocês já tão em operação?", aí ele falou
624 "Estamos" desde março ou fevereiro, então, assim, foi um estranhamento muito
625 grande... Pois é mas na hora que ele falou março ou abril, aí ele ficou em dúvida qual
626 que é o período, mas a L.O. que foi emitido pelo COPAM é de fevereiro de 2012. A
627 segunda coisa que eu queria entender é justamente isso que acho que o Marcelo
628 traz... gente... e ai entender dos técnicos aqui a parte de legislação qual que é os
629 procedimentos. Naquele momento a gente entendeu que o PAS não foi executado da
630 forma que previa a Resolução 66 de 2004 que foi quando esse Conselho definiu qual
631 que seria os procedimentos de execução do PAS. E aí foi feito o pedido de vistas, está
632 se trazendo aqui as informações do quê que se discutiu nesse processo e aí uma das
633 coisas que a gente, além de conversar com o empreendedor, é que também a gente
634 ficou de conversar com o Conselho Municipal até pra entender do ponto de vista do
635 Conselho Municipal o quê que aconteceu. Quem fez a visita foi a Rosa. Eu baseei na
636 parte documental, inclusive a gente começou a conversar aqui que você mesmo
637 colocou e falou assim "Não, eu acho que a questão da visita a gente deixa num
638 processo de que gente de todo o processo aqui de conversa, de reunião com o
639 empreendedor, com o Conselho Municipal, se a gente ver que não dá pra poder
640 encaminhar essas informações a gente faria uma visita pra poder resolver essa
641 situação." Então eu acho que é entender isso porque assim, quando fala ali o parecer
642 destes conselheiros pela aprovação e implementação do PAS porque no dia... e eu
643 quero entender, na verdade a gente não fez um acordo, a gente propôs pra eles que
644 eles voltassem, sentassem com o Conselho Municipal e com a comunidade, fizessem
645 uma nova proposta de ação pra recompensar o que eles não fizeram antes até porque
646 que o quê que não foi feito passou perdeu, o que as famílias passaram de situação
647 acabou, tem certas coisas que não tem como voltar atrás mais, então seria de uma
648 certas forma uma recompensa por aquilo que eles não fizeram, então eles ficaram de
649 voltar, sentar com o Conselho Municipal e fazer uma proposta e a () inclusive a gente
650 comentou com eles que seria apresentado no próximo Conselho em outubro que seria

651 Montes Claros a gente traria e aí eles iriam trazer a proposta "A gente vai fazer isso,
652 isso e isso, vamos implementar um sei lá um posto social, um projeto produtivo e tal",
653 então esse Conselho vai olhar essa proposta e vai falar assim "Não... pode fazer ou
654 não pode. Ou pode acrescentar mais isso"... esse eu entendi que seria o procedimento
655 e hoje aqui seria trazer mas também socializar o quê que os relatores... o quê que a
656 gente conseguiu fazer. A outra coisa eu queria só entender porque quando fala ali que
657 o parecer destes conselheiros relatores eu, pelo menos até onde eu sei, o Mauro não
658 tem conhecimento na íntegra desse relatório, ele não leu esse relatório, então eu só
659 queria depois entender isso. Pelo menos até onde eu sei, ele não recebeu esse
660 relatório. Então, quando fala "o parecer desses relatores", eu estou entendendo que
661 seja seu e do Mauro. NÍVIA – Isso, porque a Rosa ficou de passar pra nós dois. Ela
662 me passou aqui e eu não sei... a gente não sabia que o Mauro não viria... aí eu não sei
663 como que foi a comunicação com o Mauro sobre esse relatório. Eu vou pedir a Rosa
664 pra explicar. ROSA - Nívia o acordado era que se ele viesse... era ontem, né? Vocês
665 se reunirem e ele não veio e hoje de manhã. Nós ficamos sabendo que ele não viria
666 hoje, então vocês estariam conversando hoje de manhã. MARCOS - Eu acho que eu
667 acho que independente de qualquer coisa é o seguinte, o Mauro não tomou
668 conhecimento do relatório. Eu acho que essa é uma coisa. Eu queria só outra coisa
669 que seria... com relação ao seguinte, na Comissão de Normas a gente discutiu alguns
670 encaminhamentos com relação à essa situação da L.O. e aí você já adiantou algumas
671 coisa ali, inclusive trazendo uma proposta nova que seria esse Conselho dando
672 parecer, dando uma autorização, alguma coisa, eu não sei... tá ali... pra que o COPAM
673 pudesse emitir a L.O. antes... Eu não entendi. NÍVIA - Não o encaminhamento foi um
674 pedido de cancelamento de como é que... suspensão da L.O. MARCOS - Eu queria só
675 entender isso porque... podia voltar lá, Rosa, só... NÍVIA - Suspensão da L.O.
676 MARCOS – Então, aí eu queria só entender ... NÍVIA - Até pra que a gente trate
677 primeiro essa questão do PAS pra depois o COPAM poder liberar essa Licença porque
678 ele passou na nossa frente. Então a gente estava tentando tratar a questão do não
679 cumprimento na implementação do PAS primeiro, né? Sem ter o conhecimento da
680 L.O. e depois do conhecimento da L.O. nós estamos pedindo a suspensão da L.O.
681 MARCOS - Tá eu quero... aquele item 1.3... NÍVIA - Nós estamos citando o seguinte,
682 que a emissão da Licença de Operação por parte do COPAM aconteceu sem
683 avaliação do CEAS, né? Antes da comprovação da implementação do PAS, diante
684 disso, o encaminhamento... é, o pedido de cancelamento dessa Licença, a suspensão
685 da Licença, ainda estamos pedindo explicação e ainda estamos comunicando ao
686 COPAM Central, à SEMAD e ao SUPRAM desta nossa decisão... MARCOS - Ah
687 vocês tão citando, né? Ah, ok, tudo bem... MARCOS - Não entendi, ah eu queria
688 entender... MARCOS – Entendi, entendi. MARCOS – Duas perguntas, então. Uma é
689 com relação aos procedimentos do relatório. Como que nós vamos poder proceder
690 aqui? Não, tudo bem. Com relação ao que a Nívia apresentou aqui, que no final ()
691 coloca com relação aos pareceres, essa é uma coisa que eu acho que, inclusive você
692 traz, a outra coisa... pode responder e depois eu faço a outra pergunta. ROBERTA -
693 Eu queria só dar uma sugestão de encaminhamento, senão nós não vamos conseguir
694 entender, inclusive o quê que a gente está discutindo. A meu ver, o seguinte a questão
695 da Licença de Operação dado pelo (SUPRAM) tem que ser tratado separado,
696 separado! Não tem nada a ver com esse processo. A Comissão a Comissão de
697 Normas é que tem que trazer pra essa Plenária os encaminhamentos. Totalmente
698 separado. Aqui se discute a implantação ou não do PAS, se vota se o PAS foi

699 implantado ou não, separa essa discussão gente, porque senão nós vamos ficar
700 rateando e são coisas distintas, se nós tomamos conhecimento na hora ou amanhã ou
701 depois ou ontem que ele está com a Licença de Operação sem ter esse documento da
702 aprovação do PAS isso é uma outra questão de encaminhamento da Comissão. Agora
703 aqui, aqui se discute a vista deste processo. Foi pedido vista, foi analisado, agora tem
704 que colocar aqui em discussão é o que fazer com esse processo? Aprova ou não? Ele
705 cumpriu ou não cumpriu o PAS. Eu acho que... vamos separar a discussão senão nós
706 vamos ficar aqui o dia inteiro nessa coisa de vai lá e vai cá, então separa essa
707 discussão. NÍVIA - Eu queria fazer duas explicações aqui. Primeira, Marcos que nós
708 tomamos essa decisão nessa reunião, os três, se o Mauro viu o relatório que relata a
709 discussão e a decisão do grupo aí foi um imprevisto da não participação dele que a
710 gente não contava com isso, então, uma coisa eu quero que fique clara, essa
711 decisão foi tomada pelos três conselheiros. Quer dizer, por mim e por Mauro com a
712 participação do Marcos, porque nesse momento quem está com o processo somos eu
713 e o Marcos e o Mauro. A outra questão que eu queria dizer é que a não
714 implementação deste PAS, a não aprovação dele não tem como voltar atrás... neste
715 caso não tem como o empreendimento voltar lá e cumprir o que não foi cumprido
716 porque não existe mais ninguém lá. A comunidade atingida foi extinta, ninguém mora
717 lá mais, não tem ninguém pra participar de palestras de prevenção à prostituição
718 infantil, não tem mais ninguém pra fazer curso de qualificação profissional, o
719 empreendimento está pronto, a construção está pronta, já houve a empregabilidade, já
720 houve a desempregabilidade, tem poucos trabalhadores, hoje, lá, né? Nós estamos
721 falando de uma situação que começou em 2004 e teve uma interrupção, porque não
722 sei se vocês lembram, no relatório do Marcos ele explicou isso e ficou claro, a
723 empresa foi vendida. O empreendimento foi vendido. A Brennan comprou o
724 empreendimento com o PAS, comprou o pacote fechado e já não se aplicava mais
725 todas as ações previstas do PAS e aí por isso que eles tiveram algumas ações que
726 não foram executadas. Só que hoje não tem como executar aquelas ações. Se fosse
727 um caso de o empreendimento tem que voltar lá e corrigir aquela falha do que não foi
728 feito eu acho que seria uma situação talvez até mais tranqüila, a gente diria "não está
729 aprovado", você vai ter que voltar e cumprir e enquanto você não trouxer a
730 comprovação nós não vamos aprovar. Mas não tem como, não tem como, gente, ele
731 fazer trabalho de prevenção à prostituição infantil, atendimento a migrante que não
732 existe, não existe mais comunidade atingida lá. Hoje, lá é uma grande barragem, a
733 comunidade que foi atingida eles venderam as terras e mudaram de lá, então a
734 comunidade mais próxima que é Mamoeiro e se não me engano fica à 20 km, né
735 Rosa, de lá? Mamoeiro fica à qual distância de lá? 20 a 30 km, então assim, eu acho
736 que é uma situação, também, um pouco diferente das outras que a gente tem visto
737 aqui neste Conselho, então teria que se pensar como que eles vão cumprir com uma
738 condicionante do Plano de Assistência Social que hoje não tem condição de ser
739 cumprida porque não existe comunidade atingida, então o que nós tentamos foi usar
740 de um bom senso e pedir e propor uma compensação para uma comunidade que não
741 é atingida, ela é indiretamente atingida, como vocês viram ela está à 20 a 30 km de
742 distância, mas é uma comunidade que tem uma situação de vulnerabilidade social ...
743 eu tentei trazer uma proposta razoável pra essa situação. MARCELO ARMANDO -
744 Nós temos a inscrição do Volney, depois Júlio, depois Cris... VOLNEY - Eu queria
745 deixar claro pros conselheiros e para os empreendedores... Vocês estão representando
746 os empreendedores né? ((fala fora do alcance)) Não? Não estão aqui, não? Tá...

747 primeiro me estranha muito quando eles colocam da dificuldade de encontrar um
748 profissional da psicologia na região. Nós somos 28 mil psicólogos no estado de Minas
749 Gerais. Quando os empreendedores tiverem qualquer dificuldade para contratar existe
750 um conselho de classe onde nós anunciamos todas as vagas que estão ofertadas no
751 estado de Minas Gerais, existe um sindicato da categoria que nós ofertamos todas as
752 vagas disponibilizadas. Segundo, não ficou claro pra mim, Nívia, essa questão dessa
753 família que vocês trouxeram com tanta propriedade aí que foram extremamente...
754 estão abalados... Não ficou claro pra mim, isso, afinal de contas, quem está
755 atendendo? Qual foi o diagnóstico? Qual foi o encaminhamento? Enfim, como está
756 essa família desse senhor? Não ficou claro pra mim. NÍVIA - Vou pedir a Rosa, depois,
757 pra explicar melhor pra nós porque ela quem teve lá e conversou com a família. ROSA
758 – Bom, essa família é composta por dois idosos, é um grande proprietário... a gente
759 não pode avaliar como uma situação de vulnerabilidade econômica, mas a avaliação ()
760 vulnerabilidade emocional. O quê que ocorreu? Eles foram pressionados durante a
761 negociação, hoje eles contam essa história com muita dor em relação à forma que foi
762 o processo da negociação. Segundo a assistente social, mesmo na reunião, quem
763 participou viu... ela acompanhou essa família assim, ela fazia visitas, não houve um
764 acompanhamento real do processo de negociação e como que essa família estava
765 vivendo aquela situação que eles contam que foi um processo até de entrar máquinas
766 na casa deles e a psicóloga que trabalhava lá eventualmente ela parece que fez um
767 estudo dessa família e não percebeu isso, mas era uma situação bem visível a
768 angustia deles em relação ao processo que foi a negociação. Eles continuam
769 remanescentes da propriedade, eles construíram outra casa porque a casa sede deles
770 foi atingida, mas a questão é a mágoa que eles têm do processo que eles sofreram
771 durante o a negociação. VOLNEY - Eu queria deixar pra esse Conselho aqui uma
772 sugestão porque eu não voto porque eu sou suplente, né? Se você pega uma
773 determinada família de idosos e se de repente esse empreendedor contratou um
774 profissional muito jovem sem experiência na tratativa da psicogerontologia, então, eu
775 queria, eu vou sugerir e se isso aí vai avançar um pouco mais aí que a gente localize
776 um psicogerontólogo pra fazer uma avaliação dessa família porque isso me incomoda
777 muito porque se nós pegarmos um profissional jovem, sem experiência, não vai estar
778 me convencendo dessa avaliação psicológica a esse idoso, né? E nós sabemos que é
779 necessário algo com mais propriedade, então eu deixo uma sugestão pra vocês que
780 se isso for avançando, sabe, Nívia, que o empreendedor procure a localizar ou que a
781 gente possa localizar um psicogerontólogo, uma pessoa com experiência pra dar esse
782 suporte a esses idosos pra que eles possam ter um fortalecimento diante desses
783 restos de anos de vida. JÚLIO - Bom dia, senhores conselheiros, conselheiras, demais
784 presentes. Senhor presidente eu estou aqui analisando alguns pontos, né? O posto
785 acabou não funcionando, o atendimento psicológico também não aconteceu, aquilo
786 que o Marcos relatou, de fato era tudo correto, né? Não aconteceu e continua não
787 acontecendo né? E aí surgiu ainda a fala de que não usou de má fé, ora, o
788 empreendimento pode até não ter usado de má fé, mas eu não acredito nisso, né?
789 Porque o pessoal usa (conceitos suficientes, sim), então, isso aí pra mim não cola, eu
790 não acredito nisso. Diante disso eu estou pensando aqui () qual vai ser o meu papel
791 aqui, então, no Conselho, né? Defender o empreendedor ou defender ou fazer o nosso
792 papel de investigador de relatar o que está acontecendo né? Então, esse é claro que
793 agora já não tem ninguém lá pra poder colocar isso em prática, mas na época isso não
794 foi cumprido, né? De acordo com o que foi proposto então eu penso assim nada me

895 emotiva a votar a favor desse processo né? Que seja favorável. Nada me emotiva
896 porque aquilo que foi proposto não foi cumprido, é muito simples, não tem o que ficar
897 discutindo muito aqui. Foi cumprido ou não foi? Não foi cumprido... se não foi
898 cumprido, então, a gente não pode aprovar. É o meu pensamento. NÍVIA - Júlio...
899 Cristiane... CRISTIANE – Bom, eu acho que as questões que eu vou tratar já foram
900 faladas, mas eu só gostaria de reafirmar, isso até que a Roberta iniciou falando que a
901 gente tem que separar as coisas, né? Então, o quê que nós estamos discutindo hoje?
902 O PAS, foi cumprido ou não? Acho que esse é o primeiro aspecto e talvez eu gostaria
903 que a mesa encaminhasse, primeiro, esse aspecto pra depois a gente pensar nas
904 outras questões porque senão, como Roberta falou, a gente vai ficar aqui discutindo,
905 discutindo, discutindo, discutido e não vamos concluir esse processo, né? Então, é
906 importante dizer que o PAS não foi cumprido, isso está claro, tanto no seu relatório,
907 Nívia, quanto no relatório do Marcos, né? Então, o PAS não foi cumprido. O quê que
908 nós vamos fazer a partir daí, aí é um outro aspecto, né? É uma outra discussão que a
909 gente tem que fazer porque nós já discutimos anteriormente essa questão e aí é bom
910 que tenham empreendimentos aqui pra escutar isso que a gente está discutindo que é
911 a necessidade do aprimoramento do processo de elaboração dos planos de
912 assistência social junto aos empreendedores. Porque acaba se tornando muito
913 repetitivos os planos, a gente já percebeu cópias de outros empreendimentos, quer
914 dizer, uma série de situações que fragiliza esse trabalho do empreendimento e aí
915 depois quando a gente vai discutir “cumpriu ou não cumpriu o PAS”, nem sempre o
916 próprio cumprimento é suficiente pra minimizar os problemas que são ocasionados por
917 um empreendimento que, em tese, já de princípio viola direitos e isso a gente sabe,
918 né? Só de instaurar um empreendimento já se viola direitos e aí o que a gente está
919 sempre discutindo é a minimização dessas violações. Então, eu acho que o primeiro
920 aspecto que eu gostaria que de sugerir que a Mesa, primeiro, encaminhasse esse
921 aspecto, vamos discutir, cumpriu ou não cumpriu o PAS? Ponto! Depois o quê que nós
922 vamos a partir daí resolver? Se vai ser um novo plano, se vai ser uma outra
923 discussão... esse aspecto. E aí na discussão da L.O. se a gente não vai discutir L.O.
924 Agora, né? Vai discutir agora? Então, eu gostaria de propor um outro
925 encaminhamento. Essa questão da antecipação da L.O. Não, se for retomar essa
926 discussão eu vou pôr minha proposta, então não vai retomar... ((fala fora do alcance))
927 (NÃO IDENTIFICADO) - Vai retomar. NÍVIA - Vai. CRISTIANE - Pois é, na Comissão,
928 agora não, né? Então agora a única coisa que nós vamos discutir a partir de agora é
929 “cumpriu ou não cumpriu?”. Pronto, obrigada. NÍVIA - Roberta ROBERTA - Veja bem,
930 gente. E aí, Rosa os universitários me ajudam aqui. Eu queria chamar atenção ao
931 seguinte, só pros conselheiros, eu estava falando com o Marcelo aqui lembrar, nós
932 cometemos um erro no passado com essa PCH e aí eu vou clarear o erro. Nós
933 aprovamos a instalação do PAS com condicionante, então, só a situação desse
934 empreendimento... deixa eu explicar o quê que aconteceu. Esse empreendimento,
935 gente, só tinha grandes propriedades, grandes propriedades, inclusive esse senhor
936 velhinho, esse casal aí, né? E tinha um, um que ia ser reassentado e ele optou, foi pra
937 área urbana lá, bonitinho, sem nenhum problema. Então, do ponto de vista de atingido
938 estava tudo resolvido porque as grandes propriedades negociaram, pagaram lá
939 parará, embora esse casal de velhinhos passou por essa dor, por essa perda da
940 propriedade e quê, nem o consórcio e nem a política pública lá existente, seja da
941 Saúde, seja da Assistência, deu conta de acompanhar esse sofrimento desse casal de
942 velhinhos que era grande proprietário, tá? Então, a primeira coisa que tem que ficar

843 claro aí, pasmem, gente por isso que é importante a gente ((fala fora do alcance))... Aí,
844 muito importante o pedido de vista da Nívia e do Mauro pra gente não cometer erros
845 em cima de erros, por quê? As condicionantes que nós aprovamos, gente, olha o quê
846 que nós fizemos... aí nós pedimos que eles instalassem o PAS, ok, instalaram e
847 funcionaram até dezembro de 2011, me corrige se eu tiver errada. A gente pediu pra
848 instalar o PAS, eles já tinham negociado as propriedades, já tinham coisa lá, beleza,
849 instalaram o PAS e funcionaram 2011. Nós pedimos pra contratar a equipe
850 multidisciplinar pro posto, contrataram? Só a assistente social. Agilidade no
851 reassentamento da população atendida, só tinha uma... fizeram... fizeram
852 reassentamento? De um? ROSA - Bom o reassentamento foi... ele foi indenizado,
853 esse senhor, ele mesmo comprou a propriedade construiu a casa e não houve casos
854 de reassentamento, foram todos indenização... ROBERTA –Beleza, então resolveu,
855 então não teve reassentamento, aqui a gente já põe como condicionante. Assegurar o
856 atendimento à demanda da população atingida quanto ao local escolhido, assim a
857 gente copiou a condicionante assim (), a gente nem procurou perceber se era
858 adequado o caso, não, porque aqui eles não tão falando segurar o atendimento... isso
859 é uma Resolução tá, gente, que nós aprovamos em relação a isso aqui... é a 66, tá?
860 Garantir acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência para construção a
861 serem realizadas em função... se fosse construir casa, não construíram, então,
862 também não tinha que cumprir porque não se aplicava. Garantir a contratação
863 preferencialmente dos moradores da região para o trabalho da construção do PCH,
864 construiu? Contratou? Assegurar a disponibilização de custo de capacitação e
865 reintegração no mercado de trabalho com a mão de obra necessária pra construção
866 do PCH, foi feito? Ele não assegurou a mão de obra lá? Capacitação? Não, ok, mas
867 ele assegurou mão de obra lá? Sim, de repente porque não precisou de capacitação
868 também nós temos que ver isso. Aí eu acho que a gente tem que ver essas questões
869 pra gente também não ficar devaneando, garantir o apoio socioeconômico ao
870 município atingindo à implementação, implantação e implementação dos projetos
871 relativos à área da Assistência Social, geração de renda, bem como turístico, que visa
872 o desenvolvimento do município, isso é o que nós aprovamos Marcelo. Em relação à
873 essa PCH. Concessão de auxílio financeiro de um salário mínimo para as famílias
874 reassentadas. Nós copiamos na íntegra, gente, é isso que eu estou dizendo. Olha aqui
875 onde nós erramos nessa... porque aí a gente está trabalhando um PAS em cima disso
876 aqui, também, olha. Você tá entendendo? Quando a Nívia colocou esses itens aqui
877 olha, esses itens aqui, quis... nós estamos dizendo se cumpriu ou não cumpriu aí
878 precisa saber, também, o quê que a gente propôs também a ser adequado à
879 realidade. Por exemplo, quando fala lá da questão da prostituição infantil, teve caso?
880 Se não teve caso... agora se ele fez ou não fez a panfletagem, algum trabalho, quer
881 dizer, aí eu acho que a gente precisa se apegar mesmo e ter clareza do quê que é que
882 foi proposto e compatível com a realidade pra ser cumprido porque também não
883 estamos aqui. Nós aprovamos uma série de coisas aqui e essa Resolução é pra eles
884 lá, entendeu? Pra própria PCH deles com condicionante e nós fizemos gente foi copiar
885 a Resolução e tacamos aqui olha, item por item sem saber se esse plano é adequado
886 à questão da realidade lá. Aí a gente tem que tomar cuidado pra gente não cometer
887 erros aqui nesse julgamento. Falei! (NÃO IDENTIFICADO) - Bom dia a todos,
888 conselheiros, (normalmente) me desculpem se eu parar de falar repentinamente. Bom,
889 o fato é que nós temos um processo que a gente tem que também ficar atento ao
890 nosso regimento para condução desses processos do PAS BARRAGEM. A nossa

891 legislação aqui, o nosso regimento, ele prevê que quando o processo vai pra
892 distribuição trinta dias após tem que ser feita a apresentação do termo de relatoria, se
893 for pedidos vistas mais trinta dias para apresentação. No caso dele ser aprovado ou
894 não aprovado ele é uma deliberação que tem que sair dessa Plenária. Não existe mais
895 prazo regimental pra que seja concedido pra este tipo de análise. Em virtude da
896 situação que está sendo apresentada nós temos um encaminhamento que é, como já
897 foi colocado, já foi dado a esse encaminhamento que é pela avaliação ou não da
898 implementação do PAS. Em situações anteriores a aprovação da implementação de
899 um PAS ela indica que o empreendimento tem que apresentar um novo PAS pra que
900 seja protocolado no Conselho e cumpra todos os prazos regimentais. Então, e dentro
901 desse novo PAS é feita a apresentação de todo o histórico que é feito ou das
902 sugestões, etc., dos ajustes que devem ser apresentados. Mesmo que pese a
903 questão, neste caso específico, que a realidade é outra... NÍVIA - Considerando a fala
904 da Ana Paula que é mais seguro, digamos assim, que essa reprogramação aconteça
905 só por ocasião da apresentação do demonstrativo físico-financeira, foi isso, Ana Paula,
906 que você ressaltou da aprovação? A gente acha possível pelo menos uma previsão
907 uma discussão já no 4º trimestre porque você já tem ali alguma previsão. Por que o
908 quê que de fato aconteceu? Mesmo não tendo aprovação do demonstrativo físico-
909 financeiro a SEDESE fez o gasto do recurso que estava em saldo em 30 de dezembro
910 de 2012, que é esse R\$128.000,00, não é isso Claudinha? Que tá colocado assim, ou
911 seja, esses R\$128.000,00 ele estava no saldo de 2011 e ele foi gasto no pagamento
912 das parcelas, da continuidade das parcelas de 2011 do Piso Fixo de Média
913 Complexidade, então é só esse alerta que a gente, enquanto Comissão, deu pra
914 SEDESE de que nós entendemos que o valor certinho ele só vai ter por ocasião do
915 demonstrativo, mas que no 4º trimestre já é possível a gente fazer essas discussões,
916 inclusive entender o quê que é saldo, o quê que é restos à pagar, porque aí também
917 houve um problema nessa questão. Na verdade esses R\$128.000,00 deveriam ter
918 sido empenhados em 2011 pra pagamento em 2012... ((fala fora do alcance)), pois é,
919 mas deveria pra ele não aparecer no saldo porque uma vez que ele já estava
920 comprometido com pagamentos de parcelas de 2011, então essas questões, gente, só
921 pra levar ao conhecimento dos conselheiros todas essas questões ontem a gente
922 discutiu com muita clareza com a SEDESE, pontuando, inclusive foi uma solicitação
923 que a Comissão fez da participação da Cláudia, como técnica, exatamente pra nos
924 ajudar na verificação dessas questões mais técnicas mesmo do saldo, então essas
925 questões estão sendo colocadas e o valor que vai ser devolvido R\$53.000,00, ele não
926 está somado a este saldo... ROBERTA - Eu queria dar uma sugestão, é o seguinte.
927 Primeiro não precisa esperar o Governo Federal pedir pra devolução. Eu acho que
928 pode ser feito a DAE e devolver imediatamente porque se as pessoas que estão aqui
929 que não são gestores, não têm a noção quê que é a dor de cabeça de trabalhar com
930 saldo, entendeu? Ana Paula colocou muitíssimo bem, é isso você fica assim, você faz
931 uma reprogramação aí quando você assusta que você vai lá liberar aí eles vem e te
932 cobram porque eles, também, do ponto de vista, e eu to falando isso com muita
933 tranquilidade porque lá eu estive, então quando a gente põe isso em pauta, por
934 exemplo, pra discutir saldos existentes que sejam de convênio anterior a 2005, como é
935 que faz? Quando a gente descobre nas contas dos municípios aquele volume de saldo
936 vocês não têm noção da dor de cabeça que é pra se discutir e pra deliberar o que
937 deve ser feito, sabe por quê? Atrás disso tem um ordenador de despesa que conforme
938 a decisão errada paga-se multa altíssima em relação a isso, então a minha sugestão

939 pra gente resolver de imediato e zerar este saldo, e aí tem que lembrar aos
940 conselheiros que nós estamos falando é de saldo financeiro não é orçamentário,
941 porque toda programação que se faz com isso aí vai ter que acoplar um orçamentário
942 nesse financeiro, então a minha sugestão é o que tiver de devolver devolve porque o
943 dia em que cobrar é só guardar essa documentação e falar "Aqui, olha lindinho, já
944 devolvemos.", até porque esse dinheiro ele não cai mais no fundo ele cai num (limbo)
945 lá da mesma forma como dos municípios devolve dinheiro pro estado ele não cai nos
946 fundos específicos, então a minha sugestão é que zere essa questão pra poder
947 acompanhar saldos que são vigentes de não execução porque aqui tem saldos que foi
948 da minha época, que não foi da minha época, então já que nós estamos nessa
949 discussão vamos zerar essa brincadeira aí o que tiver de devolver faz uma DAE e
950 devolve, entendeu? Comunicando ao Fundo Nacional a devolução "parará" com cópia
951 da DAE, guarda isso muitíssimo bem guardado porque o dia que eles cobrar a gente
952 tem e faça esses convênios e zera esse saldo e mantenha saldo existente na conta
953 apenas de execução do período, aí sim o Conselho tem condições de acompanhar do
954 ponto de vista de conta e de saldo financeiro o quê que foi executado, o quê que não
955 foi porque quê que tá o saldo porque senão vai ficar discutindo em cima de saldo que
956 é lá de mil novecentos e santa ceia, falei, pronto. NÍVIA - Roberta, eu queria dar uma
957 explicação porque você não sabe, é só que essa foi uma orientação do Antônio
958 Fernandes que é o diretor do Fundo Nacional, quando ele... eu conversei com ele
959 sobre essa questão, a gente já havia recebido a formalização da resposta, né? Então
960 eu disse pra ele isso "Olha, então nós já vamos devolver o recurso." e ele falou "Olha,
961 eu sugiro que você aguarde porque assim que redefinir na CIT, que repactuar na CIT
962 os critérios pra esse recurso a gente vai fazer o pedido porque os valores podem não
963 bater. Os valores que eles calculam lá de aplicação financeira com os valores que a
964 gente tem aqui reais da aplicação financeira.", e aí eu falei com ele assim "Uai, mas
965 quer dizer que se você me cobrar a mais eu vou ter que cobrar...", e ele falou "Não, é
966 justamente por isso, porque normalmente o valor do Estado não bate com o do
967 Federal porque o do Estado é maior que o do Federal e aí de qualquer maneira se der
968 inconsistente nós vamos ter que te devolver o que sobrar, então é melhor que você me
969 devolva quando a gente cobrar e justifique que a sua aplicação financeira foi X e
970 ponto.". Então, a previsão era que em agosto a CIT fizesse essa discussão, não foi pra
971 discussão de agosto, não foi pra discussão de setembro, porque a CIT está sendo
972 muito demandada pra pactuação da revisão da NOB. Então eu acredito que talvez
973 seja outubro ou novembro. ROBERTA - E aí eu vou continuar insistindo com essa
974 proposta até porque é pela experiência que lá eu vivi no Federal e vivi por seis anos
975 na SUBAS com essa discussão de saldo. Então, que se orienta falado não é escrito.
976 Aí, é em cima dessas questões mesmo que eles falam "Espera, espera, espera." e nós
977 estamos com esses saldos aí, olha. A Ana Paula deve ter saldo lá sem definição, por
978 quê? Aí o diretor do fundo "Não, você espera ok.", então aí as pautas da CIT são
979 muito importantes, claro, é NOB, daqui a pouco vem mais outra coisa, mais outra
980 coisa, vem troca de governo e esse saldo passa a não ser pauta. Eu só digo isso
981 porque é isso, assim, do ponto de vista da devolução ele não compromete ao Estado
982 porque se é do Governo Federal vamos devolver gente. Seja... ((fala fora do alcance)),
983 exatamente, seja pouco, ou seja, muito, não interessa, entendeu? Porque senão a
984 gente fica preso nessa perspectiva e aí não vai existir porque o Governo Federal não
985 vai nos devolver, podem ter certeza, se ele fizer o cálculo lá, por exemplo, se for
986 R\$5.000,00 a mais ele vai me devolver? Não devolve, não, isso aí vocês podem

987 esquecer. Então, a minha proposta é, tire o que é saldo vigente do exercício e aquilo
988 que for saldo anterior a não sei o quê devolva, devolva e fica, devolva com todas as
989 correções e guarde o papel. Qual que é o problema da gente ficar com essa coisa de
990 ficar esperando até porque o cara disse, eu me lembro claramente, tem gente que...
991 eu não sei se a Ana Paula lembra... José Fernandes lembra. A (Ana Lígia) soltou uma
992 orientação pra saldo no site com todas as explicações de passo a passo definindo o
993 que foi dito (). Deu uma polêmica tão grande que ela teve que tirar isso do site e até
994 hoje você manda pra lá, você pergunta as coisas por escrito e eles morrem de medo
995 de tomar decisão escrita sobre saldo, então assim, a minha sugestão... nós temos
996 certeza que é saldo que é do Governo Federal? Por que nós vamos ficar com isso em
997 conta? Entendeu? Ficar rendendo, rendendo, rendendo. É fazer a DAE e devolver.
998 Não tem o porquê em ficar esperando. Porque eles têm dificuldade e isso é não é um
999 assunto tão tranquilo no Governo Federal, não é assunto tranquilo nas contas dos
1000 municípios, não é um assunto. Por exemplo, quando um município vem discutir com a
1001 gente o que fazer com o saldo é uma complicação. Exatamente por causa disso que
1002 Nívia colocou, é um recurso que é pontual, você não pode fazer serviço com ele
1003 porque ele é pontual, entendeu? Então assim, a mim me parece que é uma discussão
1004 polêmica e eu assim, particularmente, se eu pudesse me ver livre dessa questão do
1005 ponto de vista da gestão pra nós é mais tranquilidade. NÃO IDENTIFICADO - Nívia,
1006 me deixa só reforçar isso que a Roberta está falando porque é importante. O saldo em
1007 conta traz um complicador porque os repasses são contínuos, então o repasse vem
1008 sempre nesta mesma conta. NÍVIA – Não, nesse caso já parou de ter... Já, nós
1009 pedimos pra bloquear. NÃO IDENTIFICADO – Já, já parou ()... complexidade. Porque
1010 ainda traz um outro complicador porque vem depositando o recurso de forma continua
1011 pro Estado repassar e depois se tem uma grande dificuldade em apurar o que é
1012 rendimento lá daquele saldo e o que é rendimento dos recursos que tão repassados.
1013 Então traz um complicador pra área financeira fazer essa conta e fica nas costas do
1014 gestor, então é pesado a execução nossa... os municípios tem problema com os
1015 saldos anteriores à 2004 até hoje. Belo Horizonte é um que não sabe o que fazer com
1016 o saldo de 2004 porque a União fala que não é pra devolver até que se repactue, mas
1017 essa repactuação não veio. Então eu acho complicado, eu concordo com a Roberta,
1018 eu acho que enquanto zerar a conta... pra que o Conselho tenha um pouco... fica mais
1019 transparente a apuração de recurso executado de acordo com a proposta
1020 orçamentária, então fica mais fácil. NÍVIA – Ok, podemos encaminhar? Então vamos
1021 colocar em votação a proposta apresentada de repactuação de saldo de recurso
1022 reprogramado de 2010 e 2011. Podemos ir no cartão? Eu acho que é melhor, né?
1023 Quem é pela aprovação da proposta que levante o cartão, por favor. Com a
1024 devolução... Então, aprovada a proposta de reprogramação. CRISTIANE - Só uma
1025 questão que a gente não pode deixar de votar, também, que é essa proposta que foi
1026 colocada pela Comissão de que saldos reprogramáveis sejam apresentados já na
1027 análise da apreciação da proposta... da execução orçamentária do 4º trimestre. NÍVIA
1028 - Esse é um compromisso, inclusive que a gente fez ontem na Comissão. CRISTIANE
1029 – Mas é bom a gente votar porque é um encaminhamento que tem que estar constado
1030 na ata de que foi tirado esse encaminhamento pela Comissão e que o Conselho
1031 aprova. NÃO IDENTIFICADO - Me deixa só fazer um comunicado aqui. Infelizmente
1032 eu fui convocada pelo secretário com urgência pra voltar à Secretaria, então não
1033 poderei ficar na parte da tarde, então vou pedir ao Marcelo pra assumir aqui a relatoria
1034 da Comissão de Normas. Obrigado! Pra discutir Piso Mineiro, eu fui convocada pelo

1035 secretário pra discutir Piso Mineiro. NÍVIA - Bom, então, vamos colocar em votação a
1036 proposta da conselheira Cristiane. Quem está de acordo levante o crachá, por favor.
1037 Ok, aprovado! Então, aí agora eu quero fazer a proposta, gente, da parte da tarde
1038 porque nós tivemos algumas alterações aqui na pauta. Então primeiro eu quero
1039 informar que nós não teremos mais esse item E do ponto de pauta de apresentação
1040 do IBAMA porque nós recebemos um e-mail deles justificando a impossibilidade de
1041 estarem aqui por questões de incompatibilidade de agenda la e de trâmites
1042 administrativos pra eles estarem aqui nessa data. Então não teremos esse ponto de
1043 pauta. A outra questão é o item C que seria pra deliberação à apresentação do PPAS,
1044 do Plano Plurianual de Assistência Social, Plano Estadual de Assistência Social, que
1045 nós decidimos ontem na Comissão, nós apresentamos ontem aqui pra todas as
1046 Comissões e mandamos, depois, o documento completo, apresentamos aqui de uma
1047 forma mais resumida e apresentamos, depois, o documento completo pra análise da
1048 Comissão de Normas, mas o grupo, o conjunto das Comissões, propôs que nós, como
1049 não é uma questão que não temos tanta urgência, para votar, que a gente tivesse um
1050 tempo para analisar melhor o documento. Então, a Consolação estará enviando para
1051 todos os conselheiros por e-mail com os destaques que foram discutidos ontem, aqui,
1052 pelas Comissões. Então ela já vai inserir os destaques, as alterações que já foram
1053 propostas ontem pelas Comissões pra que vocês analisem e a gente traga, então, pra
1054 aprovação na próxima Plenária. Quer dizer, que a gente leve pra aprovação na
1055 próxima Plenária, em Montes Claros. MARCELO ARMANDO - Só um esclarecimento,
1056 é porque essa apresentação do PPAS faz parte da súmula de uma Comissão. Então,
1057 a gente já delibera aqui, agora, neste momento, pela retirada deste ponto de pauta
1058 considerando que será apresentado na próxima Plenária. Todos estão esclarecidos?
1059 NÍVIA - Todo mundo de acordo? Há outra alteração? Porque nós só teremos, então,
1060 como ponto de pauta na parte da tarde. O item D) Proposta de capacitação pra
1061 conselheiros do CEAS e URCMAS, o item E) Apresentação da súmula das
1062 Comissões. Ainda tem, Cris? Tá, então das quatro Comissões o item F, que nós
1063 vamos fazer uma distribuição aqui e um sorteio e os pontos de pauta que foram
1064 solicitados como inclusões pela conselheira Roberta, conselheiro Francisco e
1065 conselheiro Luiz George. Tá ok?Então, gente, vamos combinar, são 13:00h, nós
1066 podemos retornar às 14:00? Ok? Então um bom almoço a todos. TARDE: NÍVIA – ()...
1067 anteriores já realizadas. Então eu gostaria de pedir a () pra apresentar pra vocês a
1068 proposta. NÃO IDENTIFICADO- A primeira coisa na Mesa Diretora foi a gente
1069 lembrar quais foram, inclusive no nosso planejamento deste ano como que a gente
1070 tinha a pensar a capacitação. Então, tomamos por base o ano passado e esse início,
1071 também, do Plano de Ação do Conselho. E isso estava sendo previsto, a gente até
1072 rememorou que ano passado a gente já havia feito propostas de serem às quartas-
1073 feiras que antecederiam as reuniões das Comissões. A gente fazia no período da tarde
1074 só que pelo quorum baixo a gente deixou essa prática e iniciamos a capacitação no
1075 dia das Comissões, uma parte a Comissão e a outra parte a capacitação e é assim
1076 que a gente vinha fazendo. E, também, não eram todos os meses, não é, que a gente
1077 tinha uma capacitação quando passou pras quintas-feiras. Então, juntando isso e a
1078 discussão que foi posta lá de também aproveitar conselheiros que a maioria... e tem
1079 vários conselheiros aqui que saem e que estão ministrando capacitações que já tem
1080 um domínio sobre várias matérias e que poderiam inclusive passar para o Conselho
1081 não só pra treinar, falando mesmo, mostrando pra gente como que é a posição, como
1082 que essa pessoa está se colocando porque o Conselho em verdade ele nunca viu

1083 esses conselheiros em capacitação fora, juntou-se essa discussão e a proposta foi
1084 dividida sim, um mês sim e o outro não, e aí seria pra escolher, ou seriam às quartas-
1085 feiras que antecedem as reuniões das Comissões de 14:00h à 18:00h, pensando que
1086 aí a pauta das Comissões não ficariam prejudicadas, como a gente tem tido várias
1087 reuniões, inclusive em conjunto, duas Comissões ou três quando é da parte de
1088 orçamento, então, se a gente reduzisse ainda por meio horário a gente não daria conta
1089 da pauta inteira das Comissões temáticas... ou, se de todo, não for possível acontecer
1090 às quartas-feiras a gente teria nas quintas mesmo nos dias de reunião na parte da
1091 tarde, por quê? Na parte da manhã as Comissões poderiam estender um pouco mais
1092 e teria ainda o período da tarde para que os técnicos pudessem fazer a relatoria das
1093 suas Comissões. E aí, somando tanto à um ou à dois, que o conselheiro... a gente
1094 escolheria a fazer um rodízio, né? Cada mês seria um conselheiro que já apresentou
1095 capacitação em URCMAS ou pra municípios, faria essa apresentação e seria uma
1096 oportunidade da gente está atualizando também e enriquecendo isso nas
1097 representações do Conselho, é isso. NÍVIA – Eu gostaria de ouvir vocês, saber o que
1098 vocês acham dessa proposta que a gente está apresentando e ressaltando que nós já
1099 fomos demandados por alguns conselheiros novatos, principalmente governamentais,
1100 pra que a gente começasse a desenvolver um novo processo de capacitação porque
1101 eles estão tendo dificuldade em acompanhar todas as discussões, em aprender só
1102 com o material que a gente tem fornecido e estamos, também, com a perspectiva de
1103 receber novos conselheiros. Eu acho que faz parte de um trabalho continuado que
1104 esse Conselho deve ter com a capacitação de novos conselheiros e, também, dos que
1105 já tem uma experiência e eu acho, também, que é um espaço muito rico pra gente
1106 fazer essa troca, também, de conhecimentos. Aquele conselheiro que já tem mais
1107 experiência, já tem trabalhado com capacitação de Conselhos de URCMAS de estar
1108 trazendo pra nós, também, para os novos companheiros do grupo, este conhecimento,
1109 essa experiência, e a gente vai definindo as temáticas e as pessoas vão abordar os
1110 temas de acordo com a experiência de cada um, com o conhecimento de cada um.
1111 Mas o que a gente precisa aprovar aqui hoje, consensuar, é o calendário pra essas
1112 reuniões. Eu queria saber de vocês se tem alguém aí que quer fazer alguma sugestão,
1113 alguma contribuição... ((fala fora do alcance)). Seja bem vindo, conselheiro! André...
1114 Pode passar a palavra pro André, por favor. ANDRÉ - Eu cheguei atrasado, mas ainda
1115 eu vi na pauta que teria essa capacitação na quarta-feira? Que (antecede) NÍVIA - Nós
1116 estamos com duas propostas. Na verdade, a gente precisa discutir as duas propostas
1117 pra tentar tirar um consenso. ANDRÉ - Pra mim fica inviável. NÍVIA - Se quarta ou
1118 quinta. ANDRÉ - Pra mim fica inviável. Minha proposta é quinta-feira. Se tiver essa
1119 opção de fazer escolha porque eu teria que sair na terça-feira do meu município.
1120 NÍVIA - E na quinta? ANDRÉ - Sim, porque aí eu já estou aqui. NÍVIA - Você já vai
1121 estar aqui. E lembrando que é mês sim e mês não, a gente tem que alternar pra,
1122 também, não sobrecarregar muito. Então, o André vota pela quinta-feira. A sua opinião
1123 é pela quinta-feira. CRISTIANE – E, talvez, só um cuidado que eu acho que a gente
1124 precisa ter na hora de montar o calendário é evitar os meses em que vai ter
1125 apreciação de prestação de contas ou de algo relacionado ao orçamento porque aí
1126 com certeza a gente vai precisar do dia todo... pra não coincidir. NÍVIA - Ok! MARCOS
1127 - Só contemplar com relação à essa questão dos horários, mas acho que é reafirmar a
1128 importância disso, por exemplo, eu que entrei... a gente sente a necessidade desse
1129 processo de formação e quando os conselheiros, principalmente os que estão
1130 entrando, geralmente você demora um tempo pra poder entender o processo para

1131 fazer as contribuições. A gente tem um processo de capacitação... os processos de
1132 contribuição são muito mais rápidos no Conselho. NÍVIA- O Júlio pediu a vez, primeiro,
1133 depois a gente passa pro Volney. Ah, já tinha pedido? Desculpa, Júlio, é Volney.
1134 VOLNEY - Eu quero dizer pros demais conselheiros que a Carla veio nos visitar, uma
1135 estudante de psicologia de 2º período... Uma estudante de 2º período e já vem se
1136 manifestando o interesse pela área da Assistência. Já é um resultado do trabalho que
1137 a gente vem fazendo lá no Sindicato com os estudantes da psicologia, tá? ((fala fora
1138 do microfone)). NÍVIA - Conselheiro Júlio. JÚLIO - Voltando ao assunto, eu também
1139 prefiro que seja na quinta até mesmo por causa da gente aqui da entidade acaba se...
1140 dificultando um pouco a gente estar aqui três dias. E, além disso, também, trazer outra
1141 questão de usinas e tudo mais que está incluído também, então, diante disso eu
1142 prefiro, também, que seja na quinta mesmo. NÍVIA - Tem mais alguma consideração
1143 pra gente passar pra votação? Conselheira Fátima. ((fala fora do microfone)) FÁTIMA -
1144 Eu gostaria que fosse na quarta porque a gente teria um tempo maior... ou se poderia
1145 ser de manhã ou pode ser de tarde... abordado com dois assuntos. De repente você
1146 tem mais uma opção de ficar o dia inteiro abordando o que é melhor ou quais assuntos
1147 que for necessário. NÍVIA - Rosilene... ROSILENE - Eu também prefiro na quinta. Eu
1148 até brinquei com a Cristiane, se tivesse vôo podia ser na quarta que a aí a gente
1149 trabalha terça e vem, mas como não tem... () NÍVIA - Então, eu acho que nós
1150 podemos passar pra votação, não é gente? Não tem nenhuma consideração, seria
1151 mesmo só a gente fazer um levantamento de opiniões. Então quem é a favor da
1152 capacitação na quarta-feira levante o crachá, por favor. Conselheira Fátima... Quem é
1153 contra? Quem prefere na quinta-feira? Tem alguma abstenção? O trio... Então venceu
1154 a quinta-feira. Seus professores, é... é porque eles vão dar aula, então pra eles o que
1155 a gente decidir eles têm que acatar. Então, gente, nós vamos iniciar o processo de
1156 organização do calendário contando com a quinta-feira, mês sim, mês não, não
1157 coincidindo com discussão de orçamento e aí a secretaria executiva vai organizar isso
1158 pra gente, então, a gente traz pra informação de vocês, então, depois que tivermos
1159 tudo organizado direitinho, planejado direitinho, depois dessa definição. Então vamos
1160 passar para o ponto E da pauta que é a apresentação dos trabalhos das Comissões
1161 Temáticas. Vamos começar então pela Comissão de Orçamento e Financiamento.
1162 ROBERTA - A minha sugestão de encaminhamento é que a gente ponha os pontos de
1163 pauta por eles serem bem divergentes a gente elimina os pontos de pauta e depois cai
1164 nas Comissões porque aí fica só pras Comissões. NÍVIA - Tudo bem? Vocês
1165 concordam que a gente faça essa alteração, então, na ordem? Tá, então, como pontos
1166 de pauta foram inseridos tem o primeiro que é da conselheira Roberta. ROBERTA - É
1167 o seguinte, nós tivemos uma experiência esse final de semana, agora, com o mutirão
1168 que nós fizemos lá em Candonga, Nova Soberba, e o mutirão foi muito legal e pra
1169 nossa surpresa nós tivemos dois parceiros do mutirão que é a Polícia Civil e o
1170 Sindicato dos Cartórios pedindo que a população assinasse o atestado de pobreza
1171 porque pela legislação da oferta de serviço de ambos, faculta, mas pra nossa
1172 surpresa, como nós da política de assistência, isso pra nós já está ultrapassado, eu
1173 pedi a Consolidação que fizesse uma pesquisa do ponto de vista jurídico pra gente
1174 poder trabalhar numa Resolução desse Conselho proibindo e pra nossa surpresa aí
1175 tem uma lei que faculta o atestado de pobreza e essa lei fala que tem que ser
1176 assinado pela própria pessoa, que era o que eles estavam fazendo lá. Aí ela levantou,
1177 também, no parecer do ponto de vista da LOAS que coloca como uma situação
1178 vexatória e o próprio contexto da ação a gente entendeu que valeria a pena, ainda,

1179 esse Conselho deliberar para uma Resolução recomendando aos órgãos, no caso de
1180 situações como mutirão e alguma ação de cidadania para retirada de documentação
1181 civil básica, que dispensasse o atestado de pobreza, recomendando... que pra nós, da
1182 SEDESE, faculta na medida que com essa Resolução eu encaminho um ofício para os
1183 parceiros e pedindo eles que se atendem a recomendação do Conselho Estadual de
1184 Assistência Social, uma vez que a gente não pode proibir, mas é de bom tom pelo
1185 menos o Conselho recomendar. Então, o que eu estou pedindo é que se discuta e já
1186 ter um parecer que a Secretaria Executiva que é a Consolação fez, aí seria só
1187 transformar numa Resolução se essa Plenária concordar pra que a gente possa
1188 orientar porque nós temos ainda mais uns dez mutirões pra serem feitos (no) Estado
1189 como um todo e isso facilitaria essa situação nossa do mutirão. NÃO IDENTIFICADO-
1190 Deixa eu fazer uma colocação. Isso é pra certidão de nascimento, também? ((fala fora
1191 do alcance)). Tá? Então, Roberta, acho que você vai lembrar que esse fato ocorreu
1192 em Campo Belo e nós recorremos inclusive ao MDS pra nos ajudar porque a gente
1193 também ficou muito encabulado quando veio um pedido do Cartório pedindo o
1194 atestado de pobreza. E aí, na época, você era subsecretária, você ainda falou assim:
1195 "Mas porque vocês foram recorrer ao Nacional e não a nós?". Então, o cartório, eles
1196 trabalham (dentro) naquela época que a gente aprendeu isso. Tem uma legislação e é
1197 realmente exigido e eles não abrem mão disso. Então, não sei o quê que vai adiantar
1198 a nossa Resolução. ROBERTA - Aí que vem a questão porque paralelo a isso eu
1199 estou negociando com o Sindicato dos Cartórios, tá? E, segundo a negociação, está
1200 bem avançado. Eles entendem que essa Resolução do Conselho respalda para que
1201 depois, com o convênio que eu tenho com o Sindicato, nós é que vamos dar uma
1202 declaração dizendo que todas as pessoas que frequentaram o mutirão e que
1203 acessaram o serviço são pessoas carentes e são pessoas que necessitam e são
1204 pobres. Então eles aceitaram essa proposta, por isso que eu estou pedindo a
1205 possibilidade dessa Resolução, porque nessa negociação a gente está conseguindo
1206 avançar, nessa questão do mutirão que é a ação que nós estamos fazendo. Isso não
1207 significa que toda vez que a pessoa vai lá no cartório que ela não vai ter que assinar
1208 porque como você bem disse a lei faculta e nós não podemos proibir. NÍVIA - Ok, nós
1209 podemos, então, voltar à proposta da conselheira Roberta pela Resolução que será
1210 elaborada pela Consolação e depois a gente traz aqui pra conhecimento da Plenária,
1211 não é? ROBERTA - Porque veja bem, gente, nós estamos aprovando a matéria,
1212 agora, se precisar voltar à Resolução () absolutamente. Não, aí é em outubro. ((fala
1213 fora do alcance)). Não, estou dizendo o seguinte, eu pretendo, se os conselheiros
1214 confiarem, que semana que vem eu preciso dessa Resolução minimamente publicada
1215 pra poder oficializar. NÍVIA - A Consolação vai fazer a minuta, a proposta e envia pro
1216 Marcelo. O Marcelo faz uma análise à luz da legislação, não é, Marcelo, e à luz...
1217 como é que chama o nome da palavra que você falou? (Perfecuntoria). O quê que
1218 significa? Ah não, não! Não é, gente? Olha só, ele falou uma palavra bonita dessa aqui
1219 e não explica. ((fala fora do alcance)). E a Consolação envia por e-mail para o
1220 conhecimento de todos os Conselhos, ok? Devido à agilidade que a gente precisa
1221 desse documento. Então vamos passar agora para o informe solicitado pelo
1222 conselheiro Francisco. FRANCISCO - Eu tenho... Eu enviei aqui para o CEAS um
1223 gráfico das violações que acontecem através... e denúncias de violações à população
1224 de rua e alguns catadores de materiais recicláveis... essas denúncias chegam no
1225 CNDDH que é o Centro Nacional dos Direitos de Defesa dos Moradores de Rua e dos
1226 Catadores de Materiais Recicláveis. Ele é um centro nacional, ele está localizado na

1227 rua Paracatu, 969, e ele atende única e exclusivamente moradores de rua e catadores
1228 de materiais recicláveis. Foi encaminhado a cada conselheiro, não sei se todos eles
1229 receberam ou tiveram acesso... das denúncias que vêm ocorrendo. Agora, o homicídio
1230 que vem acontecendo aqui em Belo Horizonte, principalmente, esses são dados
1231 fundamentados junto à polícia porque agora, aqui em Minas, pelo centro ser aqui em
1232 Belo Horizonte eles ficaram... quer dizer... na obrigação de realmente ir a fundo de
1233 todo e qualquer processo que se inicia quanto à homicídio à pessoa ou população de
1234 rua. Porque eles viram que agora tem o centro que é nacional e que agora não há
1235 como maquiar mais certos tipos de boletim de ocorrência porque eles estão sendo
1236 automaticamente cobrados. E, desses números... que o último que a gente colocou...
1237 e esse levantamento foi feito em abril de 2011 à agosto de 2012, nós tivemos 59
1238 mortes... 59 homicídios, tentativa foram 22, desses 59 aqui a gente já coloca 61, pois
1239 já aconteceu mais duas, não é? Lesão corporal são 17. Abuso de autoridade, 29,
1240 principalmente partindo da guarda municipal, que é uma coisa absurda, violência
1241 policial, não é? Aqui são... vou dar um exemplo pra vocês desse abuso de autoridade
1242 que ocorre por parte da prefeitura... Ela encaminha o morador de rua pra eles tirar
1243 todos os documentos dele... através do CRAS ele vai lá e... acessa ele a encaminhar e
1244 tirar todos os documentos dele. Aí o que acontece, o morador de rua que se resume...
1245 a bolsa é a vida dele e ele carrega tudo que ele tem na vida naquela sacola nas
1246 costas... aí ele dorme em certos locais e o quê que a prefeitura, principalmente a
1247 Regional Centro-Sul, está fazendo? Ela pega esse pessoal, principalmente que dormia
1248 próximo ao metrô, ao lado da rodoviária... chega um caminhão da prefeitura, duas
1249 viaturas da polícia e duas viaturas da guarda municipal, e isso a gente tem até filmado
1250 através de algumas pessoas que filmam e levam para o centro de defesa... aí os
1251 moradores de rua estão lá dormindo, eles são acordados... e tem o caminhão pipa, aí
1252 o caminhão pipa molha todos, eles estão deitados e aí são molhados... nem um
1253 cachorro é tratado desta forma. Eles são molhados, são recolhidos os documentos
1254 deles, não é? Jogam em cima do caminhão todos os pertences, o que ele tem na vida
1255 se resume naquela sacolinha que ele carrega nas costas, e somem, além de ter
1256 tomado ainda um esquentado moleira porque a maioria ()... até ao questionar o seu
1257 direito, ele, como contra partida, ele toma uma coça. Aí vem acontecendo isso e você
1258 pede a informação à Centro-Sul, aí a Centro-Sul fala assim, o gerente da Centro-Sul:
1259 "Mas eu não sei quem deu ordem pra fazer isso.". Aí a gente tem um comitê de
1260 monitoramento e acompanhamento das políticas públicas que é ligado com todas as
1261 Secretarias da prefeitura e às vezes até com o próprio Márcio Lacerda... que eu sou
1262 pessoa não grata no comitê porque não () com o tipo de situação que eles fazem, eu
1263 já falei com ele por diversas vezes que ele é o verdadeiro boi de presépio, que ele caiu
1264 de paraquedas com o Aécio Neves. Ninguém o conhecia, então ele... muito menos ()
1265 quando a gente perguntou ele por esse tipo de ação se é ele que delibera, ele fala que
1266 também não tem o conhecimento nenhum dessas ações. NÍVIA - Conselheiro, eu vou
1267 pedir pra gente não entrar nessa questão política partidária porque a gente está num
1268 momento delicado de eleições. Vamos nos ater ao fato mais específico porque é
1269 interessante o dado que você traz pra gente. Vamos tentar nos ater ao fato, aos dados
1270 que você trouxe à realidade, mas sem a gente mencionar prefeitura A ou B, ()...
1271 FRANCISCO - Assim, de alguma forma eu tenho que colocar aqui porque são
1272 denúncias que são encaminhadas e não tem como eu falar aqui... colocar em vão
1273 quem é ou quem deixa de ser. Eu acho que eu tenho, de uma certa forma, a colocar,
1274 porque até mesmo você não sabe, uma pessoa que toma uma atitude... se é do

1275 próprio prefeito que ele não te informa que ele não deu aquela ordem tanto como o
1276 coordenador da regional também não sabe quem fez, então quer dizer, () nas redes
1277 internas é o ato deles, do social é esse? NÍVIA- Não é isso que eu estou dizendo. Eu
1278 estou pedindo ao senhor para focar na informação, nos dados, na situação, mas sem
1279 a gente citar nome de pessoas de prefeitura A ou B. Eu não sei se o dado que o
1280 senhor traz é... eu não me lembro eu li o e-mail que foi enviado pra gente, mas eu não
1281 me ative se é só fatos de Belo Horizonte, se é do Estado... FRANCISCO - Não, aqui
1282 eu tenho todos os dados de Belo Horizonte. NÍVIA - O senhor está falando só dos
1283 dados de Belo Horizonte? FRANCISCO - De Belo Horizonte. NÍVIA – Tá. FRANCISCO
1284 - De Belo horizonte, e temos enviado, também, a nível nacional. NÍVIA- Isso, eu acho
1285 que isso que é importante pra gente saber. FRANCISCO - Então, vamos atentar às
1286 violações que ocorrem em Belo Horizonte. No caso, igual eu falei, no abuso de
1287 autoridade que é 29, violência policial foram 24, demora excessiva ou desistência de
1288 atendimento 7, recusa de atendimento 5, ausência de serviços 5, prisão ilegal (1),
1289 hostilização 27, humilhação 10, ameaça 9, calúnia, injúria e difamação 3, expropriação
1290 e apropriação de bens 10, subtração e invalidação e ocultação de documentos 7,
1291 destruição de bens 4, retenção de salário e renda e bens 2, medicamentos e
1292 assistência à saúde 7, limpeza e higiene 3, (em) assistência social () tem 2 negada
1293 pela prefeitura por um assistente, () responsabilização 2, em alimentação 2, social 7,
1294 orientação sexual 3, jornada exaustiva de trabalho 1, condições degradantes de
1295 trabalho 1, para aplicar castigo pessoal 1 e conflitos agrários tem 1. E, ao todo, só aqui
1296 em Belo Horizonte são 271 casos. Esses são números que eles... são todas as
1297 denúncias que estão sendo encaminhadas junto ao Ministério Público que é um dos
1298 parceiros do Centro de Defesa e, então, tem acompanhamento, então por isso que há,
1299 hoje em dia, certa de questão de... a própria polícia, alguns membros da sociedade
1300 civil, ele atentou pra o que esse órgão representa aqui em Belo horizonte por ele ter
1301 sido nacional e ter vindo pra cá que ele agora já está sendo descentralizado em outros
1302 estados que ocorre até um maior número de agressão igual está em vias de
1303 (implantação) que já tem um núcleo no Paraná, em Brasília e em São Paulo e está
1304 abrindo outros núcleos, também, na Bahia e em Espírito Santo, esses são alguns
1305 números. E tem os números das violências à nível nacional, que aí tem um percentual
1306 porque eu acho que o ideal seria o pessoal acompanhá-las naquela... que a gente
1307 enviou para você e, através desse CNDDH, algum conselheiro ou qualquer outra
1308 pessoa que algum dia tiver o interesse de chegar lá e acompanhar lá... então tudo que
1309 se refere à essas denúncias, pra pessoa poder ter um acompanhamento maior, lá tem
1310 duas advogadas que acompanham isso e vão dar números das violências que... há
1311 denúncia lá todos os dias. Todo dia chegam duas, três, quatro violências e violação de
1312 direito. O Centro de Defesa funciona na rua Paracatu, 969, ali no Barro Preto. NÍVIA –
1313 Concluiu, conselheiro? FRANCISCO - Concluí. NÍVIA - O conselheiro Marcelo está
1314 inscrito para falar e a Consolação está fazendo inscrições aqui. MARCELO
1315 ARMANDO - Francisco, eu considero essa sua fala de uma grande importância porque
1316 ela está demonstrando uma grave violação dos direitos e acho que nós, enquanto
1317 conselheiro e enquanto Conselho Estadual de Defesa desses direitos, nós não
1318 podemos nos omitir essa grave situação que você nos apresenta. Eu gostaria de
1319 sugerir e propor como encaminhamento que aí parece... eu não sei, diante da sua fala,
1320 eu não sei se tem órgãos estadual e municipais, aí eu não sei, então eu acho que
1321 seria importante que nós levantássemos essas denúncias, verificar se elas âmbito
1322 estadual, de âmbito municipal e encaminhar pra estes órgãos solicitando que eles nos

1323 informem quais são os procedimentos que eles têm adotado pra acabar com este tipo
1324 de violação. Esse é um encaminhamento que eu sugiro. NÍVIA - Conselheira Cristiane.
1325 CRISTIANE - Quando o conselheiro Francisco enviou esses dados por e-mail eu já
1326 fiquei chocada só na leitura agora na apresentação muito mais porque eu acho que ele
1327 dá mais vida aos dados que estão colocados ali e aí eu acho que é o papel desse
1328 Conselho mesmo, estar atento a essas questões, nós já participamos dos dois
1329 Seminários que ele levantou da apresentação dos dados da pesquisa em relação à
1330 população em situação de rua. A gente sabe que tem alguns encaminhamentos que
1331 estão sendo discutidos, mas a gente sabe que o Estado ainda não tem uma política
1332 desenhada em relação a essa situação de política pra população em situação de rua e
1333 até ontem eu mencionei uma denúncia que foi feita em um dos Seminários que foi a
1334 situação do Programa Governamental que é executado pelos municípios que é o
1335 Programa de Migrante que acaba sendo utilizado pelos municípios pra fazer flutuar a
1336 população de rua de um município para outro sem resolver, então, são situações que
1337 a gente precisa, enquanto Conselho, discutir e aprofundar. Agora, especificamente
1338 sobre o que você traz, Francisco, eu acho que é muito na linha do que o Marcelo está
1339 colocando, a gente verificar aí as competências, agora eu gostaria, Marcelo, de sugerir
1340 mais do que uma correspondência é em relação às denúncias que são trazidas em
1341 relação à Polícia Civil e Militar, como está colocado ali eu acho que é Militar, eu não
1342 sei... a Guarda Municipal é municipal, então aí é lá... mais assim, se a gente não
1343 poderia solicitar uma reunião com a Secretaria de Defesa Social pra tratar desse
1344 assunto, eu acho que mais do que correspondência é convidar a Secretaria pra poder
1345 conversar sobre isso porque quem é responsável pelo Estado no que diz respeito à
1346 Polícia Militar é a Secretaria de Defesa Social, então eu acho que... chamar a
1347 Secretaria, conversar um pouco sobre esta questão. Em relação ao município de Belo
1348 Horizonte, como está colocado ali, eu acho que o órgão que deve ser acionado é o
1349 Conselho Municipal de Assistência Social, não é? Em relação... porque população em
1350 situação de rua é responsabilidade, também, da Assistência, então nesse aspecto pra
1351 complementar os encaminhamentos nesse sentido. MARCELO ARMANDO - Só pra
1352 esclarecer, quando você fala da gente fazer uma reunião com a Secretaria de Defesa
1353 Social eu penso que a conversa deveria ser entre os secretários. Que a gente
1354 encaminha a situação para a SEDESE e a SEDESE intermedia esse diálogo com a
1355 Defesa Social. ROBERTA - Eu discordo terminantemente. Eu acho que nós estamos
1356 confundindo os papéis ai. O papel dele de trazer a denúncia para este Conselho,
1357 perfeito. Agora, nós temos que entender que já existe toda uma organização que esse
1358 Conselho Estadual, quer dizer, pela primeira vez nós estamos sendo acionados, mas
1359 já tem toda uma discussão inclusive com o Ministério Público em relação à essas
1360 violações de direito que estão postas aí e quando chega em dezembro é o período
1361 que eles mais reúnem e mais discutem que é o período... vai chegando novembro,
1362 dezembro, é o período que mais tem violação de direito com população de rua porque
1363 a questão da higienização pra limpar o pessoal, então começa por aí. Então a minha
1364 sugestão não é reunir com a Defesa Social, nós precisamos ir na entidade dele, ir lá
1365 na entidade dele, conversar, entender o quê que está acontecendo, saber como é
1366 que... inclusive para a entidade dele, saber que esse Conselho acolheu essas
1367 denúncias, entendeu? Ir lá, conhecer, ver o quê que é. Aí nós temos que () um
1368 processo de participação desse Conselho nessas questões da discussão no Conselho
1369 Municipal de Assistência Social, com o gestor municipal de Assistência Social,
1370 entendeu? E não secretário de Estado conversando com secretário de uma situação,

1371 de uma denúncia que... Aí sim, se dali tiver encaminhamentos e estratégia para a
1372 solução dessas questões devam ser feitas para o encaminhamento no (nível) do
1373 gestor, de tudo que couber, então assim, nós temos que estar próximos à entidade e
1374 com busca de solução para esta questão que me parece extremamente complexa e
1375 como ele colocou e, um lugar que nós também temos que encaminhar porque nós
1376 somos cientes dessas questões é o Conselho de Direitos Humanos gente, entendeu?
1377 Porque se do ponto de vista do Conselho Estadual de Assistência Social que a ()
1378 também já recebeu, o Conselho de Direitos Humanos tem que receber, também, e
1379 pode partir daqui pra junto... em junto a entidade dele a gente aprofundar pra sair do ()
1380), entendeu? Aprofundar e sentar com esses parceiros que já estão sentados ao longo
1381 do tempo pra buscar soluções e se solução for... a busca solução for algum manifesto,
1382 alguma coisa pra Polícia Civil, Polícia Militar, em cima de dados que são eles em
1383 determinadas situações os violadores, aí sim eu acho que vale a pena, mas no meu
1384 entendimento o primeiro encaminhamento é estar junto à entidade dele e dizer: "Nós
1385 recebemos isso e nós queremos saber, queremos conhecer." e pra isso a minha
1386 sugestão é que a gente tire uma Comissão de conselheiros aqui pra essa visita e para
1387 aprofundar nisso e trazer pra essa Plenária algumas alternativas de proposições no
1388 sentido do acolhimento da denúncia dele. MARCELO ARMANDO - Diante da fala da
1389 Roberta, eu retiro a minha proposta. Marcelo. NÍVIA - Fátima, conselheira Fátima.
1390 FÁTIMA - Olha aqui, gente, eu fiquei preocupada com relação aos pertences, porque
1391 você vê bem... todos os pertences das pessoas são encaminhados não sei pra onde,
1392 então quando há visita a gente, também... os documentos nos casos, os pertences, os
1393 documentos, alguma coisa... deveria ter um local, de repente a pessoa lavou, igual a
1394 gente vê "Lava-se o local ()..."... eu passo muito ali perto da rodoviária, naquela
1395 pracinha da rodoviária. Estão sempre lavando ali. E as pessoas ficam deitadas, eu
1396 passo lá e vejo que sempre aquele local fica a mercê das pessoas que ficam deitadas
1397 lá. Se os pertences das pessoas são levados pra determinado local, então as pessoas
1398 têm que ter conhecimento de onde que foram levados os pertences deles porque você
1399 já pensou o gasto que toda hora a pessoa vai tirar a carteira de identidade e CPF,
1400 então eles têm que ter um ponto de referência dos pertences. Estou levando isso aqui,
1401 seus pertences, por exemplo, seus documentos, achados e perdidos... vamos ver o
1402 local onde que a gente possa estar sempre de referência com as pessoas. Isso
1403 também é uma coisa que se tem que velar. ((fala fora do alcance)) NÍVIA - Fátima,
1404 encerrou? Conselheiro Volney. VOLNEY - Francisco, eu já tinha falado pra você
1405 informalmente, né? Nós estamos, o Conselho Federal de Psicologia esse ano, né, nós
1406 estamos fazendo uma pesquisa com a população de moradores de rua. Eu já disse
1407 que seria muito importante, esses dados chegarem até ao nosso Conselho e pelo que
1408 eu falei com você, você não entregou esses dados no nosso Conselho pra efeito de
1409 pesquisa... ((fala fora do alcance))... Um minutinho só, por favor! Tá, pois é... Porque a
1410 pesquisa nossa tem uma data pra terminar que é no dia 30 de setembro, e eu gostaria,
1411 também, que vocês, o movimento, formalizasse por escrito através de um ofício e
1412 protocolasse no Conselho Regional de Psicologia junto à Comissão de Direitos
1413 Humanos do nosso Conselho pra que providências, também, sejam tomadas e pra
1414 que chegue, também, ao conhecimento dos nossos conselheiros naquele Conselho.
1415 Então, eu lamento também que a representante do Conselho Municipal de Assistência
1416 Social que é a Ana Paula não se encontra nesse momento dessa denúncia aqui. E ela
1417 é da prefeitura, então é lamentável ela não estar aqui pra escutar, ela como gestora,
1418 porque eu percebo, também, que o município é o grande violador desses direitos

1419 quando você cita a Guarda Municipal e já coloco, de antemão, o meu nome pra fazer
1420 parte dessa Comissão pra visitar a vossa entidade. NÍVIA - Tem mais alguma
1421 inscrição? Eu queria só, assim, fazer aqui uma contribuição sabe, conselheiro
1422 Francisco, que nós recebemos esses dados lá e a gente já tem conhecimento por alto
1423 até por conta da mídia que todo dia está divulgando, a gente é muito procurado pela
1424 mídia pra dar informações, nós temos ainda uma política, vamos dizer assim, instituída
1425 no Estado dentro de uma legislação, como eu disse ontem nas Comissões, nós
1426 estamos aprovando, aguardando aprovação pela Assembléia Legislativa da nossa
1427 proposta de política estadual de atendimento à população de rua que dá diretrizes
1428 para as ações do Estado, para as ações dos Municípios, nós temos, também, a
1429 política nacional de atendimento à população de rua. Belo Horizonte tem a política
1430 municipal de atendimento de à população em situação de rua. Reforçar que a ação, a
1431 atuação, a oferta dos serviços, o atendimento à essa população, ela é de competência
1432 dos municípios, então cada município trabalha dentro de uma metodologia, eu acho
1433 que é uma pena a conselheira Ana Paula não estar aqui porque ela é gerente da
1434 Política de Assistência Social da prefeitura de Belo Horizonte, talvez ela pudesse
1435 trazer informações a esse respeito pra gente, mas acho que a gente pode estar
1436 pautando na próxima reunião, também, com a presença da Ana Paula e solicitando
1437 informações e até o apoio mesmo lá dentro da Prefeitura numa avaliação, inclusive
1438 passando pelo Conselho Municipal de Assistência Social do qual ela é vice presidente,
1439 mas da parte do Estado a gente vem trabalhando em parceria com a Subsecretaria de
1440 Direitos Humanos, nós vamos sentar junto com a Subsecretaria diante desses dados
1441 que o senhor nos passou, inclusive a Subsecretaria está organizando a criação do
1442 Centro Estadual de Defesa de Direitos das Pessoas em Situação de Rua numa
1443 parceria... nós estamos participando desse grupo de discussão, também, e numa
1444 parceria com a CNBB e a Pastoral do Povo de Rua. Estamos aguardando dados
1445 porque o que estava faltando pra gente fechar o planejamento da implantação era
1446 justamente dados. É importante que o senhor também envie... a sua instituição, no
1447 caso, Centro de Defesa, envie estes dados, também, pra professora (Carmen). Ela me
1448 disse num dia desses que ela está aguardando essas informações. Nós estamos
1449 fazendo discussões e aguardando a legalização dessa proposta de lei que está na
1450 Assembléia. Já passou pela aprovação de todas as Comissões, é importante que nós
1451 façamos essa cobrança, essa pressão junto à Assembléia Legislativa, porque
1452 enquanto essa lei não estiver totalmente aprovada e seja devolvida pra (sanção) do
1453 governador nós não podemos dizer que a gente tem uma política instituída e a gente
1454 passe a trabalhar em cima da implantação dessa lei, é importante, também, que
1455 vocês, sociedade civil, nós, órgão de Defesa de Direito, entremos no site da
1456 Assembléia, olha lá onde está essa lei, que Comissão que ela ainda está tramitando...
1457 porque a informação que a gente teve há dois meses é que ela já havia passado pela
1458 aprovação de todas as Comissões. Ficou uma lei muito bem construída e a gente
1459 precisa que a Assembléia aprove pra que a gente possa instituir no Estado. Então
1460 assim, eu concordo com a proposição que foi feita pela conselheira Roberta e nós
1461 precisamos adentrar nesse assunto e levantar mais informações pra que a gente
1462 possa fazer proposição aos órgãos que são, junto com a Assistência Social, parceiros
1463 nesse atendimento a essa população. Eu vou passar pra conselheira Roberta pra ela
1464 tentar... ((fala fora do alcance))... Tem Cristiane? Depois a gente tenta formatar o
1465 encaminhamento deste Conselho. FRANCISCO - Até esse Decreto Estadual que está
1466 pra ser... essa lei... NÍVIA - Não é Decreto, é proposta de lei. FRANCISCO - ... é

1467 proposta de lei. Ele é do () . Ele é o 767/2011. VOZES AO FUNDO – Barra dois mil e
1468 dez. NÍVIA - Vocês podem entrar no site da Assembleia e olhar lá. Proposta de lei,
1469 número 767 de 2010. FRANCISCO - E quanto a esses dados, através do Centro de
1470 Defesa, toda a atualização de agressões estará sendo socializada com cada um dos
1471 conselheiros pra poderem estar acompanhando isso. CRISTIANE - Acho, também,
1472 que a proposta da Roberta é processual e fatalmente pode chegar até a proposição de
1473 algum contato com a Secretaria de Defesa Social porque na fala do Francisco ele
1474 mencionou a Polícia Militar, por isso que eu falei da Secretaria de Defesa Social, agora
1475 eu não sei, Marcelo, eu fiquei aqui pensando com os meus botões se o procedimento
1476 que a gente tem que fazer em relação ao que o Francisco traz se não é procedimento
1477 de denúncia porque o que eu acho que o Francisco está trazendo aqui não é um
1478 relato, gente, é uma denúncia de violação de direitos no município de Belo Horizonte e
1479 dando nome, inclusive de quem é o violador e eu acho que a gente... ((fala fora do
1480 alcance)) Sim, tem que... É, o encaminhamento da Roberta está correto, mas paralelo
1481 a isso, também, o encaminhamento de denúncia. NÍVIA - Então nós podemos passar
1482 pra conselheira Roberta pra gente tentar fechar o encaminhamento desse Conselho?
1483 ROBERTA - É só um pouco nessa linha que a Cristiane colocou e assim, pra gente
1484 enriquecer porque ali me parece que o que ele trouxe pra nós é assim, aqui não é falta
1485 de serviços para a população de rua porque se a gente for levantar a relação dos
1486 serviços que são ofertados, inclusive em Belo horizonte, ninguém tem dúvida disso.
1487 Do ponto de vista da Assistência, do ponto de vista da Saúde, eu acho que existe toda
1488 uma oferta de serviço aí e que não é tão simples, Cristiane. Por exemplo, quando você
1489 fala assim "migrante", aí você tem um olhar, você falar que o migrante... o serviço do
1490 migrante propicia estar mandando o cara pra lá e pra cá, quer dizer, eu tenho minhas
1491 dúvidas porque você também tem uma demanda na população de rua que quer esse
1492 serviço. Então eu acho assim, o que ele está trazendo não é a falta de serviço, o que
1493 ele está trazendo, claro, é uma violação de direito e ele está dizendo "Olha, se nós...",
1494 por exemplo, "... ficamos na rua, se nós estamos deitados lá, se nós estamos com
1495 nossos pertences, nós somos tratados piores que um animal.". Não é? Quer dizer, ele
1496 está trazendo, inclusive com dados, a questão de assassinato, a questão de violência,
1497 quer dizer, ele está trazendo dados muito claros e precisos de violação de direito. Por
1498 isso que sugeri, por exemplo, a gente estar na sua entidade dizendo "Olha, o
1499 Conselho acatou essa denúncia, a gente quer conversar um pouco mais pra saber um
1500 pouco mais disso, pra saber que movimento tem atrás disso, inclusive pra endossar o
1501 movimento da sua entidade quando você fala que tem dados nacionais, que eles estão
1502 abrindo um núcleo", a gente precisa compreender isso melhor pra dizer "O Conselho
1503 Estadual está reforçando isso.", e paralelo a isso, fazer esses encaminhamentos que
1504 são pertinentes quando a gente trata de denúncia, que nós vamos encaminhar para o
1505 Conselho de Direitos Humanos, que foi minha sugestão, encaminhar, por exemplo, ao
1506 Ministério Público, entendeu? Pra que essas questões, quer dizer, não é uma
1507 conversa, não é uma reunião, entendeu? Porque está dizendo claro "Olha, eles estão
1508 descendo o cacete na gente", não é isso? Então como é que alguém... E a gente vai
1509 ter que publicizar isso o máximo que puder engrossar esse movimento que eles já
1510 estão fazendo pra poder proteger a população de rua dentro de todas as condições
1511 que são necessárias e que são dignas pra eles serem protegidos. FRANCISCO –
1512 Deixa eu só... ROBERTA - A proposta é essa, de tirar uma Comissão aqui de
1513 conselheiros que vá lá visitar e dizer "Acatamos a denúncia." e paralelo a isso ele vai
1514 conversar, vai entender um pouco mais e na próxima Plenária traz uma série de

1515 encaminhamentos que devam ser feitos, entendeu?. Até com a tratativa e se for o
1516 caso, por exemplo, de que essa Comissão, inclusive alguns encaminhamentos que já
1517 devam ser feitos, já devam ser feitos, ofício pra (). É tratar como a gente trata
1518 denúncia aqui no Conselho. É abrir um processo e seguir o procedimento do
1519 acolhimento de denúncia. O único diferencial que eu estou fazendo é de ter uma
1520 Comissão paralela pra poder acompanhar este processo. NÍVIA - Ok? FRANCISCO -
1521 (Deixa eu colocar)... NÍVIA - A Plenária concorda? Então nós temos que tirar essa
1522 Comissão. FRANCISCO - A respeito do Centro Nacional de Defesa, ele tem um órgão
1523 gestor que ele é representado pela a Pastoral de Rua, pelo Ministério Público, pela
1524 CNBB, então já tem esse Conselho que é criado e que tem todo esse
1525 acompanhamento através mesmo... Agora, na sexta-feira passada a secretária
1526 nacional dos Direitos Humanos, a Ministra Maria do Rosário, ela esteve aqui... Porque
1527 isso foi criado através do Decreto nº 7.053 do presidente Lula, que instituí a política
1528 nacional para a população em situação de rua e esse Centro foi um grande achado da
1529 população de rua porque essas denúncias, antes, eram evasivas. Pra você ver, até
1530 mesmo hoje, o morador de rua pra fazer um B.O., minha filha! Se tiver... não, o SAMU,
1531 o morador de rua... ele morre. Isso aí não existe, não. Se você ligar pra lá e falar que é
1532 morador de rua a primeira coisa que eles perguntam é "Está sujo? Não? Então nós
1533 não vamos.". A primeira pergunta que um médico... você pode uma vez fazer uma
1534 pegadinha no SAMU, você liga e fala assim "Eu estou na praça tal, tem um morador
1535 de rua que está ali no banco. Ele está tendo uma crise convulsiva", eles passam para
1536 o médico que fala o seguinte "É morador de rua? Ele está sujo?". Se você responder
1537 que está ele falará que não vai e desligará o telefone. Você pode ligar trezentas vezes
1538 para o SAMU e pode esquecer. Inclusive tem caso... assim, teve omissão já, um
1539 morador de rua que morreu no banco da Praça da Estação porque o SAMU não veio e
1540 o pessoal e os outros moradores de rua ficaram dois dias chamando. Ele () numa
1541 tubérculo no banco da praça. NÍVIA - Podemos, então, formar a Comissão? Tirar a
1542 Comissão aqui que vai... Bom, a proposta da Roberta foi ((fala fora do alcance)) formar
1543 a Comissão que vai levantar mais dados. Formula uma proposta, Marcelo, por favor.
1544 MARCELO ARMANDO - A proposta é... a proposta da Roberta com a da Cristiane
1545 pela... NÍVIA - Ok, então, vamos tirar a Comissão? Vamos tirar a Comissão, gente?
1546 ((fala fora do alcance)). Eu acho. Eu sugiro que sejam dois da Sociedade Civil e dois
1547 Governo. Quatro pessoas, né? ((fala fora do alcance)). Então, Volney já candidatou...
1548 Márcio... Eu me coloco, também. ((fala fora do alcance)). É, interessante a Ana Paula.
1549 Vamos colocar a Ana Paula, gente, por livre e espontânea escolha? Eu acho
1550 importante. Ela é vice-presidente do Conselho Municipal, Marcelo. Se a conselheira
1551 Ana Paula não puder participar... Vamos já eleger uma outra pessoa que ela não
1552 aceitando a gente já substitui... então, Fátima, se a Ana Paula... ((fala fora do
1553 alcance))... Ah não, mas é... Governo, Governo. Márcio, Volney... Podemos colocar a
1554 Saúde no caso da Ana Paula não puder? Tá, então Ana Paula ou () ou Raquel, a
1555 suplente dela. Então, ok, encaminhamento dado. O outro encaminhamento... a outra
1556 proposta que a Cristiane fez da gente fazer os... ((fala fora do alcance)), isso, acatar a
1557 denúncia. ROBERTA – É, eu queria fechar porque assim, aqui no Conselho, até pela
1558 prática nossa, a gente não amarra muito as coisas, as coisas caem no esquecimento e
1559 quando for daqui dois meses nós estaremos voltando à pauta. Primeira sugestão que
1560 eu dou é que a gente já tire daqui a data para ir lá à entidade dele. Aí as pessoas já
1561 saem daqui se organizando pra "Olha, nós vamos tal dia lá." e na próxima Plenária
1562 traz o esclarecimento do acatamento dessa denúncia, entendeu? Porque senão ainda

1563 vai consultar “nananá, nananá”, e aí a minha sugestão é que já tire um dia daqui pra ir
1564 lá. NÍVIA - Como a Ana Paula não está aqui eu acho que talvez fosse melhor a gente
1565 estar pedindo a Secretaria Executiva pra tentar consensuar essa data, essa agenda.
1566 Eu não estou com minha agenda aqui, então não posso fazer um compromisso numa
1567 data que eu chego lá e tem uma outra... Sim, na próxima Plenária a gente já trazer
1568 informações... Isso. A Consolação entra em contato com a Ana Paula e tenta
1569 consensuar com a agenda... Eu acho que o Márcio e o Volney podem até deixar uma
1570 proposta e a gente vê se coincide pra mim e pra Ana Paula. Senhor Luiz George, por
1571 favor, pode preparar porque o senhor vai fazer a próxima informe que o senhor pediu.
1572 Passa o microfone pra ele. LUIZ GEORGE - Obrigado! Nós temos que nos apressar
1573 com esse problema do morador de rua porque é o seguinte, a Copa do Mundo está
1574 chegando e os (homens) estão loucos pra limpar as ruas, tem que tomar cuidado, né?
1575 ((fala fora do alcance)). Está ouvindo, Fátima? Boa tarde para todos e todas! Boa
1576 tarde, Fátima! Tudo beleza? George do CMAS/Lagoa Santa. Na qualidade de
1577 representante pela URCMAS/BH junto ao CEAS na Sociedade Civil, na última reunião
1578 que nós realizamos em Mateus Leme no dia 29 de agosto, eles me solicitaram que eu
1579 pedisse a esse Conselho que providenciasse uma Plenária Descentralizada para a
1580 região metropolitana de Belo Horizonte (e) 34 municípios. Com enfoque justamente
1581 pra causa de orçamento e finanças, porque o pessoal está muito enrolado. Eles estão
1582 pedindo socorro, eles querem que seja feita uma Plenária Descentralizada na região
1583 metropolitana de Belo Horizonte. NÍVIA - A URCMAS? É a URCMAS? LUIZ GEORGE
1584 – Isso. É o que estão pedindo. NÍVIA - A URCMAS da região metropolitana está
1585 solicitando uma Plenária descentralizada na região metropolitana? LUIZ GEORGE –
1586 Isso. NÍVIA - É fácil pra nós, gente. LUIZ GEORGE - Com enfoque principal em
1587 orçamento e finanças, ok, Nívia? Com enfoque no orçamento e finanças. NÍVIA - Só
1588 que pra esse ano nós já estamos... LUIZ GEORGE - Eu já falei que a agenda está
1589 lotada. NÍVIA - É, nós já estamos com a próxima Plenária programada pra Montes
1590 Claros, né? A de novembro em... Qual que é o município, Consolação?
1591 CONSOLAÇÃO - Montes Claros. NÍVIA - Não, Montes Claros é em outubro, eu estou
1592 dizendo em novembro. CONSOLAÇÃO - Conceição do Mato Dentro. NÍVIA -
1593 Conceição do Mato Dentro. Talvez a de dezembro, né? ROBERTA - George, eu queria
1594 fazer uma sugestão que é o seguinte, região metropolitana... Belo Horizonte pertence
1595 à região metropolitana. Ou você especifica bem o município e justifica porque você
1596 quer levar pra lá ou, então, vai ser aqui em Belo Horizonte porque Belo Horizonte vai
1597 abranger toda a região metropolitana. LUIZ GEORGE - Mas é isso que eles não
1598 querem, sabe por quê? É o seguinte, como nós estamos muito perto de Belo Horizonte
1599 o pessoal reclama que eles estão deixando de lado. ROBERTA - Qual o município, por
1600 exemplo, comparação? LUIZ GEORGE - Mateus Leme. ROBERTA - Mateus Leme?
1601 LUIZ GEORGE - Foram eles quem pediu. A última Plenária () lá. CRISTIANE - Posso
1602 fazer uma proposta. Talvez uma proposta, George, você poderia levar e verificar com
1603 eles se atenderia o Conselho Estadual ou outros conselheiros, além de você, claro, ir
1604 até à reunião deles da URCMAS tratar deste assunto uma vez que a gente não pode,
1605 esse ano, fazer uma Plenária Descentralizada, que a gente vá. NÍVIA - Eu estou
1606 pensando aqui se não ser... LUIZ GEORGE - Eu gostei da ideia, sabe o por quê?
1607 NÍVIA - ... é uma capacitação para os Conselhos... CRISTIANE - Sobre orçamento,
1608 gente. NÍVIA - ... ou para os gestores? É para os conselheiros? CRISTIANE -
1609 Conselheiros sobre o orçamento, é isso que eles querem, pautar... Sim, mas pra
1610 discutir orçamento. LUIZ GEORGE - É o seguinte, quando a gente tem reunião lá eu

1611 levo tudo o que aconteceu aqui pra eles, sabe? "Como é que você sabe isso tudo?",
1612 eu falo "Olha, eu participo do CEAS, eu sou representante de vocês lá." e aí eu passo
1613 pra eles que nós queremos, também, que eles vêm até nós explicar pra gente. Eu falei
1614 que nós estamos em Guanhães e eles iam ficar assim "Por que foram tão longe e
1615 nunca vieram aqui?", aí eu falei que com Cataguazes é a mesma coisa, você
1616 entende? MARCELO ARMANDO – George, me permite, George, o que a URCMAS da
1617 região metropolitana está querendo é um encontro com o representante do Conselho
1618 Estadual pra falar sobre orçamento. É isso? LUIZ GEORGE - Eles querem uma
1619 Plenária Descentralizada. MARCELO ARMANDO - Eles querem uma Plenária
1620 Descentralizada. LUIZ GEORGE - Com enfoque principal no orçamento e finanças.
1621 MARCELO ARMANDO - Sim, eu gostaria de ter uma posição um pouco divergente
1622 porque a proposta do Conselho Estadual quando ele vai pra fazer uma Plenária
1623 Descentralizada é por causa da dimensão do nosso Estado, né? Então quando a
1624 gente vai numa Plenária Descentralizada a gente busca um local o mais distante
1625 possível pra poder atender aqueles municípios mais distantes. Os municípios aqui da
1626 nossa região metropolitana estão muito próximos, então eles poderiam muito bem vir
1627 aqui pra uma Plenária nossa e mesmo porque ela é pública, então a gente poderia até,
1628 se você... LUIZ GEORGE - Foi isso que eu falei, uma Plenária na região
1629 metropolitana, não importa onde que seja não. MARCELO ARMANDO – Ah sim,
1630 entendi, tudo bem! Então se pode fazer aqui. Pode-se fazer aqui em Belo Horizonte?
1631 LUIZ GEORGE - Pode. Em qualquer lugar. Eles querem uma Plenária Descentralizada
1632 na região metropolitana. MARCELO ARMANDO - Ok, está ótimo. NÍVIA - Senhor Luiz,
1633 então se nós organizarmos num espaço maior onde comporte mais pessoas a
1634 URCMAS... os Conselhos estão dispostos a vir pra cá? LUIZ GEORGE - Com certeza!
1635 Vai ser até bom, sabe por quê? NÍVIA - Isso é tranquilo. Se a gente fizer na Cidade
1636 Administrativa o senhor acha que os Conselhos vão pra lá? Os Conselheiros. LUIZ
1637 GEORGE - A gente dá um jeito de ir pra lá. É interesse do município. O município tem
1638 que... NÍVIA - Eu também acho, se vem aqui no centro vem de ônibus especial, até
1639 aqui ou num outro carro contratado vai até lá... É ou a gente vê outro lugar mais
1640 central aqui, isso não é problema, não. ROBERTA - A minha sugestão é que a gente
1641 faça aqui, gente, porque a Cidade Administrativa, Nívia, pra quem é gestor é tranquilo,
1642 agora conselheiro não tem carro pra ir pra lá, não. NÍVIA - É bom que eles vão
1643 passear, conhecer lá. ROBERTA - Mas lá é mais difícil pra eles. Se ele está dizendo
1644 da dificuldade, por exemplo, quando você fala Mateus Leme quem está em Neves pra
1645 ir pra Mateus Leme está difícil, então quando a gente fala aqui em Belo Horizonte...
1646 ((fala fora do alcance)). Ok, então vê se atende a sua proposta, se nós fizermos aqui,
1647 num local maior, convidando todo o pessoal da região metropolitana e tratar da
1648 temática específica que você colocou, te atende? Pronto, gente, fechou. Aqui, olha,
1649 acabou de falar que atende. Ele disse que se nós fizermos num lugar a onde for pra
1650 atender maior gente aqui dentro de Belo Horizonte e com a temática específica dele
1651 convidando os conselheiros da região metropolitana atende pra ele, então, demorou,
1652 fechou. NÍVIA - Nós vamos organizar, então, Senhor Luiz. Agora, conselheira Fátima...
1653 LUIZ GEORGE - ()... sabe por quê? Porque é o seguinte, todas as reuniões que eu fui
1654 até hoje, em um ano e meio que eu sou conselheiro, o máximo de municípios que
1655 compareceram foram seis, só meia dúzia. () o município a reunir mais pessoal.
1656 Obrigado, hein! NÍVIA - Então o senhor fica responsável pela divulgação e pela
1657 mobilização e nós vamos organizar aqui, talvez na Plenária de dezembro... nós vamos
1658 deliberar sobre essa proposta e essa Plenária, definir data, local, tudo direitinho.

1659 Conselheira Fátima. FÁTIMA – Aqui, eu estava aqui querendo dar uma sugestão com
1660 a Escola Loyola. NÍVIA - Era lá mesmo que nós estávamos pensando. Nós vamos
1661 tentar viabilizar com o conselheiro nosso, né? Conselheiros! Conselheiros! É porque
1662 eles não estão prestando atenção lá, pra gente não... pra vocês não perderem esse
1663 momento. Nós vamos deliberar, então, sobre a Plenária de dezembro ser
1664 Descentralizada pra região... é, ser ampliada pra região metropolitana, pra URCMAS
1665 da região metropolitana, nós vamos tentar conseguir o espaço do Colégio Loyola e aí
1666 eu coloco aqui, então, em votação pra essa Plenária se concorda com essa
1667 deliberação porque aí o senhor Luiz fica responsável pela divulgação da Plenária
1668 Ampliada de dezembro ocorrer em Belo Horizonte () fora desse espaço. Ok?
1669 Aprovado! Então nós vamos passar para o próximo ponto de pauta. Encerramos aqui,
1670 então, os informes que a gente tinha previsto. Eu vou passar pra apresentação, então,
1671 dos trabalhos das Comissões começando pela Comissão de Orçamento e
1672 Financiamento. CRISTIANE - Em relação à Comissão de Orçamento e Financiamento
1673 ficaram apenas dois ou três pontos. Um primeiro ponto é sobre a audiência pública do
1674 monitoramento do PPAG ocorrido na Assembléia Legislativa no mês de setembro, eu
1675 participei, a Bete, também, o Fernando... não? Eu, Bete... nós participamos dessa
1676 audiência pública, enquanto Conselho, e aí a SEDESE estava lá devidamente
1677 representado onde foi apresentado a execução orçamentária do 1º semestre de 2012.
1678 Uma questão que nós analisamos da metodologia da audiência pública, ela não
1679 favoreceu a discussão, ela foi uma apresentação e várias pastas juntas e não
1680 favoreceu a possibilidade de discussão com a Sociedade Civil e com os outros órgãos,
1681 então a gente discutiu isso na Comissão e nós tiramos a proposta do seguinte
1682 encaminhamento “Enviar um ofício à Assembléia Legislativa de Minas Gerais
1683 solicitando a melhoria da metodologia da apresentação com menos projetos à
1684 apresentar bem como que as audiências públicas relativas à revisão e monitoramento
1685 do PPAG sejam realizadas na Escola do Legislativo visto que o espaço é mais
1686 adequado pra recepção das pessoas. Solicitar, ainda, à Assembléia Legislativa de
1687 Minas que a divulgação das audiências públicas seja feitas com maior antecedência
1688 possibilitando, assim, uma maior participação da Sociedade Civil. NÍVIA - É só essa...
1689 CRISTIANE - Não, tem mais uma ()... NÍVIA - Tá, então vamos abrir. A conselheira
1690 Roberta está inscrita. ROBERTA - Eu só queria fazer um encaminhamento aí nesse...
1691 É o seguinte, a Assembléia divulga, entendeu? E divulga muito, não é pouco, não. Aí
1692 eu acho que a gente precisa fazer uma avaliação do ponto de vista do Conselho, o
1693 quê que aconteceu da não participação ou pouca nessa Assembléia, nessa audiência.
1694 Porque do ponto de vista da divulgação isso não tem nem que discutir porque a
1695 divulgação é feita com antecedência e ela é feita, inclusive com antecedência, por
1696 exemplo, ela... dentro da metodologia você faz dois monitoramentos por ano no
1697 PPAG, uma normalmente em agosto e a outra em novembro, então, do ponto de vista
1698 da divulgação eu queria, se fosse possível e se os conselheiros entenderem () isso aí.
1699 E aí a gente voltasse pra dentro do Conselho é saber por quê que o Conselho não
1700 participou ou teve pouca participação. Não, não porque do ponto de vista da... isso é
1701 uma questão, segundo, do ponto de vista da participação da sociedade como um todo
1702 e aí eu estou falando porque eu estava lá na mesa, eu acho que nós temos uma
1703 questão que o Conselho também tem que pensar que foi o momento dessa avaliação
1704 que não permitiu uma participação maior. Primeiro, os municípios, todos, estão em
1705 campanha eleitoral e todo ano porque esse desenho metodológico ele já vem sendo
1706 feito há uns dois anos e não é isso que inviabiliza muitas vezes a participação. E outra

1707 questão é o seguinte, no mesmo dia que estava discutindo a avaliação do PPAG da
1708 rede de desenvolvimento social, o quê que estava acontecendo, também? Uma
1709 votação do empréstimo lá na Assembléia Legislativa que consumiu toda a participação
1710 dos deputados, inclusive a nossa audiência... nós tivemos mudança de presidência de
1711 Mesa por duas vezes porque o deputado teve que ir lá votar. Então, é importante a
1712 gente pensar, também, nessa conjuntura e nesse contexto pra gente poder discutir e
1713 qualificar a participação e até os encaminhamentos que a gente vai fazer, senão a
1714 gente vai “chover no molhado” do ponto de vista do encaminhamento porque é isso
1715 que eu estou dizendo, essa metodologia já tem uns três anos e nós já tivemos
1716 participação da sociedade muito grande com a mesma metodologia, entendeu? E do
1717 ponto de vista desse momento que os municípios estavam enfrentando. Acredito, eu
1718 que em novembro essa discussão vai ferver na Assembléia até porque é o momento
1719 da revisão do PPAG de 2012 bem como a prospecção para 2013 que é normalmente
1720 o período que faz emenda, aquelas questões todas nos orçamento. É só pra gente
1721 melhorar um pouco a discussão aqui pra gente poder fazer os encaminhamentos
1722 melhor. CRISTIANE - Então é só para os conselheiros que não participaram
1723 entenderem o quê que a Comissão avaliou, Roberta? Aí você faz uma análise mais
1724 ampla da participação ou não, mas a metodologia, a apresentação de vários projetos
1725 no mesmo horário na parte da tarde não propiciou um maior tempo pra discussão. Foi
1726 bem longa a apresentação dos projetos até porque foram vários projetos
1727 estruturadores e aí o tempo de debate ficou bem reduzido. Nesse sentido que a
1728 Comissão avaliou, eu e Bete que participamos, a gente colocou isso pra Comissão e o
1729 Fernando lembrou que antes era feito na Escola do Legislativo e que lá o espaço
1730 favorecia, até por questão do espaço físico, né, a presença dos técnicos da Escola do
1731 Legislativo ajudavam na discussão, então ele lembrou disso, então por isso que a
1732 gente teve essa ideia de fazer essa sugestão à Assembleia Legislativa com relação à
1733 essa questão da metodologia. Com relação à divulgação, tudo bem, se... O Conselho
1734 aqui ficou sabendo em tempo hábil, não foi por falta de conhecimento por parte desse
1735 Conselho que conselheiros não participaram, não, a questão foi que a gente teve
1736 essas ideias pra tentar melhorar um pouco esse momento de discussão lá na
1737 Assembleia. NÍVIA - Cris, eu queria fazer um esclarecimento, também, com relação à
1738 questão que você coloca do pouco tempo pra debate. Na verdade, você saiu antes,
1739 você saiu logo no meio do tempo de debate. O debate foi esgotado por todas as
1740 pessoas da Plenária que pediram a palavra. Eu acho que era uma Sociedade Civil
1741 qualificada, nós não tínhamos quantidade de pessoas, mas nós tínhamos lá
1742 representações de todos os segmentos, principalmente da área da Assistência Social,
1743 inclusive as perguntas foram todas pra área social. A maioria das perguntas foi sobre o
1744 (estruturador) da Assistência Social e o (estruturador) dos Direitos Humanos e depois,
1745 no final, surgiu uma pergunta pra representante do Plug Minas e da área de
1746 atendimento judicial. Então, assim, você não ficou até o final, ninguém ficou sem
1747 perguntar, o debate foi muito rico e nós, inclusive saímos de lá bem tarde. Todo
1748 mundo ficou à disposição, então eu acho que, talvez... Você está ouvindo, Cris, o que
1749 eu estou falando? Desculpa, é porque eu estou falando e você está falando comigo.
1750 Eu acho que esse tipo de sugestão a gente não deveria colocar porque isso não
1751 ocorreu. É porque você não ficou lá, você não viu até o final como que aconteceu.
1752 Inclusive, eu acho muito qualificada a participação. CRISTIANE - Eu só queria pedir
1753 aos conselheiros, assim, eu fico muito incomodada como personifica a discussão. Isso
1754 aqui foi uma discussão que a gente fez na Comissão... opinião de outros conselheiros,

1755 também... NÍVIA - É porque você quem está relatando, Cristiane. Eu estou me
1756 dirigindo a você porque você quem está relatando. Você que é a coordenadora.
1757 CRISTIANE - Tá, desculpa, mas não foi porque eu saí mais cedo. É só isso que eu
1758 gostaria de pontuar. Não foi porque eu saí mais cedo. E isso aqui foi uma discussão
1759 que nós fizemos na Comissão, Fernando colaborou, a Bete que estava também
1760 colaborou na discussão... NÍVIA - Sim, eu estava, também, na Comissão. Eu não sou
1761 da Comissão, mas eu estava. CRISTIANE - Mas na hora que a gente estava
1762 discutindo isso aqui e aí, conversando, inclusive com outras pessoas da Sociedade
1763 Civil... a Alice que estava que representa a frente de Defesa dos Direitos da Criança e
1764 do Adolescente, (), também relatou isso e ela, inclusive foi uma das pessoas que
1765 manifestou, então, assim, isso aqui não é a opinião da Cristiane, é a opinião da
1766 Comissão e, que a gente está colocando essa sugestão pra debate, mas assim, é
1767 tranquilo, só pra gente ficar mais... NÍVIA - Roberta. ROBERTA - Eu queria ser um
1768 pouco solidária com a Cristiane no sentido assim da gente até refletir um pouco essa
1769 questão da audiência pública mesmo porque alguns pontos que a Cristiane traz são
1770 importantes, é importante pra esse Conselho pensar e aí foi quando eu disse assim
1771 "Como é que nós vamos discutir a participação do CEAS nessa audiência?". Por isso
1772 que eu disse o seguinte, a divulgação foi ampla, a questão do lugar, ao meu ver, eles
1773 calcularam direitinho, eu não sei se foi por causa da conjuntura porque não ficou
1774 ninguém de fora e nem ninguém em pé. Então significa que se tivesse sido na Escola
1775 do Legislativo ia ter muita cadeira vazia. Então, assim, eu acho que é importante a
1776 gente pensar nesses pontos pra gente não desviar a reflexão, assim... nós vamos
1777 pedir pra ser na Escola do Legislativo? E daí? Pode ter cadeira vazia lá. O quê que é
1778 afinal de contas que nós estamos discutindo aqui? É a participação do CEAS que foi
1779 pequena? Pequena do ponto de vista do Conselho como um todo. Por exemplo, esse
1780 Conselho, antes da audiência pública para a avaliação de PPAG parou pra pautar isso
1781 aqui e dizendo "Quem vai? E que pauta que vai observar e vai discutir?". A mim me
1782 parece que pode ser essa uma discussão que a gente tem que fazer do ponto de vista
1783 desse colegiado. Então, vai ter audiência pública? Como é que esse colegiado vai
1784 fazer essa tratativa? O quê nós vamos discutir? Exatamente pra não personificar a
1785 participação de conselheiro A ou conselheiro B. Por exemplo, a Cristiane quem lá
1786 estava e quem mais estava daqui? A Bete? Por exemplo, as duas estavam de comum
1787 acordo dessa Plenária como um todo representando o CEAS? CRISTIANE - Nós nem
1788 (...). ROBERTA - Exato, então eu acho que é um pouco a gente pensar nessa Plenária
1789 é esse tipo de discussão, porque do ponto de vista de cadeira, de lugar, isso aí é
1790 detalhe porque se nós tivermos uma participação maciça... E vou dizer isso com muita
1791 tranquilidade, gente, porque assim, eu sempre disse isso, assim, é importante você ter
1792 um gestor forte e ter um controle social forte, também. Porque assim, essa pauta, esse
1793 debate, porque em outras audiências desse monitoramento da PPAG tiveram
1794 polêmicas, então não é, por exemplo, a questão da metodologia, entendeu? Pode ser
1795 porque é isso que a Nívia falou, todos os projetos foram apresentados, teve muito
1796 tempo pra debate, então isso não inviabilizou. Agora, se o debate foi pouco porque
1797 tinha pouca gente da sociedade civil é talvez seja isso o que a gente tem que pensar
1798 aqui pra discutir, entendeu? Em vez de a gente pensar outras formas porque aí a
1799 gente qualifica, inclusive mais a posição do Conselho. JÚLIO- Acho que é muito
1800 importante estar colocando... a Roberta já colocou uma situação aqui que é muito
1801 clara. Eu já fui sondado aqui pelo CEAS pra representar o Conselho em alguma
1802 atividade dentro da Assembléia como, por exemplo, no Seminário do Brasil sem

1803 Miséria. Houve várias proposições, encaminhamentos, mas é realmente muito
1804 importante que o colegiado municie este representante pra que ele esteja habilitado a
1805 defender ali as propostas, não é do conselheiro, é do Conselho. Acho que isso é
1806 importante. Acho que pautar essas discussões previamente no Conselho são
1807 fundamentais pra que a gente possa ir à Assembléia municiado de informações e
1808 respaldado pelo Conselho, isso é muito importante. Então eu acho que é uma ação
1809 que a gente precisa realmente repensar, por quê? Tanto este conselheiro que já
1810 participou como outros conselheiros também já participaram e a nossa participação
1811 fica muito restrita a um ponto de vista individualizado. E a gente não pode ir pra esses
1812 eventos representando a minha entidade ou o Conselho, não, eu tenho que ir como
1813 representante do Conselho, levar a idéia do Conselho pra lá. Eu acho que isso é muito
1814 importante pra que a gente possa estar construindo e pautando. E, inclusive até como
1815 estratégia que a gente repensou e tirou ontem na Comissão de Orçamento, qual vai
1816 ser a nossa ação dentro da Assembléia em novembro? Como é que nós vamos
1817 pautar, qual que vai ser o compromisso e ação de cada um de nós conselheiros pra
1818 que a gente possa atuar dentro da Assembléia conforma a gente conversou ontem nas
1819 reuniões de Comissão? Então eu acho que é extremamente importante a gente
1820 construir este tipo de agenda pra que a gente realmente possa estar tendo esse
1821 respaldo lá fora. E o Conselho, por exemplo, ele me convidou a estar participando
1822 deste evento no dia 5, só que eu já estava com a agenda pra Morada Nova de Minas.
1823 Exatamente! A Cristiane iria, também, pra Morada Nova de Minas e ela foi para a
1824 Assembléia. Então por isso que é importante a participação de mais conselheiros, sim,
1825 e além da participação, todos os conselheiros estão participando com uma proposta
1826 do Conselho e a nossa ação não pode ser passiva, ela tem que ser uma participação
1827 ativa nesses momentos lá fora porque é aí que a gente estará construindo realmente a
1828 nossa ação política enquanto conselheiros. NÍVIA - Conselheiro Fernando.
1829 FERNANDO - Quando a gente estava discutindo ontem na Comissão foi até eu que
1830 toquei no assunto que virou uma discussão da Comissão a respeito da Escola do
1831 Legislativo. Eu lembro que quando eu entrei na SEPLAG em 2008 a participação da
1832 sociedade civil como um todo era muito mais ativa na Escola do Legislativo, era
1833 assim... E a discussão era muito mais rica e muito mais efetiva, de fato, lá. Aí foi uma
1834 discussão que a gente discutiu na Comissão que a gente tem que consensuar se de
1835 fato é a ideia de se levar pra Escola do Legislativo por talvez as pessoas ficarem mais
1836 acanhadas, de fato, na Assembléia mesmo do que na Escola do Legislativo, foi nesse
1837 contexto, não sei se a gente entende que é verdade, mas na época era na Escola e
1838 era mais efetiva a participação. Não sei se o fato de ter levado pra Assembléia inibiu
1839 as pessoas a participarem, não sei, foi o que a gente discutiu. NÍVIA- Conselheiro
1840 Marcelo... MARCELO ARMANDO - Eu já tive a oportunidade de participar de outras
1841 audiências públicas lá dentro mesmo da Assembléia que também foi riquíssimo, foi
1842 pauleira, né? Eu acho que o que está de fato necessitando, (), é a participação
1843 mesmo, né? E aí eu defendo que o Conselho Estadual esteja, se possível, com a
1844 maioria dos seus representantes lá dentro pra que possa haver até o contra ponto pra
1845 verificar. Olha, qual que é a posição que a sociedade civil tem, né? Qual que é a
1846 posição que nós defendemos? Qual a posição que o Conselho defende, né? Mas com
1847 olhar nosso enquanto representantes da sociedade civil, também, pra que haja mesmo
1848 esse contra ponto, que nós possamos defender aquilo que a gente entende que é o
1849 melhor para o nosso estado, então é por isso que eu defendo que a gente tem que
1850 estar efetivamente participando do processo. NÍVIA - Conselheira Fátima. E aí eu acho

1851 que a gente pode deliberar. FÁTIMA - Eu também já participei de varias audiências
1852 públicas e eu acho que está faltando divulgação, mais divulgação, eu acho e sabe por
1853 quê? Por exemplo, quando está no site da Assembléia e conforme as entidades,
1854 recebem convite. Isso que está faltando, é uma maior divulgação e talvez seja por isso
1855 que não teve mais participação da sociedade civil. Às vezes as entidades não foram
1856 convocadas, né? Porque quando estava lá na Escola de Legislativo você via que a
1857 participação da sociedade civil em todas áreas estavam presentes. Então eu não sei,
1858 não estive presente, mas eu queria saber assim, teve ampla divulgação? Teve essa
1859 ampla divulgação ou não? NÍVIA - Normalmente a Assembléia Legislativa divulga,
1860 envia convite pras entidades representativas da sociedade civil no site da Assembléia,
1861 né? Porque essa questão do ciclo de revisão do PPAG já acontece normalmente todo
1862 ano nesse período. Então, é, talvez seja necessário ampliar esse meio de
1863 comunicação. Cris, talvez você pudesse repetir o encaminhamento que a Comissão
1864 elaborou pra gente tentar fazer alguma... CRISTIANE - O encaminhamento da
1865 Comissão era que se enviasse uma correspondência à Assembléia Legislativa
1866 solicitando melhoria na metodologia da apresentação dos projetos estruturadores com
1867 menos projetos à apresentar, bem como que as audiências públicas relativas à revisão
1868 e monitoramento do PPAG sejam realizadas na Escola do Legislativo, visto que o
1869 espaço é mais adequado é mais adequado para a recepção das pessoas. Solicitar
1870 ainda à Assembléia Legislativa que a divulgação das audiências públicas sejam feitas
1871 com maior antecedência possibilitando uma maior participação da sociedade civil. Este
1872 era o encaminhamento. Aí a Roberta fez a proposição inicial de se tirar a questão da
1873 divulgação, mas aí depois você... eu não entendi se o encaminhamento é de não
1874 aprovação. ROBERTA - A minha proposta foi a seguinte, eu desvendi aquilo que não
1875 estava querendo ser dito, entendeu? Eu quis dizer o seguinte, o que nós temos que
1876 discutir porque... eu fiquei imaginando assim, ao encaminharmos isso aí a Assembléia
1877 poderia confortavelmente primeiro, listar todas as possibilidades de divulgação que
1878 foram feitas e dizer assim, sinto muito se vocês não foram, se vocês não participaram.
1879 Falar, olha, a questão do local, pelo que nós vimos, não ficou ninguém em pé e nem
1880 ninguém de fora, então, também, não é a questão do local. Nessa perspectiva de
1881 inibição também não é passível porque outros projetos que lá apresentaram teve
1882 pauleira, também. CRISTIANE - Então a sua proposta é contra o encaminhamento.
1883 ROBERTA - É contra o encaminhamento, mas assim, com a perspectiva... com o
1884 encaminhamento de que esse Conselho trate as audiências públicas de revisão de
1885 PPAG e outros de forma diferenciada do que tratou aqui porque nós estamos
1886 apontando coisas que o problema está aqui dentro, que não teve a tratativa de como o
1887 Conselho ia participar da audiência pública, entendeu? Quem são os conselheiros e
1888 qual é a bandeira que vai se levar pra discutir? Então o meu encaminhamento é que
1889 esse Conselho fique atento e traga essa tratativa numa Plenária antes pra poder
1890 trabalhar essa participação nova. NÍVIA - Então, vocês concordam gente? São dois
1891 encaminhamentos, um da Cristiane e um da Roberta. Ok. A gente coloca, então, em
1892 votação. São duas propostas. É porque são diferentes. MARCELO ARMANDO - Mas a
1893 Roberta propõe dentro da negativa dela mais uma situação que é de fazer uma
1894 organização anterior pra poder... CRISTIANE - Com relação à essa tratativa das
1895 audiências por este Conselho nós tanto concordamos que foi isso que nós fizemos
1896 ontem. Quando nós discutimos o orçamento de 2013 nós já tiramos questões que vão
1897 ser tratadas na audiência pública de novembro, então, com relação ao 2º
1898 encaminhamento, sem nenhum problema, agora a Comissão não retira o

1899 encaminhamento que ela colocou. É isso que está se colocando. NÍVIA - Então nós
1900 vamos passar à apreciação, então, a proposta da Comissão de Orçamento lida e
1901 apresentada pela conselheira Cristiane e a proposta da Roberta. CRISTIANE - Posso
1902 esclarecer? Gente, gente... Não, Nívia, deixa eu esclarecer. A questão é... favoráveis
1903 ou contrários aos encaminhamentos porque quem for contrário automaticamente está
1904 com a Roberta. NÍVIA - Isso, concordando com a proposta da Roberta. CRISTIANE -
1905 O 2º encaminhamento da Roberta que é em relação às tratativas da audiência já está
1906 fechado, a Comissão concorda. O que está em discussão é: O encaminhamento de
1907 correspondência à Assembléia Legislativa pra melhoria da metodologia das audiências
1908 públicas. Nós vamos encaminhar ou não? Então, encaminhamento de
1909 correspondência à Assembleia Legislativa solicitando melhoria na metodologia e
1910 divulgação antecipada. Nós vamos pedir ou não? É essa. NÍVIA - Tá, então nós vamos
1911 votar pela avaliação da proposta da Comissão de Orçamento. Quem concorda vai
1912 levantar o crachá e quem não concorda está concordando com o pedido de supressão
1913 da conselheira Roberta. Então, em votação a proposta apresentada pela Cristiane, da
1914 Comissão de Orçamento. Quem concorda levante o crachá. Abstenção. Ok, então foi
1915 aprovada a proposta da Comissão de Orçamento. Podemos passar para o outro
1916 ponto, não é Cristiane? CRISTIANE – O segundo... O outro ponto, gente, os
1917 conselheiros... Nós recebemos uma correspondência do fundo do MDS nos solicitando
1918 justificativa em relação às pendências verificadas no demonstrativo sintético do
1919 exercício de 2006. Deixa eu só fazer um resgate para os conselheiros que essa
1920 correspondência depois nós ficamos sabendo, não é Nívia, que ela veio para o
1921 Conselho Estadual de forma equivocada, na verdade a solicitação deveria ser à
1922 SEDESE, à SUBAS, à SEDESE e ao Conselho Estadual apenas para conhecimento.
1923 Essa situação depois foi esclarecida por parte da SEDESE junto ao MDS e, então, a
1924 SEDESE nos encaminhou cópia das justificativas relativas à essas pendências do
1925 exercício de 2006. Alerto os conselheiros que são várias situações, então é por isso
1926 que a gente não vai ler o ofício aqui. Isso já foi apresentado na Mesa Diretora, a
1927 Comissão de Orçamento já tomou conhecimento e o único encaminhamento que a
1928 gente, enquanto Comissão pensou ontem, que é uma vez que a SEDESE nos
1929 encaminhou cópia da justificativa relativa às pendências do exercício de 2006 e que
1930 este ofício só nos foi encaminhamento para tomar conhecimento é apenas enviar um
1931 ofício ao MDS dizendo que nós recebemos essas justificativas por parte da SEDESE e
1932 que o Conselho está acompanhando. NÍVIA - Exatamente. Tem alguma dúvida sobre
1933 isso, gente? Tem mais algum ponto da Comissão, Cris? Não, é só pra eu saber se nós
1934 já podemos... Tá, então, nós podemos colocar em apreciação a informação da
1935 Comissão de que o Conselho tem ciência do envio do ofício com as respostas aos
1936 questionamentos do Fundo Nacional que na verdade nós comprovamos todas as
1937 situações, não há situação de devolução de recurso porque a gente tinha
1938 comprovação de todas as situações que foram feitas as prestações de contas,
1939 tínhamos os demonstrativos, e onde a gente não tinha demonstrativo, porque se
1940 tratava de muitos anos anteriores, a gente fez as justificativas, né? Ainda vai passar, é
1941 claro, pela avaliação do Fundo Nacional, mas a cópia da resposta foi enviada a este
1942 Conselho e passou pela avaliação da Comissão de Orçamento. Podemos aprovar esta
1943 proposta? Ok? Então podemos passar Cris. CRISTIANE - O último ponto da Comissão
1944 de Orçamento é que nós recebemos um ofício da APAE de Poços de Caldas, datado
1945 de 31 de agosto de 2012, sobre o piso de transição de média complexidade. O quê
1946 que é esse ofício? Só pra colocar os conselheiros a par. Houve uma discussão no

1947 Conselho Municipal de Assistência Social de Poços de Caldas onde uma organização
1948 conselheira solicitou ao Conselho Municipal de Poços de Caldas que o piso de
1949 transição da média complexidade, que hoje é destinado à APAE, que ele pudesse,
1950 também, ser destinado à outra organização do município, então esse foi o pleito dessa
1951 organização. O Conselho Municipal de Poços de Caldas deliberou sobre uma análise
1952 dessa situação e aí a APAE de Poços de Caldas manda para o nosso Conselho um
1953 ofício solicitando que o Conselho não permita que isso seja feito. Que o Conselho
1954 indefira. Então, qual que é o encaminhamento proposta? A primeira situação que a
1955 gente precisa é oficiar o Conselho Municipal de Assistência de Poços de Caldas
1956 solicitando informações sobre a demanda apresentada pela APAE de Poços de
1957 Caldas relativo ao recurso do piso de transição de média complexidade e, inclusive a
1958 gente até discutiu que não é da competência deste Conselho Estadual deliberar ou
1959 não pelo indeferimento ou não indeferimento da partilha de recurso, mas a Comissão
1960 achou que era importante a gente comunicar o Conselho Municipal de Assistência
1961 Social que nós recebemos essa correspondência pra gente não responder diretamente
1962 à APAE antes de oficiar o Conselho de Poços de Caldas, até porque a Plenária em
1963 que foi discutida essa possível partilha de recurso é datada de fevereiro de 2012 e nós
1964 só recebemos o ofício agora, datado de 31 de agosto. Então a gente não sabe se
1965 nesse período de fevereiro até agosto houve algum tipo de discussão por lá por parte
1966 do Conselho, então é só encaminhar esse ofício ao Conselho Municipal de Poços de
1967 Caldas. Primeiro é aguardar a resposta do Conselho Municipal de Poços de Caldas
1968 pra depois responder à APAE. NÍVIA - Ok? Podemos aprovar esse encaminhamento
1969 ou tem alguma sugestão contrária? Conselheira Roberta. NÃO IDENTIFICADO- A
1970 questão de ordem, eu acho que a APAE poderia ser comunicada que foi encaminhado
1971 ao Conselho porque isso é pauta do Conselho Municipal. Eu acho que não precisa
1972 esperar a resposta. Precisa comunicar imediatamente. ROBERTA – Para a APAE
1973 dizendo que não é competência desse Conselho e que isso é competência do
1974 Conselho Municipal e que ao mesmo tempo está encaminhando para o Conselho
1975 Municipal. É, porque senão volta aquela velha discussão que eu já fiz aqui, a gente
1976 tem uma morosidade com as coisas que assim, aí mês que vem escuta pra depois no
1977 outro mês... quando é dezembro nós estamos respondendo um negócio que chegou
1978 em agosto. Do ponto de vista da eficiência nossa já passou, já morreu não sei
1979 quantos. Falei, pronto! NÍVIA - Podemos aprovar, então, essa proposta que foi
1980 proposta de encaminhamento ou tem mais alguma sugestão? MARCELO ARMANDO -
1981 Só pra entender, o encaminhamento que foi feito da Comissão... está havendo... nós
1982 estamos somando? Ok. NÍVIA - Então, a proposta é que o CEAS faça a resposta à
1983 APAE e ao Conselho Municipal de Poços de Caldas informando de que essa
1984 competência é do Conselho Municipal, não é? Ok. Aprovado, conselheiros? Então
1985 vamos colocar em votação a proposta, então a Comissão não... ((fala fora do
1986 alcance)). Você não concorda com essa... ((fala fora do alcance)). Tá, então nós
1987 temos duas propostas? A da Comissão que foi apresentada e a da Roberta de somar,
1988 né? Da Anália e da Roberta de somar com resposta à APAE e ao Conselho de Poços
1989 de Caldas. Então, nós temos duas propostas, não é? O que vocês acham melhor?
1990 Quem vota pela proposta apresentada pela Comissão, levante o cartão, por favor.
1991 Quem vota... Gente, vamos manter o cartão levantado. Deu pra contar, Consolação?
1992 Gente, então, novamente, fica com o cartão levantado quem é a favor da aprovação
1993 da proposta da Comissão de Orçamento. Quem é a favor da proposta da Anália e da
1994 Roberta? Tem alguma abstenção? Então, aprovada a segunda proposta. Conselheiro

1995 Volney. NÃO IDENTIFICADO- Deixa eu só pedir um esclarecimento porque eu sou
1996 novata no Conselho, né? O meu esclarecimento é o seguinte, se a Comissão optou
1997 por tal encaminhamento e aqui a discussão, a conversação, ampliou a visão a
1998 Comissão não pode votar? Não pode ampliar? Não pode mudar? Pode mudar, não é?
1999 Então, eu quero esclarecimento. ROBERTA – Ok, é questão dela, mas assim, não é
2000 regimental. É questão dela. Pra ficar bem claro, até porque, Cristiane, é importante a
2001 gente suscitar isso aqui até pra gente poder entender esse processo de debate aqui
2002 dessa Plenária porque se a gente coloca em debate e vem uma série de informações
2003 que enriquece e que agrega e aí eu vou ser muito sincera, eu acho que a gente tem
2004 que ter a responsabilidade de ter um voto qualificado e informado pra gente não ficar
2005 nessa questão, mas ali foi uma decisão dela. Você pode ficar tranquila porque isso
2006 não é regimental, não. Não, ok, mas você podia ter votado contra. CRISTIANE -
2007 Espera aí. Já que falou no microfone, então vou responder no microfone. Gente, a
2008 minha postura foi porque eu estou falando pela Comissão, né? Nesse sentido tanto é
2009 que eu brinquei aqui, então, eu estou respeitando o que a Comissão definiu... como
2010 coordenadora... NÍVIA - Podemos passar pra Comissão de Normas, então, gente?
2011 MARCELO ARMANDO - Muito obrigado, Senhora presidente, Comissão de Normas.
2012 VOZES AO FUNDO - Vice, vice. MARCELO ARMANDO - Não, mas ela está na
2013 condição de presidente. VOZES AO FUNDO - É o calor, é o calor. MARCELO
2014 ARMANDO - Gente, o ponto 1º da Comissão de Normas é... O ponto 1 é sobre as
2015 usinas, diz respeito à revisão da legislação que dispõe sobre PAS/BARRAGENS.
2016 Chegou um encaminhamento para a Comissão de Normas para que a gente fizesse
2017 uma avaliação da lei estadual juntamente com as Resoluções 317 e 318 pra verificar
2018 as adequações considerando alguns pontos que foram discutidos nas Plenárias e de
2019 que essas Resoluções estariam um pouco ultrapassadas e que (ali) deveria trabalhá-
2020 las. Então, nós estamos sugerindo como encaminhamento uma reunião extraordinária
2021 da Comissão de Normas com a Comissão de Política. E aí a gente sugere que a gente
2022 inicia os trabalhos na reunião da Plenária de novembro. NÍVIA - Está aberto o
2023 microfone pra discussão. Tem alguma inscrição? Então nós podemos aprovar o
2024 encaminhamento da Comissão? MARCELO ARMANDO - Perfeito. NÍVIA - Podemos?
2025 MARCELO ARMANDO - Ponto **“1.2)** PCH Santa Helena, a RBO Energia S.A.,
2026 empreendedor da PCH Santa Helena, solicita reunião pra conversar sobre o processo
2027 de implantação do PAS na referida usina, visto que ele adquiriu o direito de exploração
2028 desse empreendimento em 2011 após aprovação do PAS pelo CEAS.” Na verdade, o
2029 que eles estão querendo é por considerando que eles compraram, adquiriram um
2030 empreendimento posterior ao empreendimento à aprovação do CEAS... da licença,
2031 então eles estão querendo sentar com a gente pra bater um papo e aí nós estamos
2032 convidando para eles participarem da próxima reunião da Comissão de Normas em
2033 novembro. NÍVIA - Tem alguma inscrição ou nós podemos aprovar o encaminhamento
2034 da Comissão? Então, aprovado o encaminhamento da Comissão. MARCELO
2035 ARMANDO - O ponto **“1.3)** Emissão da Licença de Operação pelo COPAM Noroeste
2036 de Minas sem avaliação do CEAS.” É aquela questão que ocorreu hoje pela manhã.
2037 “O encaminhamento da Comissão de Normas de encaminhar uma correspondência ao
2038 COPAM Noroeste de Minas informando sobre a análise do processo e que o relator do
2039 processo encaminhou pela não aprovação da comprovação da implantação do PAS e
2040 o processo esteve com vistas...” vai ter que haver uma mudança aqui, que teve vistas
2041 e, inclusive já houve aprovação do CEAS pela cassação da Licença de Operação da
2042 não aprovação do PAS então esse ofício vai ter que constar isso... “e informar que a

2043 concessão da L.O. pelo Conselho Ambiental se revestiu de ilegalidade porque ele não
2044 cumpriu o que prevê o artigo 5º da lei 2.812 que trata da comprovação da implantação
2045 do PAS e que constitui-se em pré-requisito pra concessão por aquele órgão
2046 ambiental... pra concessão da Licença de Operação e assim a gente entende que faz
2047 necessária a revogação imediata da licença ambiental conforme certificado da L.O.
2048 01/2012 solicitando um posicionamento do COPAM daquela região no prazo de 30
2049 dias. O 2º encaminhamento é, após encaminhar esse ofício, também, encaminhar
2050 para a COPAM Central, para a Secretária de Meio Ambiente (SEMAD) e, também,
2051 para a SUPRAM, sobre os procedimentos adotados pelo Conselho Estadual com
2052 resgate histórico dos outros processos que obtiveram L.O. e L.I. sem a devida
2053 aprovação do que compete ao CEAS e, ainda, solicitar a estes órgãos a articulação
2054 entre os COPAM's regionais para o cumprimento da legislação estadual e um retorno
2055 ao Conselho Estadual no prazo de 30 dias.” NÍVIA - Está aberto pra inscrições. Não
2056 tem inscrições, podemos aprovar o encaminhamento da Comissão? Aprovado o
2057 encaminhamento dado pela Comissão. MARCELO ARMANDO - Só resgatando, se
2058 não cumpriu no prazo de 30 dias a gente faz um outro encaminhamento sobre aquilo
2059 que a gente vai... aos pontos que nós vamos tomar. Ponto “2) Pontos para a revisão
2060 de (discussão). A, B, C e D. **A)** Definição do trabalhador da área para fins de
2061 composição do Conselho, (), Resolução do CMAS, composição do CMAS. **B)**
2062 Inscrição de entidades. Solicitação da conselheira Cristiane. Questionamento sobre a
2063 inscrição de entidades que o CEAS deve se manifestar. **C)** Conselheiro Júlio.
2064 Socializando o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre certificação
2065 de entidades. **D)** O Conselho Municipal de Três Corações, por meio do ofício 80,
2066 solicita informações sobre os procedimentos que o CMAS deve adotar para as
2067 entidades já inscritas no Conselho Municipal que tem preponderância na Saúde e
2068 Educação. Bom, pra esclarecer aos conselheiros, a proposta que chegou a Comissão
2069 era de que nós deveríamos fazer uma discussão sobre esses pontos. Sobre definição
2070 de trabalhador da área na composição de Conselhos e inscrições de entidades e tal. O
2071 encaminhamento: “Levantar toda a legislação que dispõe sobre o assunto associando
2072 aos questionamentos comuns do Conselho Municipal e agendar uma reunião conjunta
2073 com a Comissão de Política com a sugestão para 09 de outubro de 2012, às 09:00h
2074 da manhã.” NÍVIA - Consolação. CONSOLAÇÃO - Só... o procedimento... não é nem
2075 do encaminhamento... Como o Conselho Municipal de Três Corações eu acredito que
2076 o Conselho poderia delegar a Secretaria Executiva de passar até a minuta de resposta
2077 à Mesa Diretora, mas eu acho que o Conselho não pode esperar uma resposta. E a
2078 gente faria como vem sendo feita as orientações baseadas na lei, na lei, entendeu?
2079 Falar que consta na Resolução isso ou não consta. Pegar a lei, do caso aí da
2080 Educação e da Saúde, o que não pode ser inscrito, só inscreve programas e projetos.
2081 O que está na lei, o prazo estabelecido em lei e deixa... aí as outras questões sim,
2082 com esse prazo. MARCELO ARMANDO - Só tem um aspecto, Consolação, porque
2083 nós aprovamos aqui uma Resolução que a gente entendia que as entidades que têm
2084 projetos, programas e serviços poderiam, também, se inscrever nos Conselhos
2085 Municipais. Nós temos... Elas podem compor Conselhos... ((fala fora do alcance))... É,
2086 isso... Então, tá... ((fala fora do alcance))... Ok, os conselheiros estão esclarecidos? O
2087 levantamento é da Comissão de Política junto com a Comissão de Normas sentar no
2088 dia 09 de outubro, que é um dia após a reunião da Comissão da Mesa Diretora, pra
2089 gente sentar e debater sobre esse assunto, a partir das 09:00h. NÍVIA - Eu acho que
2090 pode, só vai somar, só vai contribuir. Então nós podemos votar o encaminhamento da

2091 Comissão? 09 de outubro. MARCELO ARMANDO - ... um morador do distrito de
2092 Palmital de Minas, Cabeceira Grande, denunciando a irregularidade na Casa de
2093 Idosos e, também, o (e-mail) do dia 30 de agosto enviado pela assistente social de
2094 Ipatinga denunciando a irregularidade da gestão da Assistência Social do Município,
2095 ela cita desvio de recurso público, fraudes e tal. Esses dois pontos foram discutidos
2096 juntamente com a Comissão de Apoio e a Comissão de Apoio que vai debruçar sobre
2097 esse assunto. Nós só estamos constando aqui porque já estava no nosso ponto, ta?
2098 Então, não é nem caso de deliberação. O item 1.4 é o GT para formação da mesa de
2099 negociação. Nós vamos agendar a primeira reunião do grupo de trabalho da mesa de
2100 negociação... só marcar a data. Vamos pedir para a Secretaria Executiva casar umas
2101 datas... Eu... NÍVIA - Você quer tirar a proposta já, aqui, agora? De data? Então,
2102 vamos tirar uma sugestão de data e eu peço à Consolação pra fazer o mesmo
2103 encaminhamento daquele grupo anterior de tentar casar as agendas porque as outras
2104 pessoas não estão aqui. Então fica a data definida dia 08 de outubro, a Consolação
2105 vai fazer uma consulta aos outros membros do grupo de trabalho. Ok? Então, estão
2106 marcando... Nós vamos passar, então, agora, já pra Comissão de Apoio. Você
2107 encerrou, não é, Marcelo, a Comissão de Normas? Pessoal, o Marcos está pedindo
2108 pra gente inverter a ordem aqui e a gente passar a Comissão de Política. É isso,
2109 Marcos, porque você tem que viajar? Tudo bem, gente? Ok, então, o Volney vai
2110 apresentar. VOLNEY - Bom, nós nos reunimos, foi eu, o Francisco, o Júlio e a Maria
2111 de Fátima Bergamini. () pela deliberação. Correspondência enviada pela conselheira
2112 Cristiane Nazareth que propõe uma reflexão do texto do Carlos Ferrari, ex-presidente
2113 do CNAS. O texto apresenta três conteúdos, vínculo SUAS, entidades e trabalhadores
2114 de nível médio. Nós deliberamos pra socializar o texto com os demais conselheiros de
2115 forma que possam contribuir na discussão e/ou enviar proposições. Todos receberam
2116 o texto? Então, a proposta é socializar com os demais conselheiros para que vocês
2117 possam tomar conhecimento e propor, também. O texto é uma discussão do Fórum
2118 Nacional de Assistência, ok, gente? **Item 2)** A Política de Assistência Social nas
2119 comunidades rurais. Nós estamos demandando à SEDESE informações a cerca das
2120 formas de oferta e garantia de acesso à Assistência Social pelas comunidades rurais.
2121 Quantos equipamentos têm se é possível fazer esse levantamento, de que forma que
2122 os executivos vêm tratando esse assunto porque nós não temos nenhum parâmetro
2123 hoje. NÍVIA - Só para esclarecer, esses equipamentos que estão citados aqui... CRAS
2124 e CREAS. VOZES AO FUNDO - CRAS e CREAS. NÍVIA - Ok, tranquilo. ((fala fora do
2125 alcance)). Não, da Assistência Social, CRAS e CREAS. VOLNEY - Ok, gente. Quer
2126 falar, Roberta? ROBERTA - Primeiro eu queria, porque assim, vocês estão pedindo
2127 isso pautado em alguma discussão, não é? Assim, por exemplo, saber se tem CRAS e
2128 CREAS em zona rural... hum! Porque assim, do ponto de vista da política, não se
2129 concentra em dois equipamentos só. Por exemplo, você pode não ter CRAS e nem
2130 CREAS, mas você pode ter uma oferta de serviços da política de assistência que
2131 atende a população, entendeu? Porque até pra implantar CRAS e CREAS você tem
2132 um critério de território, você tem um critério, entendeu? Desde que tenha toda uma
2133 questão... Então, assim, não adianta levantar se tem CRAS e CREAS para não sei o
2134 que se... do ponto de vista da política, o quê que se quer? VOLNEY - ()... população
2135 rural hoje está sendo atendida? ROBERTA- Do ponto de vista de todos os serviços.
2136 Então aí não é só CRAS e CREAS, gente. Então, eu estou perguntando, gente...
2137 NÍVIA - Então, talvez precise explicar melhor porque nós somos da equipe volante, às
2138 vezes você não tem CRAS, mas você tem equipe volante. (ANÁLIA) - Na verdade, na

2139 Comissão a discussão passou por aí, tanto é que quando a gente mencionou a
2140 SEDESE não se restringe só a Subsecretaria de Assistência, mas de uma forma como
2141 um todo. Quer dizer, quais as informações que a SEDESE tem a respeito do
2142 atendimento à população rural. É uma demanda, inclusive assim, quando da
2143 apresentação do próprio travessia aqui, neste Conselho, o conselheiro Mauro que não
2144 está presente ele até, numa observação a respeito da apresentação da conselheira
2145 Roberta, ele falou exatamente dessa dificuldade mesmo que a população rural tem em
2146 acessar os serviços, enfim, e aí, especificamente, é claro, quer dizer, como que o
2147 executivo municipal propicia e viabiliza as condições pra que essa população rural
2148 tenha acesso à política de assistência. Não necessariamente só CRAS e CREAS.
2149 ROBERTA - E eu volto a insistir, se nós estamos falando de política de assistência,
2150 gente, então, também, não dá pra ir em direitos humanos, não dá pra ir em travessia,
2151 que são políticas... Entendeu? NÍVIA - É porque não tem equipamentos. ROBERTA -
2152 Travessia não é serviço, entendeu? Então, assim, a minha pergunta continua sendo
2153 assim "O quê que se quer chegar?". É como que a população da zona rural é atendida
2154 na política de assistência? Ok, então é levantar todos os serviços da política de
2155 assistência em relação aos municípios que existem em zona rural e em zona urbana.
2156 Agora isso, gente, não precisa fazer levantamento porque qualquer pessoa um pouco
2157 mais entendida de política pública () sabe do grande desafio de levar as políticas
2158 públicas para a zona rural. Educação, Saúde, aí não é só Assistência. E a Assistência
2159 mais ainda porque é uma política nova, então, eu acho que talvez a gente não
2160 devesse, isso é uma sugestão, parar no levantamento, mas ser mais propositivo. O
2161 quê que estrategicamente pode-se contribuir para que leve serviços para a população
2162 rural, entendeu? Estrategicamente. Mas pra isso não precisa fazer esse levantamento,
2163 é isso que estou dizendo. Pode-se discutir do ponto de vista estratégico, por exemplo,
2164 do ponto de vista do equipamento do CRAS nós já temos uma estratégia volante, ter
2165 CRAS volante... e os outros serviços? Quais que são as estratégias? Aí a Comissão
2166 de Política pode se debruçar nisso e discutir essa questão sem precisar de
2167 levantamento, essa é a minha sugestão, entendeu? Porque você pode... Porque aqui
2168 dá é diretriz, então você pode ter estratégias de diretriz sugerindo ao gestor que se
2169 faça esse esforço para desconcentrar o serviço da área urbana. MARCOS - Acho que
2170 só para poder contribuir com a discussão. Eu acho, Roberta, essa é a questão que
2171 quando a gente traz para o lado da Assistência Social igual você colocou não é
2172 diferente em outras áreas, mas tem várias áreas hoje que a gente está conseguindo
2173 avançar. Por exemplo, na própria parte de Educação tem várias discussões, inclusive
2174 grupo que foi criado dentro da própria Secretaria, enquanto estadual, especificamente,
2175 pode se discutir, por exemplo, a educação do campo. Então, são ações que a gente
2176 está desenvolvendo em outras áreas que não é Assistência Social no sentido de
2177 avançar e eu acho que o que a Comissão traz é importantíssimo e aí tem coisas que
2178 pra gente poder trabalhar... quanto mais informação você tem... isso ajuda no
2179 processo de discussão e de debate. E eu acho que essas informações que a
2180 Comissão está pedindo vai contribuir no processo de discussão que, inclusive você
2181 está sugerindo que se faça de um aprofundamento. Eu acho que essas informações,
2182 que a Comissão está pedindo vão poder nos ajudar e, assim, se puder em algum
2183 momento, talvez, eu esteja pronto pra poder contribuir e ajudar. ROBERTA – É isso
2184 que você está colocando que eu estou só enriquecendo que é assim... ultrapassar o
2185 levantamento, porque quando você traz a demanda você já tem claro que esse serviço
2186 não está lá, entendeu? Então, por exemplo, quando você fala assim "Na Educação

2187 tem um fórum que se discute a educação no campo... Porque não criamos um fórum
2188 pra discutir a política de assistência na zona rural e no campo?". Aí sim vale qualquer
2189 perspectiva porque senão a gente fica queimando etapa com essas coisas assim "Ah
2190 faz o levantamento", aí vem um dado pra cá, aí você fica assim, tem dez, tem vinte,
2191 tem trinta. Isso é detalhe porque o que se quer mesmo é como que a gente vai fazer
2192 um fórum que pense em estratégias que possa o SUAS... trabalhar na perspectiva no
2193 SUAS, que chegue na zona rural. Aí sim, entendeu? Isso são estratégias... elas não
2194 são pontuais. Porque é isso que eu estou falando, elas são estratégias porque já tem
2195 um rol de serviço agora estrategicamente... E aí esse Conselho aqui tem grande
2196 chance para discutir isso. Por exemplo, quando se delibera sobre o recurso no início
2197 do ano, do critério de partilha, está aí uma grande chance, entendeu? Como é que
2198 vamos priorizar, por exemplo, a implantação de serviço no campo? É no momento que
2199 eu estou discutindo um orçamento aqui. É no momento que nós vamos discutir a
2200 proposta de orçamento lá na Assembléia, entendeu? Então são essas questões que
2201 às vezes a gente avança mais do que dá um encaminhamento de levantar informação
2202 a cerca de... MARCOS - Só pra poder fazer uma complementação do que a Roberta
2203 traz, é, inclusive, por exemplo, no PPAG, a gente tem participado ativamente em
2204 diversas áreas e às vezes tem momentos, por exemplo, relacionados à Assistência
2205 Social que poderia se fazer uma articulação maior no sentido de intervenção.
2206 Inclusive, a gente estava discutindo aqui antes, por exemplo, na audiência pública. É
2207 uma coisa que a gente pode, talvez, juntar forças. VOLNEY - (Sei) que representa os
2208 sindicatos da federação. Você é importantíssimo nessas contribuições. ((fala fora do
2209 alcance)). O grupo pode contribuir para que a gente possa, então, deliberar () aqui?
2210 NÍVIA - Ok. VOLNEY - Claro! NÍVIA - Cristiane. CRISTIANE - Eu acho que a Roberta
2211 traz um complemento, mas eu acho que uma coisa não exclui a outra. Porque de
2212 qualquer forma eu acho que é importante ter um levantamento Roberta porque eu não
2213 sei, assim, eu acho que a gente tem uma deficiência, vamos colocar assim, de
2214 discussão em relação à política pública de assistência social para o campo. A gente
2215 nunca discutiu isso aqui. Quando você traz essa questão assim "Tenho a equipe
2216 itinerante.", quem, de nós conselheiros sabemos que tem equipe itinerante? Talvez
2217 não precisa saber quais, talvez é saber quais são as estratégias que hoje estão sendo
2218 implementadas pelo Estado para atendimento à Política de Assistência Social no
2219 campo. Como que a SEDESE, a SUBAS tem tratado a cooperação técnica com os
2220 municípios para implementação de serviços no campo? Eu acho que a partir dessa
2221 discussão... caminha nessa perspectiva que a Roberta... Não pode perder exatamente
2222 isso, assim, o levantamento é para quê? É para que nós possamos estabelecer
2223 estratégias de fomentar a discussão da política pública. Este Conselho ainda não
2224 discutiu política pública para o campo, assim como ainda não discutiu política pública
2225 para o idoso, assim como ainda não discutiu política pública para população de rua.
2226 Nós ainda não discutimos isso, não é? Então é só para ajudar no complemento. NÍVIA
2227 - Ok. Volney, então está concluída a proposta de encaminhamento da... Ou nós vamos
2228 voltar aqui tópico por tópico? ((fala fora de alcance))... Você que é o coordenador,
2229 você que faz a proposta. VOLNEY - A proposta é a seguinte, primeiro de () deliberar,
2230 não é? Primeiro de um encaminhamento (para) todos os conselheiros, não é? O 2º
2231 aí... A gente poderia reformular essa deliberação aí. NÍVIA - Tá, do ponto 2.
2232 CRISTIANE - Complementar, também... ((fala fora do alcance)) VOLNEY – É pelo
2233 grupo... E estratégias de discussão, de como levar a discussão da política pública às
2234 comunidades rurais. NÍVIA - A Comissão concorda de fazer esse acréscimo dessa

2235 proposta aqui... VOLNEY – Concorda Fátima? Júlio? Concorda Francisco? NÍVIA -
2236 Então vamos tentar... Você já está formulando aí... Nilce já está acrescentando ali.
2237 Vamos ver como que fica a proposta para a gente deliberar. A Nilce está fazendo o
2238 complemento da proposta, enquanto isso vamos ouvir o conselheiro Francisco.
2239 FRANCISCO - É fazer, assim... Coloquei ontem na Comissão que é o grande entrave
2240 de não ter a interlocução com os outros setores. A Saúde... Porque às vezes até a
2241 Saúde, com o Programa da Família, às vezes ele pode atingir algum tipo de localidade
2242 rural que o próprio CRAS itinerante às vezes não atinge. Eu acho que o grande
2243 entrave é não haver a interlocução das políticas. NÍVIA - Eu não sei se a gente pode
2244 afirmar que há esse entrave. Equipe volante é uma ação muito nova, ela tem pouco
2245 mais de um ano de implantação. Esse ano a gente teve o maior número de municípios
2246 contemplados com expansão da implantação das equipes volantes. A gente está,
2247 assim... tem município que ainda... quem é de um município vai poder dizer se eu
2248 estou exagerando, mas a maioria dos municípios ainda não implantou as equipes
2249 volantes. Começou a receber recurso esse ano. É uma ação, é uma inovação, uma
2250 expansão muito recente da Política de Assistência Social e aí eu vou dizer pra vocês
2251 com muita tranquilidade que eu acho que do ponto de vista do atendimento às
2252 comunidades rurais da Política de Assistência Social é o que nós temos hoje, são as
2253 equipes volantes. E os municípios ainda estão implantando, ainda estão aperfeiçoando
2254 esse serviço. E a perspectiva é que trabalhe de forma intersetorial, assim como o
2255 CRAS. É um CRAS itinerante. É um trabalho do CRAS itinerante. Então, a
2256 intersetorialidade está implícita no trabalho da equipe volante. Agora, entrave para
2257 intersetorialidade ou dificuldades ou ainda desafios (pra) intersetorialidade isso aí é
2258 fato, é realidade, a gente sabe disso. FRANCISCO - Você sabe por que eu fiz esse
2259 comentário? Porque noutro dia eu estava na rodoviária de Itaúna e vi uma senhora
2260 conversando com uma outra, próxima dela, e ela falou assim "Aquele pessoal que vai
2261 lá () naquele negócio do (Lula) de R\$70,00 a senhora recebe?", aí ela falou assim "A
2262 onde é que eu moro, a onde que chega lá é o povo da Saúde.", então aí é que você vê
2263 que não há essa intersetorialidade das políticas que às vezes eu acho que... não é que
2264 seja um entrave, é até mesmo a própria política nacional, a coisa já antiga, que gessou
2265 esse problema entre as políticas, Saúde, Educação, Social... isso fica gessado. Os
2266 dados que a Saúde tem que às vezes podem compartilhar com o Serviço Social às
2267 vezes não há essa interlocução, então é só isso, só uma observação. NÍVIA - Ok,
2268 conselheira Rosilene. ROSILENE - Só uma informação, em Montes Claros a gente
2269 tem o CRAS Rural. Ele fica na área urbana e a equipe se desloca para a área rural e
2270 aí, também, tem esse trabalho com as unidades de Saúde (). NÍVIA - Esse
2271 levantamento vai nos mostrar isso, mas o que eu já estou, assim, prevendo, é que a
2272 gente ainda não tem grandes coberturas de CRAS em área rural porque... vocês têm
2273 um CRAS rural porque foi deliberado pelo município que estaria uma implantação em
2274 área rural, não é isso? ROSILENE - Isso, nós temos 172 comunidades rurais. É um
2275 desafio muito grande, também, pra dar conta... NÍVIA - E quantas que você tem em
2276 área rural? ROSILENE - ... um CRAS. Não, ele é um CRAS fixo na área urbana e a
2277 equipe se desloca. ((fala fora do alcance)) NÍVIA - E ela alcança quantas comunidades
2278 rurais? ROSILENE - São 172 comunidades, mas isso eu não garanto que foram em
2279 todas, não. E assim, a estratégia seria de verificar as comunidades de maior
2280 vulnerabilidade pra gente conseguir fazer um trabalho de qualidade. NÍVIA -
2281 Conselheira Roberta. ROSILENE - Assistente social ou psicólogo. ROBERTA - Eu só
2282 queria trazer algumas reflexões aqui, pra gente pensar, é o seguinte, gente. Não é

2283 difícil, vocês estão falando de CRAS, não é difícil levantar isso não, tá? Por exemplo, o
2284 IDCRAS, e tem aquela... o Censo SUAS, a gente levanta direitinho se é zona rural.
2285 Isso é o mínimo para trazer aqui. Aí eu queria colocar o seguinte, se a discussão vai
2286 ser em cima disso, pra começar. Segundo... e aí, Francisco, eu queria pedir assim, pra
2287 gente tomar cuidado porque você também não pode colocar uma reflexão em cima de
2288 um fato porque você tem 853 municípios, né? Com gestão bastante diferenciada,
2289 então assim, não é porque eu ouvi um caso que eu vou dizer "O fato está assim.",
2290 então a gente tem que tomar muito cuidado com essas informações. FRANCISCO -
2291 Eu só citei um fato. ROBERTA - É isso que eu estou dizendo, mas aí, em cima disso,
2292 você disse "Olha, está tendo a dificuldade de integração...". É só pra gente ficar atento
2293 nessas questões porque isso é muito comum pra gente. Em cima da exceção a gente
2294 pensa na regra, né? E tem que ser o contrário, a exceção é tratada como exceção e a
2295 regra é geral. Aí, por exemplo, eu acho que o Marcos é uma pessoa que pode nos
2296 ajudar muito, por quê? Do ponto de vista do assentamento zona rural isso sim, gente,
2297 isso sim nós temos que olhar porque quando eu falo zona rural por zona rural eu
2298 posso ter três, quatro casas, dez casas, você entendeu... que vão ter todos os
2299 desafios na Assistência, na Saúde e na Educação. Isso não quer dizer que nós vamos
2300 deixar de lado. Segunda questão, a política de assistência SUAS ou CRAS não tem
2301 seis anos, gente, entendeu? Quer dizer, Saúde e Educação que tem mais anos, nós
2302 ainda vemos que não é 100% de cobertura. Nós temos problemas na cobertura.
2303 Então, os nossos equipamentos CRAS ainda não estão na cobertura, ela está
2304 dizendo. É fato, é fato que você tem um CRAS, por exemplo, pra não sei quantas
2305 comunidades. É fato que você tem um CRAS pra 500 famílias referendadas, isso é
2306 fato, isso é real do sistema, gente. Agora, se a gente não tiver a capacidade de ver o
2307 processo de implantação do sistema nós vamos estar aqui, também, discutindo em
2308 cima de... entendeu? Então, assim, penso que a sua contribuição, esse olhar seu de
2309 assentamento, por exemplo, o rapaz do Quilombola que é... são segmentos que nós
2310 temos que ficar atentos porque são segmentos históricos que já vêm com uma falta de
2311 serviço à sua colocação hoje de população de rua... Acho que a gente vai ter que dar
2312 conta dessas questões porque do sistema como um todo a gente precisa
2313 compreender, inclusive os desafios que nós temos que avançar do sistema. Que ele
2314 passa a dar cobertura, ele vai pra financiamento, ele vai pra uma série de coisas
2315 porque o sistema é muito novo, o sistema não tem 7 anos, então isso a gente também
2316 precisa pensar até pra gente ter proposições para avançar senão nós vamos ficar no
2317 patamar da crítica e não propõe e quem vai perder nisso aí é o usuário. NÍVIA - Gente,
2318 a equipe volante nós pactuamos em novembro do ano passado. No ano passado nós
2319 tivemos pouquíssimos municípios que puderam implantar a equipe volante. Esse ano
2320 a gente teve agora, no 2º semestre, que o recurso começaria a ser repassado para os
2321 municípios um número considerado de municípios do nosso estado considerando essa
2322 realidade de municípios com grandes extensões rurais. Então eu acho assim, a gente
2323 está num estágio muito incipiente ainda dessa proposta de atendimento itinerante,
2324 rural. Acho que a gente precisa começar a discutir, avaliar, acompanhar, propor sim,
2325 mas não vamos ficar muito... Eu proponho, não vamos ficar muito afoitos porque nós
2326 estamos falando, como a Roberta disse, de uma coisa que está engatinhando, então a
2327 realidade não é bem essa. A gente precisa avançar muito nessa questão do
2328 atendimento às áreas rurais. VOLNEY - Eu acho que a gente pode contar com a
2329 (retribuição) da sua entidade lá, pra isso? NÍVIA - O André está inscrito para falar.
2330 ANDRÉ - Só dar exemplos. Eu participei da Rio+20, eu fiquei lá a semana toda e

2331 sempre que a gente está num grupo onde vão várias pessoas, estão por ali, quem
2332 está mais próximo você começa a colher dados, Roberta. E eu pude conversar com
2333 um indígena do estado do Mato Grosso, que pra chegar na primeira cidade ele andava
2334 de barco 12 km. Aí eu fiz uma festa, dialoguei. Bolsa Família pra cima ele já tem, esse
2335 índio. Começou a estudar há 4 anos e está assim, totalmente voltado. E, também,
2336 pude conversar com o pessoal quilombola do rio próximo, 10 km por terra, vamos dizer
2337 assim, que não tinha noção. Então esse é um exemplo do que a gente tem no país, no
2338 próprio estado. Na nossa região nós temos ação e cidadania urbana e ação e
2339 cidadania rural. Com adesão do itinerante, facilitou, em parte, mas não deixou de
2340 caminhar junto com a política da Saúde, da própria Educação, não é? Então, é
2341 importante que a gente não só pense como a Cristiane falou, mas a gente possa
2342 pegar, aqui, a sua instituição, entre outras, que o papel é assistir. Mesmo que o CRAS
2343 não esteja lá o cidadão da zona rural tem noção de qual é o CRAS que ele está
2344 referenciado? Ele vai se referenciar à qual CRAS? Se na zona urbana existe
2345 dificuldade como que está chegando isso...? Onde é que nós vamos fazer isso? Por
2346 onde? Se for pela Educação, pela escola... Se for pela comunidade, pelo grupo que
2347 está lá. Que seja, mas ele tem que ser feito. NÍVIA - Conselheira Raquel. RAQUEL -
2348 Eu acho que até... A Roberta já disse um pouco daquilo que eu penso enquanto,
2349 assim, do ponto de vista da Saúde e do ponto de vista da Assistência. Eu acredito que
2350 conciliar... é claro que a gente não pode se conformar com a ausência, mas o ideal de
2351 que uma comunidade, por mais remota que seja, seja atendido todos os serviços... é o
2352 ideal. Então, eu acho que seja da Saúde, seja da Educação, que se chegue lá tudo
2353 aquilo que o cidadão tem direito, nós, enquanto... nesse momento ainda está muito
2354 distante, então eu acho que é uma coisa ainda muito ideal... está muito... porque a
2355 gente ainda tem que avançar muito enquanto política, eu acho que enquanto
2356 planejamento, então, é pra poder chegar nesse patamar. Então, eu acredito sim, que a
2357 gente tem que refletir enquanto nós estamos aqui participando qual tem sido o nosso
2358 papel enquanto cidadão para que isso aconteça. Já que não está acontecendo, o quê
2359 que eu estou fazendo? Qual que é a minha contribuição? Porque não está
2360 acontecendo? Porque querer que numa comunidade tenha todos os serviços, ótimo! É
2361 isso que a gente deseja, mas infelizmente na conjuntura que a gente vive não é o que
2362 está acontecendo e ainda vai demorar. Se é uma política que, como a Nívia disse,
2363 está começando a engatinhar agora, vamos caminhar para fortalecê-la. Essa é a
2364 minha opinião. NÍVIA - Conselheiro Marcos. MARCOS - Eu acho que, primeiro Volney,
2365 a gente está à disposição para o que a gente puder contribuir enquanto entidade. A
2366 outra coisa, Roberta, eu quero concordar com você em parte quando você diz, a Nívia
2367 também traz e a própria Raquel, que é um processo novo. Agora, infelizmente e isso
2368 vale para todas as políticas que vem vindo, o campo sempre fica por último, é sempre
2369 assim. As escolas chegam, a educação, a saúde, começam pela cidade, implantam,
2370 depois vai chegando no final e quando chega lá os outros aqui nem querem mais.
2371 Então, assim, eu acho que é uma política importante e eu acho que muita coisa a
2372 gente conseguiu avançar no Brasil, em diversas áreas e diversas políticas. Eu acho
2373 que uma das coisas que a gente precisa mudar essas concepções é que as políticas
2374 precisam chegar de formar igual em todos os cantos. O país, pela quantidade de
2375 imposto e de recursos que tem, tem condições de fazer isso. A máquina, o Estado,
2376 isso é um direito que está previsto na Constituição. Precisa se estruturar pra dar conta
2377 disso. E aí eu acho que uma das coisas que, por exemplo, o campo hoje é muito
2378 diverso. Você vai ter no campo o idoso, você vai ter o quilombola, você vai ter o negro,

2379 você vai ter o deficiente, você vai ter diversas situações, né? A questão hoje dos
2380 problemas que a gente enfrenta o trabalho infantil, da exploração do trabalho infantil,
2381 essa questão da prostituição, das drogas, é uma diversidade muito grande. Muitos
2382 problemas assim como têm na cidade também tem no campo. E muitos dos problemas
2383 que estão na cidade foram pessoas que saíram do campo porque as políticas não
2384 chegaram lá aí elas foram para a cidade e os problemas acabaram por si ()... talvez
2385 se este apoio político tivesse chegado lá eles não precisariam ter vindo para a cidade.
2386 Então eu acho que são coisas que a gente precisa (tá) concepção. E entendo o que
2387 vocês colocam das dificuldades, agora acho que isso não pode ser justificativa. NÍVIA
2388 - Não, eu gostaria de, então, fazer uma retificação. Eu não estou colocando que é
2389 dificuldade, eu estou colocando que é uma política que está em processo de
2390 amadurecimento de implementação e que a gente ainda não tem nem essa previsão
2391 nesse Sistema Único de Assistência Social, eu não equipes volantes, então do ponto
2392 de vista da Política de Assistência Social nós vamos ter, assim, algumas ações, alguns
2393 equipamentos, alguns serviços já em execução nessa perspectiva do atendimento às
2394 comunidades rurais, do ponto de vista do SUAS, do que está posto para o SUAS.
2395 Como foi o exemplo que a Rosilene deu aqui. Agora a Anália está me dando um
2396 exemplo aqui me (mostrando fotos) de um trabalho que o município dela faz sem ser
2397 CRAS rural e sem ser equipe volante, é um trabalho articulado com a EMATER e tal...
2398 Então, a gente vai encontrar muito mais ações que são características e que são
2399 possíveis à rede de cada município em suas extensões rurais do que de uma diretriz
2400 dada pelo SUAS. MARCOS - É uma política hoje que eu considero uma das mais
2401 importantes que tem se trabalhado ultimamente. E a questão do Programa Nacional
2402 de Habitação Rural. Quando a unidade chega na comunidade, na casa, chega uma
2403 casa, chega junto a energia elétrica, chega a água porque tem que ser acoplado,
2404 senão tiver água tem que chegar uma cisterna, aí você tem um trabalho com a
2405 assistente social, não é, Nilce? Então, é uma política, assim, fenomenal, inclusive
2406 subsidiada pra famílias que tem até R\$15.000,00 de renda, então é uma coisa que a
2407 gente está tentando se debruçar porque é uma política importantíssima, você
2408 consegue levar ela com uma série de outras que complementam. NÍVIA - É isso que
2409 eu estou dizendo, a gente vai encontrar muito mais nas ações isoladas, pontuais, do
2410 que ações dadas pelo SUAS. Eu estou defendendo aqui... eu estou tentando
2411 esclarecer aqui a demanda que está sendo feita à SEDESE. Agora, do ponto de vista
2412 do Estado nós tivemos uma grande expansão do Programa Caminhos de Minas que
2413 vai asfaltar, se não me engano, se não me falha a memória, mais de 100 municípios
2414 têm só trechos rurais. Pra possibilitar o acesso à essas comunidades rurais porque a
2415 maioria delas não tem nem acesso adequado. Como é que se implanta um PSE pra
2416 área rural, um CRAS rural ou uma equipe volante pra atender áreas rurais se entre o
2417 município e aquela área rural não tem nem acesso adequado? Então tem diversas
2418 ações mais estruturantes, não é? E aí eu quero mostrar que não é o SUAS que vai dar
2419 conta disso sozinho. A Roberta está inscrita e quer falar, também. E aí eu quero
2420 encerrar na fala da Roberta pra gente encaminhar, não é, gente? ROBERTA - Eu só
2421 queria acrescentar que na verdade nós fizemos um grande debate aqui, né? O que era
2422 proposta através de um levantamento aconteceu aqui em mais ou menos em 40
2423 minutos, que a mim me parece que é esse o ganho desse Conselho. E aí eu volto a
2424 insistir, assim, para além dessa questão dos dados porque isso é simples, não é
2425 complicado, então que a gente faça um grande debate em relação à questão do SUAS
2426 na zona rural, entendeu? Por quê? Ainda que nós, concordando com isso que você

2427 está dizendo e aqui não é justificativa, quando a gente está dizendo do processo de
2428 implantação do SUAS que é novo a gente está tentando mostrar são os desafios que a
2429 gente tem pela frente. Assim, de onde nós chegamos e no quê que a gente tem que
2430 avançar muito mais. E dentre eles é a questão da zona rural sem dúvida nenhuma. E a
2431 minha proposta é que façamos mesmo um grande debate em relação a isso e desse
2432 debate a gente tira as estratégias porque senão fica um debate pelo debate em si.
2433 VOLNEY - Quem sabe a gente tira uma proposta aqui pra Plenária de Montes Claros
2434 que é Descentralizada, Rosilene, você conhece a região... (a gente) ia fazer um piloto
2435 lá, uma mostragem já em Montes Claros. O que você acha? O que você acha
2436 Marquinhos? Porque em Montes Claros concentra quantos municípios no entorno,
2437 mais ou menos? ((fala fora do alcance)). Quer falar Consolação? Pois é, porque eu
2438 acho que a gente já pode pegar esse piloto de Montes Claros, região norte de Minas.
2439 ((fala fora do alcance)). ROSILENE - A gente pode incluir, talvez, no primeiro dia, né?
2440 Não na Plenária, porque aí eu acho que não seria um ponto... encaminhamento pra
2441 uma deliberação. Então se é uma discussão a gente abriria no dia anterior como até
2442 uma capacitação, aí a gente vê como a gente pode montar isso. NÍVIA - Então nós
2443 podemos encaminhar? VOLNEY - Podemos encaminhar. NÍVIA - Por deliberação?
2444 VOLNEY - E a capacitação na... NÍVIA - Tá, então ficou pra deliberação a primeira
2445 proposta da Comissão de demandar à SEDESE informações a cerca da oferta de
2446 serviço em áreas rurais. Solicitar à SEDESE trabalhar com critérios de partilha na
2447 proposta orçamentária que será incluída na audiência pública. Eu acho que não é a
2448 SEDESE que vai trabalhar com esses critérios, mas sim o Conselho, né? VOLNEY - O
2449 Conselho, o Conselho. NÍVIA - Quem vai demandar, quem vai propor pra audiência
2450 pública é o Conselho. ((fala fora do alcance)). Vocês concordam gente? Da gente
2451 alterar este item da proposta? Trabalhar os critérios de partilha na proposta
2452 orçamentário () a audiência pública e discutir a estratégia de como levar a Política de
2453 Assistência Social ao campo. E o debate sobre o SUAS em áreas rurais nós vamos
2454 discutir na Plenária Descentralizada de outubro em Montes Claros, ok? Todo mundo
2455 concorda? Podemos aprovar, então, a deliberação da Comissão de Política? Ok.
2456 Ainda tem mais um item, eu passarei para o Volney, novamente. VOLNEY - Nos
2457 chegou um mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e
2458 adolescentes nas rodovias federais brasileiras. Nós demos uma olhada no relatório da
2459 Polícia Rodoviária Federal e é muito interessante porque em alguns estados houve
2460 uma queda com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes. Mas lendo o
2461 relatório nas suas minúcias eu achei muito interessante. Na verdade não houve queda,
2462 houve uma migração das rodovias federais para as rodovias estaduais. Uma precisão
2463 da PRF foi muito grande nas rodovias federais, então, esses pontos se deslocaram.
2464 Então, o quê que nós sugerimos para deliberar? Solicitar ao presidente do
2465 FONACEAS, que é o Geraldo, que busque informações com os demais presidentes a
2466 cerca dos números que constam no mapeamento ações que motivaram o crescimento
2467 e a migração dos pontos de incidência e vulnerabilidade. E solicitar informações ao
2468 CEDCA sobre quais as ações que estão sendo desenvolvidas referentes à questão.
2469 NÃO IDENTIFICADO- A questão de solicitar informações ao FONACEAS... isso é pra
2470 que a gente possa ter um retrato à nível nacional? Sim, porque até no grupo que a
2471 gente está estudando a questão do reordenamento existem várias informações,
2472 também, que estão sendo trazidas pra esse grupo do ponto de vistas das violações de
2473 diversas naturezas que ocorrem no estado de Minas, então, existe já um conjunto de
2474 informações que já em Minas que vão dar esse retrato dessa realidade. Eu acho que é

2475 importante talvez a gente vincular corretamente o fluxo dessa informação. Essas
2476 informações estão sendo levantadas pela equipe técnica que está dando um apoio ao
2477 grupo de reordenamento, então ainda não estão totalmente consolidadas, então está
2478 um processo de construção justamente pra gente ter um mapeamento para que a
2479 gente possa ter realmente, inclusive esse retrato desse diagnóstico. VOLNEY - Mais
2480 alguma colaboração, gente? ROBERTA - O quê que o FONACEAS vai responder do
2481 ponto de vista dos Conselhos Estaduais... dos outros conselhos estão fazendo?
2482 VOLNEY - Solicitar aos presidentes dos Conselhos quais as ações desses outros
2483 estados. ROBERTA - Pra...? VOLNEY - Com relação às ações que estão
2484 desenvolvidas e o trabalho que está sendo feito. ROBERTA - Pois é, primeiro que a
2485 ação quem faz não é o Conselho, Volney. Então nós temos que ver o seguinte, o
2486 Conselho Estadual tem que saber fazer o que ele tem que fazer com isso, gente. Ele
2487 recebeu uma informação com dados e estatísticas, de uma pesquisa e aí eu acho que
2488 o Conselho Estadual tem que concentrar no foco dos dados de Minas Gerais e saber o
2489 que nós vamos fazer com esses dados porque do ponto de vista de ação pra
2490 prevenção ou correção dessa violação de abuso e exploração nós temos que ver do
2491 ponto de vista do gestor o quê que está sendo feito porque nos interessa essa
2492 pergunta assim "Pra quê que nós vamos saber o que os outros Conselhos estão
2493 fazendo come essa pesquisa?". Agora, se não é mais importante saber os outros
2494 estados, se não é mais importante saber o quê que o Conselho Estadual de Minas
2495 Gerais vai fazer com esses dados afetos à Minas Gerais pra saber... Você está
2496 entendendo? Então, assim, esse encaminhamento a gente precisa definir o que vamos
2497 fazer com esses dados. ROBERTA - Nós vamos simplesmente procurar saber o quê
2498 que outros souberam e ficaram sabendo e fizeram o quê? Ou nós temos proposição
2499 pra saber? O quê que nós vamos encaminhar com esses dados... NÃO
2500 IDENTIFICADO - Só de esclarecimento, o objetivo dessa proposta é saber porque que
2501 os outros estados tiveram redução. Agora, só que o Volney hoje já trouxe uma outra
2502 informação depois de ter lido o texto por completo; Ele trouxe uma outra informação. O
2503 objetivo era esse, saber porquê que alguns estados conseguiram reduzir o número,
2504 não é? VOLNEY - Então Minas ()... o quê que esses outros estados fizeram? Então, a
2505 minha pergunta é... NÃO IDENTIFICADO- Roberta... há uma outra consideração que
2506 eu coloquei aí, ontem. A gente sabe que a grande malha rodoviária federal que corta o
2507 estado de Minas Gerais. Aí, também, a gente não ia pautar aí também de falar que
2508 esse aumento... ROBERTA - É claro que ele tem que ser o primeiro do ranking, pois
2509 se a malha maior está aqui, gente. Então vamos começar assim. Aí eu acho que
2510 analisar, a mim me parece, Volney, que a gente precisa tratar esses dados, essa
2511 informação, do ponto de vista do Conselho. Por exemplo, saber se ele diminuiu... O
2512 estado de Minas diminuiu? Porque ser o ranking maior ele tem que ser mesmo, por
2513 quê? Nós somos a maior malha rodoviária disso aí, entendeu? Então não tem porquê,
2514 porque se você for comparar a gente com Rondônia e Espírito Santo aí é uma
2515 comparação ruim porque é igual a história de municípios, se nós temos 853 municípios
2516 quando lá na CIT discute assim "O maior número de Plano de Providência dos
2517 municípios é em Minas Gerais.", óbvio, eu tenho o maior número de municípios, tem
2518 que ser em Minas Gerais mesmo. "O maior número de financiamento está indo para
2519 Minas Gerais.", claro que tem que ser, conforme o critério ter o maior número de
2520 municípios. Então, primeiro, é pensar na tratativa dessas informações e saber o que o
2521 Conselho vai fazer com essa informação, então quando eu falo assim "Eu vou
2522 perguntar no FONACEAS o quê que os outros estados... por que que ele diminuiu?",

2523 eu acho que é uma ação inócua, você está entendendo? Porque nós estamos
2524 tratando, assim, sempre passa essas situações aqui. Às vezes situações de violações.
2525 situações gritantes e a gente trata dessa forma "Vou pedir um ofício pra pedir
2526 informação pra pedir...", você entendeu? E o pau está quebrando do ponto de vista de
2527 violação de direito da não cobertura de serviço e nós estamos nesse
2528 encaminhamento. Eu vou pedir um ofício pra pedir informação pra não sei o quê. Aí
2529 dois meses depois quando nós vamos discutir a gente não tem nem o quadro pra
2530 saber se ele é real, se ele piorou, se o povo continua morrendo, continua matando. A
2531 minha angustia é um pouco nessa linha dos encaminhamentos que são feitos no
2532 assunto que chega, da gravidade do assunto a gente dá um encaminhamento que às
2533 vezes não atende. Quando você vai realmente ver, por exemplo, a gente apanhou
2534 muito aqui em denúncia, Volney, aqui no Conselho. Quando a gente começou a
2535 trabalhar com denúncia a gente fazia isso "Ofício A, Ofício B...", quando chegava lá na
2536 frente acontecia até do cara ter morrido e nós ainda estarmos fazendo
2537 encaminhamento de ofício, entendeu? Pela nossa ineficiência de poder ter uma
2538 sugestão e uma ação mais imediata que pede o caso. VOLNEY - Vou dar um exemplo
2539 aqui... É um número muito significativo aqui. Vocês estão entendendo? ((fala fora do
2540 alcance)). Pois é, ()... NÍVIA - Eu queria fazer uma contribuição. Eu fico pensando se
2541 nós não estamos, se não seria mais pertinente, até mais ágil como é a preocupação
2542 da Roberta, a gente estar pedindo essas informações pro CEDCA porque o CEDCA
2543 tem essa diretriz de combate à exploração sexual infantil. Chamar o CEDCA aqui pra
2544 participar de uma reunião e ouvir do CEDCA, de acordo com esses dados que nós
2545 temos aqui em mãos como que está sendo tratado no CEDCA porque eu fico
2546 pensando se nós não estamos sobrepondo ações, né? É igual a questão do trabalho
2547 da erradicação do trabalho infantil. Nós temos um plano estadual de combate ao
2548 trabalho infantil e aí, há pouco tempo, na data que se lembra o dia de combate ao
2549 trabalho infantil nós fomos chamados à Assembléia para apresentar junto com a
2550 Subsecretaria de Direitos Humanos as ações do Estado pra esta prioridade, pra este
2551 plano. Nós começamos a sentar todas as Secretarias envolvidas no plano e aí nós
2552 levantamos um enorme dado de informações de execução de ações que a gente não
2553 tinha nem noção e nem conhecimento porque cada um está fazendo as suas ações
2554 dentro da sua diretriz, dentro da sua temática, e a gente só dentro do fórum estadual é
2555 que a gente discute ou às vezes dentro do CEAS. Nós temos participação no CEAS,
2556 mas é uma técnica nossa que participa do CEDCA, mas nem sempre a gente tem um
2557 *feedback* constante das discussões. Se nós não tivéssemos sentados pra fazer um
2558 levantamento e a avaliação desse plano, Volney, a gente teria a noção de que não
2559 estamos fazendo nada, estamos fazendo é muita coisa. Só que cada um dentro da
2560 sua área de competência, então eu fico pensado se o próprio CEDCA não seria o
2561 primeiro, que está aqui do lado, o primeiro órgão a ser chamado pra gente começar
2562 essa discussão. Do que ir lá pro FONACEAS dos outros estados e tal. E aí? Aí a hora
2563 que vier a informação ou não vier nós vamos fazer o quê? E aí é como a Roberta
2564 disse, já se passou muito tempo e eu acho que a coisa vai se perdendo. Eu acho que
2565 a gente tem que ter mais foco. ROBERTA - Agora, uma sugestão, por exemplo,
2566 agregando à essa sugestão da Nívia, tirar o quê que é do SUAS aí. Por exemplo,
2567 quando você coloca isso, pontuar. Então, a pesquisa apontou, por exemplo, que tantas
2568 pessoas colocaram não conhecer o CRAS, então qual que é a estratégia que a
2569 SUBAS vai ter que fazer pra isso, entendeu? Então separa o que é competência do
2570 SUAS, nesse aspecto que foi colocando dentro da política de assistência, e o quê que

2571 é a competência do CEDICA, do ponto de vista da defesa de direito, porque o CEDICA
2572 não executa, as coordenadorias não são pra executar porque do ponto de vista da
2573 oferta desse serviço eles estão todos na política de assistência, entendeu? Somada a
2574 política da Saúde, somada a política da Educação e somada a política do Trabalho. É
2575 nessa perspectiva aí. Por isso que a gente está tentando ser mais objetivo, pra gente
2576 não poder devanear. Então é tratar essas questões, ver o número, ver aquilo que é
2577 pertinente à política, fazer os encaminhamentos do ponto de vista do Conselho,
2578 entendeu? Sem, necessariamente, ficar preocupando com outros estados. NÍVIA -
2579 Cristiane. CRISTIANE - Eu já fui coordenadora da Comissão de Política, né? Eu já
2580 participei da Comissão de Política e eu sei como que é difícil quando chega essas
2581 questões na Comissão e a gente se depara com situações como essa que nos...
2582 enfim, né? Então, aí Volney, eu gostaria de, acho que um pouco na linha do que
2583 Roberta está colocando, talvez, a gente ressaltar qual que é o papel da SEDESE em
2584 relação aos serviços de assistência social. A cooperação técnica e financeira dos
2585 municípios para o enfrentamento dessas situações, não é? Esse aí é o papel do
2586 estado em relação aos municípios, é isso? ROBERTA - É, no que compete ao SUAS.
2587 CRISTIANE - É, ao SUAS é isso, mas tem outros programas, não é. ROBERTA -
2588 Coordenaria de política pra criança e adolescente está na Subsecretaria de Direitos
2589 Humanos. Tem ações abrangentes. CRISTIANE - E aí, talvez, o que a gente poderia
2590 encaminhar é na pesquisa porque essa pesquisa é com certeza de conhecimento da
2591 SEDESE. Um aspecto que eu acho que a gente poderia encaminhar é exatamente
2592 solicitar quais são as estratégias que estão sendo realizadas para superação desses
2593 problemas e para o atendimento a essas questões que estão na pesquisa. Pra
2594 conhecimento desse Conselho mesmo, porque às vezes a gente fica "Não, não tem
2595 isso, não tem aquilo...", mas espera aí, quais são as estratégias do Estado para
2596 superação dessas questões que estão colocadas na política? As regiões de maior
2597 vulnerabilidade estão recebendo mais recurso pra CREAS? A gente não sabe, não é?
2598 Então eu acho que com essas informações este Conselho pode estabelecer algumas
2599 estratégias, inclusive de discussão na audiência pública, não é, porque nós vamos ter
2600 audiência pública em novembro para discussão de recursos para 2013. A gente pode
2601 tirar subsídios, inclusive para defender o maior aporte de recursos para CREAS uma
2602 vez que essa situação de exploração sexual de criança e adolescente quem atende é
2603 CREAS. Então, sabe, nesse sentido a partir do que está sendo feito hoje em relação
2604 aos dados dessa pesquisa o Conselho apontar alguns caminhos em relação à essa
2605 discussão. Lembrando, qual que é o papel do Estado? Cooperação técnica e
2606 financeira em relação ao SUAS. As qualificações, as capacitações que estão sendo
2607 realizadas, elas estão direcionadas a essa situação de exploração sexual? Os técnicos
2608 estão sendo qualificados pra atender este tipo de (coisa)? Como é que a gente tem
2609 visto os CREAS? A gente discute muito o CRAS, então a gente tem discutido pouco o
2610 CREAS, não é? O tempo todo a gente fala de CRAS, parece que já está mais... eu
2611 tenho a sensação que a equipe de CRAS já está mais desenhado, o serviço do CRAS
2612 está mais desenhado, mas eu tenho muita dificuldade, ainda, de perceber a questão
2613 do CREAS, né de violação de direitos, então, com essas informações eu acho que
2614 pode apontar outras discussões mais estratégicas do ponto de vista do Conselho
2615 Estadual. Tá? NÍVIA - Ok, podemos passar então para deliberação, gente? Lembrando
2616 que a gente ainda tem mais uma Comissão pra apresentar muitos itens. VOLNEY - Eu
2617 vou sugerir, então, que a gente retire o encaminhamento do FONACEAS e que a
2618 gente encaminhe a pesquisa para a SEDESE pedindo uma análise qualitativa desses

2619 dados. Vocês vão fazer a análise, Nívia. Vocês podem fazer uma avaliação da
2620 qualidade da pesquisa, uai. ROBERTA - Eu acho que pode enriquecer. O Volney tem
2621 razão. Por exemplo, se a gente colocar isso na mão do observatório ele pode-se fazer
2622 todas as tratativas, os pontos, e ele, inclusive a SEDESE, pode pedir ao pesquisador
2623 micro dados de onde e qual território se concentra o fenômeno pra poder atuar. Isso é
2624 uma prerrogativa do Estado, o Estado pode... ((fala fora do alcance))... É ele está
2625 mudando, ele está mudando, entendeu? Ele está sugerindo isso, que encaminhe pra
2626 SEDESE a pesquisa porque se a SEDESE não tem lá, então, já está encaminhando.
2627 Isso, aí, dizendo e pedindo as estratégias de atuação em relação à essas questões.
2628 Pronto! VOLNEY - Roberta, só te respondendo, essa pesquisa foi feita pela (Children)
2629 Brasil, pela Organização Internacional do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal,
2630 Secretaria de Direitos Humanos e Presidência da República. Ok? ((fala fora do
2631 alcance)). A gente pediu informações ao CEDCA e, também, à SEDESE. A proposta:
2632 "Solicitar informações ao CEDCA sobre quais ações estão sendo desenvolvidas
2633 referentes à questão.". A gente poderia encaminhar essa pesquisa pra eles, não é,
2634 Consolação? Para o CEDCA, não é? ((fala fora do alcance)). Encaminhamento a
2635 pesquisa ao CEDCA, viu, Nilce? ((fala fora do alcance)). É porque se eu estou
2636 mandando eu estou () documento, não é? ROBERTA - É só pra correspondência não
2637 ir com palavras erradas, gente. Ao CEDCA você não pergunta quais as ações que ele
2638 está fazendo porque ele não executou. Você vai perguntar qual o encaminhamento
2639 dado em relação à pesquisa pertinente aos dados de Minas Gerais. VOLNEY - Ok aí,
2640 Nilce? Solicitar informações ao CEDCA... Quais encaminhamentos das ações... ((fala
2641 fora do alcance)). Ok? E solicitar à SEDESE as estratégias do Estado para o
2642 enfrentamento dessa questão, né? Encaminhando o relatório. Então, as nossas pautas
2643 foram essas e terminamos. NÍVIA - Comissão de Apoio que a Anália vai fazer a
2644 apresentação. ANÁLIA - Gente, boa tarde a todos! A Comissão de Apoio tem aqui 10
2645 pontos de deliberação, apenas. Eu quero dois parágrafos antes de iniciar os pontos
2646 que seria sobre reforçar a possibilidade da gente fazer um debate sobre o SUAS das
2647 questões intersetoriais porque principalmente da população rural que eu tenho muita
2648 atenção, não é? Tem Minha Casa e Minha Vida Rural, Luz Para Todos, Segurança
2649 Alimentar, Programa de Aquisição de Alimentos, PRONAP, então são tantos
2650 programas que existem e aí o SUAS caminha junto. A gente não tem que chegar lá e
2651 falar assim "Não, isso aqui é...", sabe, a gente tem que caminhar junto com eles. Eu
2652 acho que dá pra avançar bastante sobre isso. ((fala fora do alcance)). A outra questão,
2653 rapidinho, é que chegou um sapo e ele estava vendo a centopéia caminhando, aí o
2654 sapo falou assim para a centopéia "Centopéia, como que você corre? Qual perna que
2655 vai na frente e qual perna que vai atrás?", aí a centopéia começou a pensar e aí ela
2656 parou de caminhar e ela entrou num buraco e ela não saiu mais daquele buraco.
2657 Então eu fico muito preocupada, eu lembro dessa historinha da centopéia quando eu
2658 vejo, por exemplo, a gente receber. Eu acho que é importantíssimo organizar a
2659 política, mas se a gente receber um prontuário do MDS com 46 páginas, um prontuário
2660 online, aí eu fico pensando assim "Os técnicos vão ficar por conta e preencher
2661 prontuário". E essa questão que nós temos que fazer que e o... sabe, assim, olhar nos
2662 olhos e fazer essa colhida mesmo e estar junto lá na visita... como é que nós vamos
2663 trabalhar isso? Eu queria deixar só para reflexão, tá? Eu estou muito preocupada com
2664 isso. Pontos de deliberação. "Ofício SEDESE, SUBAS, em resposta ao ofício 152 que
2665 solicita informações sobre a composição de recursos humanos do CRAS do município
2666 de Três Marias informando adequada formação da equipe o CRAS, conforme

2667 comprovado por cópias de documentos anexos. Encaminhamento, ofício ao Conselho
2668 de Assistência Social dando ciência da constatação de regularidade no funcionamento
2669 do CRAS, conforme comprovado através de cópias dos contratos encaminhados pelo
2670 município à SEDESE.” Então a Comissão verificou e está tudo ok, não é? Os que
2671 forem a favor permanecem e os que não forem levantem o crachá. Encaminhar,
2672 pronto! Eu vou votar igual a câmara de Campo Belo, é assim. Não tem nenhuma
2673 polêmica nesse, né, porque foi tudo... Cadê? Na pergunta? No 1? ((fala fora do
2674 alcance)). É mesmo, é inadequada, muda aí pra nós por favor, Raquel. Inadequada a
2675 formação de equipe. Então, ele mandou todas as cópias de contratos com vencimento
2676 até 31 de dezembro, infelizmente. Alguns são efetivos e outros não. Pode passar?
2677 “Ofício SEDESE 681 em resposta ao ofício 151 do CEAS de 2012, solicitando
2678 informações sobre a situação atual do município de Divinópolis por meio do qual
2679 informa superação de várias pendências nos serviços executados ou pactuados no
2680 plano de providências.” Encaminhamento. Já vou lendo. “Arquivar o processo por ter
2681 informado através de ofícios enviados pela SEDESE e Conselho Municipal de
2682 Assistência Social de Divinópolis a adequação das ações no município.” Arquivou. “3º)
2683 Criar estratégias para o fortalecimento das URCMAS, encaminhamento.
2684 Encaminhamento de informativo com definição da importância, meios e custeio da
2685 participação de seus integrantes através de recursos do IGD e com sugestão de temas
2686 para encontros regionais pré agendados com a presença do CEAS no 1º semestre de
2687 2003 e acompanhamento no 2º semestre, conferindo, né, no 2º semestre de 2013.”
2688 Isso aqui, gente, foi colocado esse encaminhamento, mas, assim, a Comissão tem
2689 muita clareza de que se em URCMAS não está funcionando é porque tem falhas lá
2690 nos Conselhos. Os Conselhos Municipais que não estão em funcionamento conforme
2691 deveriam estar, tá? Algum comentário? “4º) E-mail enviado em 29 de agosto de 2012
2692 por morador do distrito de Palmital de Minas, Cabeceira Grande, denunciando
2693 irregularidades na Casa de Idosos.” Esse é polêmico. “Encaminhamento, emitir ofício
2694 para o Conselho Municipal de Assistência Social solicitando uma visita para verificar a
2695 situação da entidade Casa de Apoio Poço de Jacó considerando uma denúncia
2696 recebida referente ao funcionamento da entidade. Se a entidade possui inscrição no
2697 Conselho que tipo de contribuição o idoso repassa à entidade e se há obrigatoriedade
2698 desse repasse... quadro de profissionais da entidade, número de idosos atendidos,
2699 especificar a fonte de recurso para manutenção da entidade, qual o vínculo da
2700 entidade com o município. Ofício ao gestor da Assistência Social para acionar o
2701 serviço de proteção social para o idoso.” No caso, na hora a Gilvânia ligou na
2702 SEDESE, lá não tem CREAS, não é? Então a gente pensou que de repente seria a
2703 proteção social básica mesmo. “Constatada alguma irregularidade que encaminha ao
2704 Ministério Público, além de responder ao CEAS.” E a questão de encaminhar ao
2705 Ministério Público, também, foi bastante conversado de que muitas vezes nós criamos
2706 demanda pra nós porque encaminha ao Ministério Público e ele devolve pra nós, né?
2707 Inclusive, lá em Campo Belo a nossa relação com o Ministério é via e-mail. Eles só
2708 abrem processo depois que o CREAS diz assim “Não, é necessário que seja
2709 realmente aberto um processo”. Porque eram tantos os dados, tantas as demandas,
2710 que a gente optou por aí. Pode ir ou tem... ((fala fora do alcance)). ROBERTA - Qual
2711 que é o tipo de denúncia que foi colocado? Porque ali está pedindo pra fazer uma
2712 varredura de todos os itens da entidade. O foco da denúncia em quê? Só pra gente ter
2713 uma noção. (ANÁLIA) - A denúncia era... NÃO IDENTIFICADO- Falavam que os
2714 idosos não estão recebendo nada devido a empréstimo que eles estão tirando, que

2715 não tem cuidados adequados, que não tem... é mais ou menos por aí, não é?
2716 ROBERTA - () a denúncia? ()? Uma delas é a questão do empréstimo e aí eu quero...
2717 ((fala fora do alcance))... Só pra gente entender... NÃO IDENTIFICADO - Na denúncia
2718 eles citam que a pessoa que cuida desses idosos não tem formação, não tem uma
2719 equipe, não tem uma atividade programada. Que lá seria mais um depósito de idosos.
2720 Que há exigência de que ele tenha uma fonte de renda, não é? Se não tiver
2721 aposentadoria, não entra, então não especifica qual o valor que ela contribui, mas há
2722 essa exigência. A questão do... Fala, inclusive que a entidade não tem registro, mas
2723 isso que nós ouvimos... CNPJ pelo menos ela tem, eu não sei se a inscrição... O
2724 registro que ele fala é só no CMAS porque CNPJ tem. Então é isso, denuncia a falta
2725 de... e fala que não tem atividade nenhuma programada e que essa irregularidade vem
2726 há muito e que várias pessoas já passaram por lá, já denunciaram e que nada foi feito,
2727 que as pessoas se omitem e não levam adiante, então, ele estava preocupado e agora
2728 chegou até ao CEAS essa denúncia. E o empréstimo é isso, também, fala que todos
2729 estão com empréstimos consignados, mas não especifica se foi posterior à internação
2730 ou se eles já chegaram lá assim. ROBERTA - Eu só queria trazer uma informação
2731 aqui, eu não sei se os conselheiros sabem. Hoje eu ouvi pela rádio que tem um
2732 processo do ex-presidente Lula no Ministério Público e ele é responsável por enviar
2733 cartas aos idosos facultando a questão da consignação de empréstimo, que ele está
2734 respondendo no Ministério Público desse tipo de irregularidade. E irregularidade...
2735 ((fala fora do alcance))... exatamente. Então, daí, nessa perspectiva você imagina o
2736 quê que nós não vamos encontrar do ponto de vista do idoso, não é? O que a gente,
2737 por exemplo, quando nós trabalhávamos mais afundo na política do idoso o quê que a
2738 gente percebia lá na ponta? Os idosos eram retirados das instituições de longa
2739 permanência para passar o final de semana com a família. A família entregava. Ele
2740 endividado. Não sei se é o caso dessa instituição, né? Porque aí é preciso ver, por
2741 quê? Do ponto de vista do empréstimo o procurador não faz empréstimo. O Banco só
2742 faz empréstimo para o portador da conta, então, não existe a possibilidade da
2743 instituição fazer empréstimo. Quem faz empréstimo é o próprio consignado do cartão,
2744 que pode ser a família ou, como você colocou, no caso de instituição a instituição pode
2745 pressionar pra poder... Você queria dizer que no caso de procuração ele pode fazer
2746 empréstimo, também? Não, pois é, mas aí a própria família que faz, não é? Não? Não,
2747 receber é uma coisa, Fátima, agora fazer um empréstimo... É. ((fala fora do alcance)).
2748 Não, claro, claro. Não, isso aí que nós estamos discutindo é assim, são várias
2749 possibilidades que estão sendo colocadas. O que nos estamos dizendo aqui é nessa
2750 perspectiva de averiguar essa situação é pensar nessas várias alternativas para
2751 buscar informação como foi colocado aí pelo Conselho e pelo próprio gestor, pra ver a
2752 situação real da entidade, não é? Pra saber, inclusive se a denúncia procede ou não,
2753 né? Porque tendo em vista, como eu citei o caso aqui, se nós temos uma situação
2754 dessa do ex-presidente da república que foi o mentor, é, aí você pode esperar
2755 qualquer tipo de coisa. De quê? Eu acho... () até pra gente checar a hora que vem a
2756 informação dos dois se... o quê que um está dizendo e o quê que o outro está dizendo,
2757 entendeu? Cristiane, pode ir perguntando enquanto a gente... CRISTIANE - Só uma
2758 questão que eu não entendi ali do encaminhamento proposto pela Comissão, eu
2759 queria um esclarecimento. Quando fala ali "Constatada alguma irregularidade que
2760 encaminhe ao Ministério Público...", quem encaminha? O Conselho Municipal? Vocês
2761 já estão sugerindo ao Conselho Municipal de Assistência a encaminhar ao Ministério
2762 Público a denúncia colocada pelo... ((fala fora do alcance))... isso, a irregularidade.

2763 Então, pois é, eu acho que a gente poderia conversar um pouco mais sobre isso
2764 porque primeiro a gente tem que constatar a denúncia. Qual a irregularidade? E aí,
2765 senão a gente já está falando pro Conselho Municipal pra encaminhar? Não sei, a mim
2766 me pareceu estranho. E uma outra questão quando coloca lá na solicitação ao
2767 Conselho Municipal que ele faça uma visita eu acho que a gente não precisa ditar para
2768 o Conselho Municipal o quê que ele vai fazer para apurar a denúncia. Eu acho que é
2769 solicitar a informação... Agora a forma como ele vai fazer, se ele vai fazer visita, se ele
2770 tem lá... ((fala fora do alcance))... é, eu acho que o Conselho Municipal pode se sentir
2771 um pouco, assim, na hora que... não sei, sabe. É solicitar essa informação por parte
2772 dele que ele possa trazer todas essas informações, agora, como ele vai fazer eu não
2773 sei. A apuração é dele. ROBERTA - Ô gente, eu vou dar uma sugestão aqui, é o
2774 seguinte, eu acho que a gente não pode ficar com esse melindre, não. Isso aqui é o
2775 Conselho Estadual de Assistência Social, essa orientação veio da Comissão de Apoio
2776 dos conselhos que certamente têm dados, inclusive discussão de saber que tipo de
2777 Conselho nós estamos falando. Porque se nós estamos falando de um Conselho que
2778 nós estamos entendendo que está o suprassumo do funcionamento aí eu concordo
2779 plenamente com você, agora, nós estamos falando de um Conselho, inclusive ainda a
2780 pouco saiu o ponto de pauta de capacitação de Conselho de (URCMAS) que ele
2781 pediu, então, nós não estamos falando de um Conselho que está extremamente
2782 capacitado, não, e aí, a minha sugestão é que a gente entre firme sim porque o que
2783 está atrás dessa questão aí é a gente saber se o idoso está sendo mal tratado ou não,
2784 pelo amor de Deus, aí nós vamos ter melindre de ser contundente com o Conselho
2785 Municipal e dizer "Faça isso, verifique isso, isso e isso!", e você tem 15 dias para nos
2786 mandar isso porque senão nós vamos ficar com melindre, e aí não dá. ((fala fora do
2787 alcance)). Não, isso é uma questão. Agora, Ministério Público eu concordo plenamente
2788 com você porque eu acho que se alguém tiver de encaminhar é aqui, porque é aqui
2789 que recebeu a denúncia, entendeu? Aí dizer, olha, para o Ministério Público a gente
2790 mandou correspondência pra lá e pra cá e foi constatado realmente essas
2791 irregularidades e a gente que pedia que esse Ministério acolhe essas irregularidades
2792 lá e tome as devidas providências porque aí sim, agora, eu acho que é nós que temos
2793 que encaminhar, não é o Conselho Municipal. E volto a insistir, nós não temos que ter
2794 melindre, não, o máximo que a gente puder porque quem precisa da informação
2795 somos nós, porque senão daqui a pouco ele manda um informação geral e aí a gente
2796 está encaminhando de novo "A gente, olha, a informação não foi suficiente, então nós
2797 vamos pedir isso, mais isso, mais isso e mais isso.", você está entendendo? Aí passa-
2798 se o tempo e nós não fazemos mais nada. NÃO IDENTIFICADO - Roberta! Roberta! E
2799 pedir, também, detalhadamente que quantas pessoas tem o empréstimo consignado
2800 porque aí você, no pedido do detalhamento, que às vezes 50% das pessoas tem
2801 empréstimo consignado, às vezes 1%, 2%, quantas porcentagens tem lá no
2802 empréstimo consignado? Tem que ficar bem claro isso, também. NÍVIA - Vamos dar
2803 encaminhamento, então, que pode mudar essa... Com relação ao número de
2804 empréstimos e tudo, quando pergunta ali atrás à questão do recurso que mantém a
2805 Casa, a gente imagina que isso vai ficar claro, não é? Com a fonte de recurso pra
2806 manutenção da entidade. Está subentendido ali. Então, mudando ali, "constatada
2807 alguma irregularidade que o CEAS encaminhe ao Ministério Público." ROBERTA - Eu
2808 acho que deva perguntar sim, ele deve levantar lá assim, quem tem empréstimo e se
2809 esse empréstimo foi feito a onde, se foi na família ou se foi na própria instituição. Isso
2810 que nós precisamos saber, entendeu? Porque se foi, por exemplo, na família e se é

2811 um caso isolado, ok, vamos atacar o caso isolado, agora se passa a ser uma regra
2812 que você tem acima de 50% é outra estratégia que você vai atuar, entendeu? Então,
2813 aí, eu acho que vale a pena perguntar e saber quem é, se tem empréstimo consignado
2814 e quem fez o empréstimo consignado. Quantos têm em residente lá e desses
2815 residentes quanto tem, entendeu? Pra gente poder fazer a tratativa de toda
2816 informação. É porque veja bem, gente, se foi... Porque se perguntar assim "Tem
2817 empréstimo consignado?", se ele dizer que 50% tem, desses 50% quem fez? Foi a
2818 família que fez? Se perceber que foi a família, ok! Se não foi... "Não foi a família, foi
2819 aqui". Quer dizer, eles vão ter que apurar essa informação pra nós e quando eu
2820 pergunto para o Conselho e pergunto para o gestor a mesma pergunta que pra nós é
2821 que vai ser importante pra confrontar essa resposta do ponto de vista do quê que a
2822 gente vai apurar. NÍVIA - Vamos encaminhar, gente, a aprovação da proposta da
2823 Comissão? Com os acréscimos, não é? Que foram as contribuições feitas. Então está
2824 aprovado o encaminhamento, Anália. ANÁLIA – **Item 5)** E-mail em 30 de agosto de
2825 2012, enviado pela assistente social de Ipatinga denunciando irregularidades da
2826 gestão da Assistência Social no município. Cita desvio de recursos públicos, fraudes e
2827 sucateamento de serviços em desacordo com a NOB-RH/SUAS, além da rescisão de
2828 contratos com todas as entidades alegando a redução orçamentária." Não é com 19?
2829 Entidades... quem estava lá? Não foi? Das 45, 19 não foi? NÃO IDENTIFICADO- Em
2830 contato telefônico com presidente do CMAS, ela informou que lá tem 49 entidades e
2831 19 foram realmente cancelados e que o município passa por um momento de grande
2832 aperto financeiro. ANÁLIA - Tá... Ipatinga. NÃO IDENTIFICADO - E aí, completando
2833 mais uma coisinha, nesse momento a Gilvânia ligou para alguém da SEDESE, para o
2834 setor, e eles informaram que toda a verba de 2011 está em caixa, eles não gastaram
2835 nada. ANÁLIA - () o recurso de 2012 continua em caixa. Encaminhamento. ((fala fora
2836 do alcance)). ROBERTA - Eu queria colocar aqui pra esse Conselho o seguinte, eu
2837 acho que denúncia não da pra ninguém acessar por telefone e tratar por telefone,
2838 gente. Isso é muito sério, muito sério, assim, eu queria pedir encarecidamente os
2839 técnicos do CEAS não se limitem a buscar informação por telefone. Isso é muito pouco
2840 institucional e para que essa Plenária trabalha com informação de que fulano falou,
2841 ciclano falou. Do ponto de vista aqui, aqui é institucional, nós trabalhamos com
2842 documentos. Veio um documento pra cá, somente essa Plenária pode definir o quê
2843 que vai ser feito. Não podemos trabalhar com a informação de quem ligou, o outro
2844 respondeu, porque tem um momento de conjuntura política nessas informações que
2845 ninguém sabe quem está de trás de lá e a gente soma essas informações e corre o
2846 risco da gente tomar decisões totalmente equivocada. Então isso pra mim é muito
2847 sério, assim, eu queria pedir encarecidamente, os documentos que chegam aqui eles
2848 devam ser tratados de forma institucional, encaminhar ofício, fazer as perguntas, não
2849 dá para as pessoas ligarem porque dependendo da ação ela pode, inclusive,
2850 inviabilizar a forma desse Conselho tratar. Por quê? Quando a pessoa recebe esse
2851 telefonema de lá, ele já... dependendo da pessoa que recebe ela já está sabendo que
2852 tem uma denúncia aqui e quem faz denúncia muitas vezes não quer ser identificado,
2853 gente. Você entendeu? Nós temos que proteger essas pessoas senão essas pessoas
2854 no município elas vão fazer... entende que aqui é um espaço pra fazer essa colocação
2855 e a gente está tratando essa coisa de forma muito informal, isso é muito sério. Nós
2856 podemos colocar os profissionais lá na ponta em situação muito perigoso de
2857 desemprego, de perseguição ((fala fora do alcance))... exatamente! Por causa de
2858 tratativas informais, então não pode os técnicos daqui pegar telefone e ficar tratando

2859 dessa forma. NÃO IDENTIFICADO- Não... só um esclarecimento, não teve nenhum
2860 técnico daqui que ligou. Não foi, tá?! Não foi ela, não foi técnico daqui e que isso sirva
2861 de aprendizado. Mas assim, na verdade, como a Gilvânia é diretora e ela estava
2862 superintendente, né, eu acho assim, na tentativa de verificar a situação mais rápido.
2863 Foram... Na SEDESE, ligou na SEDESE. ((fala fora do alcance)). PAULA - Roberta, se
2864 me permite, a presidente do CMAS ligou pra cá tratando de um outro assunto que não
2865 tinha nada da denúncia e eu nem citei essa palavra "denúncia", eu não tratei nada de
2866 denúncia com ela em nenhum momento. Só que ela ligou pra cá, a gente tem contato
2867 constante com os Conselhos, aí eu falei assim "Como é que está a situação aí, está
2868 tudo beleza?" e ela falou "Tá, só que o município passa por um momento de grande
2869 aperto financeiro." ROBERTA - Veja bem, Paula, vou continuar insistindo, tá? Se não
2870 foi vocês quem ligaram foi ela quem ligou e ao receber a ligação é que vocês têm que
2871 ter a tratativa institucional pra tratar as informações porque o que você ouviu e discutiu
2872 com ela você trouxe pra informação. É isso que eu estou dizendo. Você acabou de
2873 trazer essa informação que foi dita por telefone de que o município está com...
2874 entendeu? É esse tipo de coisa que essa Plenária não pode acatar! Por quê? Você
2875 traz informações que foram ditas por telefone, não interessa se foi ela ou se foi você,
2876 mas o assunto vem à tona, tanto que você descobriu que era 19 foi por telefone. Eu
2877 estou dizendo em cima disso, entendeu? E essa orientação, indiferente se vocês vão
2878 ligar ou se você recebeu a ligação. Se ela quer comentar alguma coisa em relação a
2879 isso e disso, olha, infelizmente essas coisas tem que ser tratadas oficiais. Você
2880 continua mandando e-mail e continua mandando ofício. Você não pode ouvir uma
2881 informação e jogá-la na Plenária. PAULA - Ok, tudo bem. ANÁLIA - Entendido... Você
2882 quer falar? Não? O encaminhamento dessa questão polêmica é "**A**) Encaminha cópia
2883 da denúncia para a SEDESE solicitando verificação dos aspectos denunciados e que
2884 a apuração e apuração in loco seja em parceria com o CEAS por meio da Comissão
2885 de Apoio aos Conselhos.". "**B**) Informar ao Conselho Municipal de Assistência Social
2886 de Ipatinga sobre a denúncia." Claro, não é, porque o controle lá, local, passa... "**6**)
2887 Solicitação de apoio para URCMAS de Belo Horizonte que está desarticulada com o
2888 número mínimo de participantes." ((fala fora do alcance)). Ah, desculpa! Volta aqui. O
2889 encaminhamento de Ipatinga, alguma orientação, alguma... CRISTIANE - Até pegando
2890 essa fala da Roberta em questão da proteção ao denunciante, eu queria sugerir à
2891 Comissão que não enviasse a cópia da denúncia porque na cópia da denúncia tem o
2892 e-mail da pessoa e tem que é uma assistente social que denunciou. Apesar de que
2893 isso já está público porque está na ata, né? Mas, então, pra não enviar cópia. Envia o
2894 teor da denúncia e pede providências. NÍVIA - Podemos colocar aí em apreciação a
2895 proposta do encaminhamento? Todo mundo de acordo? ((fala fora do alcance)).
2896 Concorda, Anália, com a sugestão da Cristiane? Tá! Então, aprovado o
2897 encaminhamento. ANÁLIA – "**Item 6**) Solicitação de apoio para URCMAS de Belo
2898 Horizonte que está desarticulada com o número mínimo de participantes.
2899 Encaminhamento, rever com URCMAS de BH data e local da próxima reunião e enviar
2900 um conselheiro do CEAS." NÍVIA - Eu acho que além dessa proposta, a proposta que
2901 foi tirada anteriormente de fazer a Plenária Ampliada em dezembro pra contemplar a
2902 participação da URCMAS de Belo Horizonte. Aí eu acho que ainda reforça esse
2903 encaminhamento da Comissão, não é? Tá ok? ((fala fora do alcance)). ANÁLIA –
2904 "**Item 7**) URCMAS de Muriaé, solicita a presença do CEAS com capacitação sobre o
2905 controle social na reunião agendada para o dia 27 de setembro de 2012 às 13:00h,
2906 quando será realizada a eleição da nova diretoria. Encaminhamento, preparar

2907 material, o que é a URCMAS, qual o papel a desempenhar, o que é o controle social,
2908 criação de calendário anual de atividades da URCMAS. Por sugestão do conselheiro
2909 José Fernando verificar com a URCMAS a remarcação da reunião para outra data.”
2910 NÍVIA - Por que remarcação? ((fala fora do alcance)). Ah sim, por causa da eleição.
2911 Ok, podemos aprovar, então, o encaminhamento da Comissão? Aprovado. ANÁLIA –
2912 “**Item 8)** Município de Passos, solicita capacitação sobre inscrição de entidades,
2913 articular com a microrregional de Capitólio. Encaminhamento. Atender através do
2914 conteúdo da aula do telepresencial, SEDESE.” NÍVIA - Eu acho que precisa explicar
2915 melhor. ANÁLIA - O município de Passos está solicitando uma capacitação. NÍVIA - O
2916 encaminhamento... ANÁLIA - O encaminhamento? Encaminhar com certeza o CD da
2917 aula telepresencial que fala sobre esse assunto, a inscrição de entidades. ((fala fora
2918 do alcance)). Para assistirem em conjunto. NÍVIA - Eu queria avaliar com vocês, eu
2919 acho que se eles estão pedindo essa capacitação específica pode ser que a aula
2920 telepresencial não contemplou, eles têm ainda uma dificuldade. É, uma microrregional.
2921 Eu acho que seria tranquilo pra gente agendar. Eu tô lembrando que é o município do
2922 meu secretário, tá, gente? É o Conselho do município... CRISTIANE Então deixa eu só
2923 fazer uma questão que eu acho que é importante para o Conselho, até um pouco do
2924 que a gente já discuti aqui, essa questão da gente ir falar pelo Conselho Estadual em
2925 determinados espaços. As demandas que estão vindo para os municípios de discutir
2926 inscrição eu atendi algumas e a gente acaba percebendo aquelas questões que são
2927 recorrentes de perguntas que o Conselho ainda não se debruçou pra ter uma definição
2928 de conteúdo, então, assim, foi deliberado aí que vai ter uma reunião no dia 08 de
2929 outubro? ... 09 de outubro. Talvez sugerir à essa microrregião que marque essa
2930 capacitação pra depois dessa data porque aí a gente pode ir, não é? Eu posso... Eu
2931 me coloco à disposição, inclusive, mas já com esse material que está sendo produzido
2932 pela Comissão. Pode propor... Podemos atender, mas posterior à Plenária, inclusive
2933 porque o que for discutido no grupo vai ser lavado pra Plenária, então, posterior à essa
2934 Plenária pra atender. Agora, o telepresencial ele não atende essas questões
2935 específicas. Quando o município pede é porque são questões muito mais... ((fala fora
2936 do alcance)). ANÁLIA - Essa colocação é muito importante mesmo, a questão do
2937 telepresencial, por exemplo, na última aula foi proteção social de pauta complexidade,
2938 nós mobilizamos os oito lares de idosos, que eu digo, pra mim é iniciativa do 2º setor,
2939 não é uma ILPI como um asilo, né? Mobilizamos o pessoal também do asilo e chegou
2940 lá a fala foi toda em cima do estatuto da criança e do adolescente, com o Dr. André ()
2941 que foi excelente, mas o tema era proteção social ((fala fora do alcance))... Não,
2942 proteção social de alta complexidade. Nem para os facilitadores chegou o tema
2943 específico. Então, lembrar de avisar, comunicar, quando o tema for específico. ((fala
2944 fora do alcance)). “**9)** Agendamento de visita para análise de documentos e
2945 orientações, município de Presidente Bernardes. Encaminhamento, agendar com o
2946 secretário executivo do CEAS. Agendamento de visita para análise de documentos e
2947 orientações do município de presidente Bernardes.” ((fala fora do alcance)). É,
2948 agendar aqui. “**10º)** Agendamento de visita para orientação sobre funcionamento do
2949 Conselho e análise de documentos, Santos Antônio do Amparo. Agendar com o
2950 secretário executivo do CEAS.” Os dois, o mesmo, ok? CRISTIANE - Só o secretário?
2951 ROBERTA - E um conselheiro. ANÁLIA - Eu tive a orientação que não precisa ler esse
2952 final aqui, porque é só para conhecimento. Obrigada, então! NÍVIA - Bom, então,
2953 encerrado. ((fala fora do alcance)). Tá, ainda tem mais alguma contribuição? NÃO
2954 IDENTIFICADO- Eu acho que seria interessante porque... até tem que ver () a

2955 demanda assim, quando é uma demanda técnica, assim, a gente pode até falar de
2956 atender alguma situação (), mas quando o Conselho vem e quer discutir, a presença
2957 de um conselheiro realmente é importante porque o Conselho Estadual... a Secretaria
2958 Executiva não existe sem o conselheiro, então, o conselheiro é muito importante estar
2959 junto com a gente. NÍVIA - Ok, então quando fizer o agendamento você informa pra
2960 gente... ((fala fora do alcance))... agendar a presença de um conselheiro. Ok, então
2961 nós vamos passar para o último ponto de pauta que é o sorteio pra uma distribuição
2962 de um relatório da PCH Mariana no município de São Francisco do Glória. Então eu
2963 pedi a Consolação pra que a gente fizesse aqui e aí eu quero informar que nós
2964 discutimos na Mesa Diretora os sorteios e nós decidimos por fazermos uma mudança,
2965 uma renovação no critério de distribuição, tá? De modo que a gente vai fazer as
2966 distribuições agora, quer dizer, é a proposta que a gente está trazendo. Que a gente
2967 faça na Plenária anterior ao invés de fazer um sorteio pra... daqui pra frente que a
2968 gente faça a cada Plenária a distribuição das relatorias que forem próximas. Roberta.
2969 ROBERTA - Vocês vão me xingar, mas eu vou falar porque eu também não importo
2970 com xingamento, não. Eu quero voltar ao item anterior que é o seguinte, de análise de
2971 documento, eu queria para além do Conselho, eu acho que, por exemplo, a diretoria
2972 da () tem que estar presente, por quê? Todo processo de habilitação de município
2973 passa pela gestão, não é isso? Onde você analisa os documentos não só da gestão
2974 como os documentos do Conselho e a () tem uma experiência riquíssima nesse
2975 aspecto, de ver legislação, de conselho, de fundo, então, a contribuição da diretoria
2976 dela nessa discussão aí, seria de suma importância, o dia em que agendasse, de
2977 trazê-la pra que possa, juntamente com a Secretaria Executivas, os conselheiros,
2978 também, a SUBAS contribuir porque, inclusive todo processo de habilitação está lá,
2979 gente. ((fala fora do alcance)). NÃO IDENTIFICADO- Eu queria colocar a questão
2980 dessa nova formata aí que () do sorteio porque... ((fala fora do alcance))... Porque
2981 pode ocorrer do sorteio de um mesmo conselheiro em processo receber outro. Então...
2982 Os critérios ()... porque antes você tinha uma rotina... Eu espero a explicação... NÍVIA
2983 - Eu vou pedir a Consolação pra explicar qual que é a dinâmica que a gente está
2984 propondo. ((fala fora do alcance)) VOZES AO FUNDO - Fala no microfone. NÍVIA -
2985 Bom, a apuração... ((fala fora do alcance))... Aqui? O gente, desculpa, nós tínhamos
2986 que voltar aqui no encaminhamento da Comissão da visita em Ipatinga pra apurar a
2987 denúncia. Aí o conselheiro está pedindo a data. Eu não tenho como dar a data aqui,
2988 agora, não é? ((fala fora do alcance)). Mas olha só, ainda vai ser encaminhada a cópia
2989 da denúncia para a SEDESE solicitando a verificação dos aspectos denunciados in
2990 loco, e apuração in loco, em parceria com o CEAS por meio da Comissão de Apoio ao
2991 Conselho, aí eu acho que a gente pode estar agendando e informando pra Secretaria
2992 Executiva e a Secretaria Executiva faz um levantamento de ou, se a gente...((fala fora
2993 do alcance))... tá, então se é o André que já está se dispondo a gente combina a
2994 agenda com você porque eu não tenho como te dar a data aqui, agora, tá? Então vou
2995 pedir para a Consolação pra mostrar pra gente como que a gente está propondo o
2996 novo formato de distribuição. CONSOLAÇÃO - Gente, em verdade, a Nívia identificou
2997 uma questão que desde da antiga gestão a gente estava seguindo uma relação, ou
2998 seja, a Resolução fala de um sorteio para a relatoria e esse sorteio ele ocorreu só uma
2999 vez e uma em gestão, inclusive anterior. E nós estávamos seguindo essa relação, o
3000 que realmente não é o correto porque se é uma nova gestão deveria ter sido feito um
3001 novo sorteio e não, simplesmente, uma recomposição de vagas. Bom, na discussão
3002 na Mesa Diretora, () e detectado, então, falou-se que seria melhor ter um sorteio em

3003 cada Plenária porque ficar com uma relação "Ah, o próximo é aquele.", não seria...
3004 achou-se melhor fazer um sorteio que a gente organiza-se isso, só que o sorteio ele
3005 vai excluindo do mesmo jeito, é como se fosse uma carta de baralho. Você vai ter o
3006 nome de todos os titulares, tira-se aqui um nome para distribuição de cada processo e
3007 aquela carta, aquele nome, não volta aqui mais e aí, até terminar a relação dos 20
3008 conselheiros e nós temos aqui um formulário que isso vai ser anotado. Pra iniciar nós
3009 vamos (orar) o processo, então, os conselheiros que esse ano já saíram como relator
3010 podem sair novamente porque tem que ter o ponto zero, senão eu estou falando que
3011 eu estou respeitando uma relação anterior, então tem que ter um ponto zero e o ponto
3012 zero é hoje, tá? Então é essa a proposta, logicamente, né? NÍVIA - Eu queria só
3013 acrescentar a informação de que vários conselheiros novatos governamentais me
3014 perguntaram "Nívia, mas como que se dá esse processo de distribuição... Mas eu
3015 nunca vi o sorteio, mas como que é esse sorteio?", aí nem eu sabia, né? Eu tenho um
3016 ano e um mês de CEAS. Aí eu perguntei a Consolação e ela falou "É, na verdade, a
3017 gente está contando com um sorteio que foi feito na outra gestão e agora nós já
3018 tivemos novos conselheiros que entraram para o Conselho e aí eu levei essa
3019 discussão e essa proposta pra Mesa Diretora que acatou que a gente iniciasse um
3020 outro processo incluindo todos os conselheiros, inclusive os novatos.". ((fala fora do
3021 alcance)). ROBERTA - Eu entendo que assim, primeiro que não é a forma diferente, é
3022 a mesma forma. E a mim me parece o seguinte... porque se saiu Maria e entrou João
3023 no lugar de Maria era só trocar a relação, entendeu? Porque assim, o que não foi
3024 feito... ((fala fora do alcance)) exatamente. Se trocou, é a mesma... quer dizer, a lógica
3025 é a mesma, é a mesma! Porque assim, se saiu fulano, saiu Juanita e entrou beltrano,
3026 se está entrando no lugar dela é só colocar um nome e tirar o nome da Juanita da
3027 relação e colocar quem entrou e você continua o processo da mesma forma. Aí, a
3028 pergunta que eu faço é... porque as pessoas que já relataram esse ano e quem ainda
3029 não relatou ele vai ser prejudicado porque você vai zerar a discussão e vai começar
3030 tudo de novo, você está entendendo? Então, nós vamos ter experiências aqui de
3031 pessoas que podem passar por esse Conselho e conforme a relação aí do sorteio ele
3032 só vinha relatar lá na frente e o outro que já relatou às vezes até um ou dois aqui ele
3033 vai cair para um terceiro. Aí eu não sei se é justo porque na verdade não está tendo
3034 mudança no processo porque se, eu continuo insistindo, se você tirou o X e colocou o
3035 Y, é dizer "Esse processo que era pra X passa a ser pra Y.". Isso é sorteio.
3036 CONSOLAÇÃO - Roberta, está tendo mudança. Porque uma coisa todo mundo sabia
3037 quem era o próximo e o Geraldo falou que isso, inclusive na manifestação dele foi que
3038 isso não é correto. Se todo mundo já está sabendo quem é o próximo sorteado isso
3039 não é sorteio. Você tem uma relação a seguir, então teve um sorteio de uma relação.
3040 A outra questão, se os conselheiros não querem ter o ponto zero, quem já saiu, isso é
3041 na proposta, quem já saiu eu posso estar retirando o nome aqui, agora, não é? E a
3042 gente sorteia daqueles que não entraram, por isso que está posto pra deliberação.
3043 ROBERTA - Custa a entender quando você fez essa primeira observação aí, por quê?
3044 Se nós sorteamos, quer dizer, todo o processo que entra ele segue essa relação do
3045 sorteio, entendeu? Quer dizer, você tem uma relação lá, entrou dez processos, você
3046 vai pegar os dez que estão sem. Gente! NÍVIA - Essa discussão surgiu a partir dessa
3047 demanda de conselheiros novos que disseram que não entendiam como é que se
3048 dava essa questão do sorteio aqui. A outra questão é a seguinte, o conselheiro que for
3049 sorteado, ele já tendo sido sorteado esse ano ou não, ele tem o direito de dizer que
3050 não quer ou que não pode e aí nós vamos sortear uma outra pessoa. Não, nós

3051 precisamos saber deles, não é? Por exemplo, está aqui o Júlio que já foi relator esse
3052 ano e aí se sair um conselheiro que já foi sorteado e ele disser que não pode... ((fala
3053 fora do alcance))... Nós vamos sortear só pra próxima relatoria. A cada Plenária a
3054 gente vai fazer o sorteio pra próxima relatoria. Essa PCH... ((fala fora do alcance))
3055 Mariana... isso, isso. NÃO IDENTIFICADO- Pois é, mas nós corremos um risco de o
3056 relator que for sorteado nas próximas Plenárias ele se recusar... Pois é mas acho
3057 que... NÍVIA - Sim, ele tem o direito de recusar e a gente fazer um novo sorteio. NÃO
3058 IDENTIFICADO- Não, acho que aí a gente não pode abrir esse precedente porque eu
3059 acho que a gente cria uma situação muito conflituosa... "Ah, agora eu não quero!".
3060 NÍVIA - Não, então fica... NÃO IDENTIFICADO - Eu entendo assim, é posicionamento
3061 meu. ROBERTA - Eu continuo sem entender assim, por exemplo, quantos processos
3062 estão entregues para conselheiros relatar, agora, nesse... ((fala fora do alcance))...
3063 CRISTIANE - Quantos estão relatando hoje? ROBERTA - Quantos estão relatando
3064 hoje? CRISTIANE - Não tem nenhum. ROBERTA - Não tem ninguém relatando um
3065 processo pra Plenária que vem? Ninguém? Com vistas, com nada com nada? Está
3066 todo mundo aqui sem processo? Entrou um pra distribuir, o restante não tem relatoria
3067 neles? Foram apresentados hoje? Aí vai começar com esse aí? Se por acaso sair o
3068 sorteio dele, por exemplo, to falando, o Mauro relatou esse mês aqui... Júlio relatou, o
3069 Júlio está dizendo que não importa, aí nós estamos dizendo que se sair com ele e ele
3070 falar "Não, eu não quero, acabei de relatar lá.". Aí do ponto de vista de outros
3071 conselheiros que nunca experimentaram vão continuar, também, nessa perspectiva de
3072 talvez nunca experimentar. Não, é isso que eu estou dizendo, Nívia, mas se você tem
3073 uma escala a seguir porque aí era só trocar o nome. Uai, então, é esse... Quem era
3074 depois da escala? ((fala fora do alcance))... NÍVIA - Essa relação que eu estava
3075 seguindo iniciou agora em janeiro, começou os processos em fevereiro, então, eu
3076 desconsidere aqueles relatores de dezembro de 2011. Então, o próximo seria a
3077 Cristiane Nazareth. Agora eu posso falar aqueles que não entregaram relatoria este
3078 ano, que não pegaram, o COGEMAS que está com a vacância, a (Igues) que veio
3079 substituindo a Maria de Lourdes, a Maria de Lourdes estava com um processo aí a
3080 (Igues) substituiu, aí depois vem a Edir Petrucelli, a Tanit que é novata que tomou
3081 posse há pouco tempo, depois vem a Gilvânia. VOZES AO FUNDO - Tem Andrea,
3082 também. NÍVIA - É, a Andrea, eu pulei a Andrea. É, e a Andrea Medrado. Está vendo,
3083 gente, eu acho que talvez a falta dessa discussão aqui na Plenária foi o que gerou
3084 essas dúvidas dos conselheiros novatos e eu não soube explicar, eu nunca participei
3085 de nenhuma informação aqui na Plenária de como que se dava essa seleção, essa
3086 lista de nomes aí. Então, o que eu trouxe pra Mesa Diretora foi este questionamento
3087 dos conselheiros que era uma dúvida minha, também, enquanto conselheiro, não tão
3088 novata assim... ROBERTA - Eu acho que ele faz uma pergunta bem. O quê que diz a
3089 Resolução em relação a isso, entendeu? ((fala fora do alcance)). É... NÍVIA - Então a
3090 Mesa Diretora, depois dessa discussão, achou por bem fazer essa sugestão de que a
3091 gente fizesse um novo sorteio aqui e nesse formato de a cada relatoria sortear o
3092 próximo relator. NÃO IDENTIFICADO- Aqui, no "artigo 3º, o PAS/BARRAGEM será
3093 analisado por técnico da secretaria executiva e posteriormente por um conselheiro que
3094 () relatará na Plenária seguinte da deliberação, parágrafo único, o conselheiro
3095 elaborará mediante sorteio uma lista sequencial crescente de conselheiros relatores à
3096 ser aplicada na distribuição de processos." ROBERTA - É, aí ou... Não, espera aí, só
3097 uma questão... Nós, então, a Mesa Diretora não pode sugerir sorteio sem alterar a
3098 Resolução porque o sorteio foi feito mediante à essa relação. Aí, qual que é a minha

3099 sugestão? É trocar os nomes porque todas as pessoas novatas que vieram pra cá elas
3100 foram substituídas alguma cadeira ou alguma coisa, então, essa relação tem que ser
3101 atualizada ou, então, muda-se a Resolução. NÍVIA - Não... ROBERTA - Não, gente,
3102 pelo amor de Deus, aí está muito claro que não está falando de sorteio de mandato,
3103 não, vai me desculpar. Aí não está falando de sorteio de mandato. Está dizendo claro
3104 que tem um sorteio e que tem uma relação a ser seguida que foi o que a gente sempre
3105 seguiu... essa relação, entrava processo, quem é o próximo da relação? É fulano, já
3106 encaminhava. Entrava outro processo? Quem é o próximo da relação? É fulano, ok...
3107 Agora nós estamos tentando zerar isso e começar uma nova relação com um novo
3108 sorteio ou, então, toda vez que entrar aqui vai ter outro novo sorteio, aí, então, nós
3109 vamos ter que mudar a Resolução e dizer que cada entrada de processo vai ser
3110 sorteada para o (), porque não é isso que a Resolução está dizendo, então, a minha
3111 sugestão ou a gente muda a Resolução, faça essa discussão nessa Plenária mudando
3112 a Resolução e não porque a Mesa Diretora sugeriu a gente vai acatar porque nós
3113 estamos contrariando a própria Resolução que nós fizemos. ((fala fora do alcance)). Aí
3114 eu concordo com a Fátima, nós não podemos trabalhar fluxo nesse Conselho por
3115 mandato porque senão de dois em dois anos nós vamos estar mudando. Se for assim,
3116 também, vamos mudar a Resolução, agora nós temos é que mudar a Resolução. Não
3117 dá porque essa Resolução foi discutida, ela foi pautada, foi feito sorteio e foi feita uma
3118 relação. Primeira coisa, atualizar e seguir a relação, agora, queremos ser assim?
3119 Então vamos mudar a Resolução primeira. NÍVIA - Não, eu acho que, então, nós
3120 podemos porque realmente na Mesa Diretora não foi feita essa análise da Resolução.
3121 Foi feita, é. É, porque o Geraldo estava na Mesa Diretora, ele também teve esse
3122 entendimento, hoje ele não está aqui. Eu não estou lembrando assim, exatamente se
3123 a gente... É, o que eu proponho, então, é o seguinte, eu concordo com a Roberta da
3124 questão ou estar alterando a Resolução ou seguindo, mas em seguindo a Resolução
3125 aí eu proponho, enquanto conselheira novata, que seja feito, então, a substituição dos
3126 nomes porque estão entrando novos conselheiros. A gente está com uma turma nova,
3127 estão entrando outros, então a gente precisa que substitua na relação... Mas eu acho
3128 que nós temos que dar conhecimento à Plenária dessa relação, tá, Rosa, porque a
3129 dúvida surgiu, o questionamento surgiu em função da gente nunca ter... a gente que
3130 está a menos tempo aqui, nunca ouvimos falar sobre isso. A gente só recebe a
3131 informação "A relatoria vai ser feita por tal conselheiro...", eu mesmo tive essa dúvida
3132 quando me questionaram, eu falei "Olha, eu vou perguntar pra Secretaria Executiva
3133 porque eu não sei responder como que é feita essa escolha do relator.", então, talvez
3134 a gente tem que na próxima Plenária trazer isso pra discussão e se for acatada o
3135 mesmo formato de continuidade do mesmo formato que seja dado publicizado essa
3136 relação. NÃO IDENTIFICADO- Eu só queria pontuar que já foi deliberado uma
3137 Comissão de Normas a questão da gente visitar ou fazer a revisão de toda a
3138 legislação pertinente às usinas que, inclusive com essa própria Resolução, então, é
3139 um dos pontos que a gente pode estar trabalhando. ROBERTA - Encaminhar, sim,
3140 porque dentro disso que ele falou, aí no meu entendimento rever a Resolução como
3141 um todo, inclusive com essa proposta se for o caso de cada processo fazer sorteio,
3142 entendeu? Ou... agora, até que se mude nós temos que seguir a Resolução, o que
3143 não dá é pra na Mesa Diretora definir essa questão e não rever a Resolução, por quê?
3144 A resposta disso deveria perguntar "Tem alguma Resolução que regula isso?", e
3145 procurar saber e informar, agora, não dá pra ter uma Resolução e a Mesa Diretora faz
3146 um encaminhamento ()... NÍVIA - Na verdade, Roberta, como eu disse no início a

3147 gente estava trazendo uma proposta. ROBERTA - Mas não pode, Nívia, a gente tem
3148 que trazer a proposta pra alterar a Resolução, primeiro, pra depois voltar àquela ação.
3149 O que foi feito é que vocês trouxeram uma proposta de sorteio contrariando a
3150 Resolução. A minha discussão é nesse nível. NÍVIA - Tá, tudo bem. Tudo bem.
3151 ROBERTA - Aí, o quê que a gente tem que dizer? Vamos alterar a Resolução?
3152 Vamos, ok, alterou? Então faz. NÍVIA - Gente, vamos caminhar, então? Então faz sua
3153 proposta Roberta, vamos encaminhar... ROBERTA - A proposta é de esse processo
3154 que entrou segue quem é o próximo da tabela. Cristiane, aí, depois, agora, se trocou a
3155 Resolução, faça o que a Resolução mandou. NÍVIA - Eu gostaria de ter conhecimento
3156 dessa lista tá, Rosa? E quero pedir pra gente trazer isso pra discussão na próxima
3157 Plenária. Eu acho que deveria passar pra todos, principalmente pros conselheiros que
3158 entraram agora nessa última gestão. Isso. E aí na discussão da Comissão da
3159 legislação que diz respeito à implantação de barragem eu gostaria de colocar essa
3160 questão, também, em discussão. Ah, é Mariano? Então Cristiane é a próxima relatora
3161 da PCH Mariano, tá Cristiane? Do município de São Francisco do Glória. Diz que lá
3162 tem um rio maravilhoso. Gente, então nós podemos encerrar? Na pauta não temos
3163 mais nada, não tem mais nenhuma discussão. Muito obrigado a todos. Um bom
3164 retorno a todos. Um bom final de dia. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata
3165 degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.